



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 22 de setembro de 2022, das 09:00hs às 12 :15h e 13:15 às 18:45.

Local: Brasília

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO – 1º dia

1. Abertura

1.1 Registro dos membros e quórum: 9 horas e 15 minutos

- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:30hs.
- **Condução:** Vice-Presidente – Sofia Fromer.
- **Quórum para abertura:** 18
- **18 presentes – 11 da Sociedade Civil e 7 de governo**

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. Conselho Federal de Serviço Social – CFSS	1. MMFDH
2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento	2. SNPG/MMFDH
3. GAJOP	3. SNPPIR/MMFDH
4. ITTC	4. MD
5. ANADEP	5. Senasp/ MJSP
6. Ass.ª Popular Maria Felipa	6. M Cidadania
7. Assoc. de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade	7. MRE
8. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio.	
9. UFRN	
10. Somos	
11. Educafro	
Soma SC:11	Soma RG: 7
Total: 18	

Apresentação:

Sofia Fromer, ITCC
Sávio Andrade, MMFDH
Rodrigo Faria, SNPIR
Márcia e Augusto, Rede contra Genocídio
Jorge Mendes, Defesa
Vitor, Educafro
Alex, UFRN
Adriana, Amigos PPL
Mauricléia, CFSS
Caio, Somos
Maria Clara, Gajop
Fernanda Oliveira, Maria Felipa
Fernanda Fernandes, Anadep
Cláudia Leite, MC
Joélia, MJSP
Elaine, Agenda
Mateus Moreira, MRE
Karoline Aires, SNPG
Maria Clara, Gajop

Vilma, CEPCT/PE
Gisele Bleggi, CEPCT/RO

Silvia Dias, APT

Cecília, MNPCT
Bárbara, MNPCT
Ana Valeska, MNPCT
Caroline, MNPCT

Maria Iraneide, 7ª Câmara MPF

2.1 Leitura e Aprovação da pauta da 37ª RO

Sugestões: troca da data da 38ª RO, sugestão da Sofia, porque será no dia de um jogo do Brasil na Copa do Mundo. Discutida no ponto 4.2 do dia 22/09/2022.

Inversão da pauta das Fichas Federativas – item 3.1 do 2º dia para o item 4.1 do 1º dia, às 9:30, junto com os demais informes do primeiro dia.

Inversão da pauta dos informes do grupo de trabalho – item 4.1 do 1º dia para o 2º dia no item 3.1.

Sugestão do Sávio para entrar na próxima pauta: análise sobre Tortura nas hipóteses de cárcere privado.

Recomendação 7 passou para o ponto final da pauta. Item 5.1 passou a ser o ponto 6.

3.1. Aprovação da Ata da 36ª RO e 14ª RE

Ainda precisam ser degravadas. Aguardando entrega.

3.2. Parecer Recomendação – Vaga Remanescente do CNPCT

Encaminhamento 1: votar uma Resolução pela rejeição do Parecer 245/2022 referente ao aproveitamento para preenchimento da vaga remanescente do Edital de composição do CNPCT, pela entidade mais votada entre outros segmentos.

A FAVOR: SOMOS, GAJOP, MARIA FELIPA, ITTC, EDUCAFRO, UFRN, AMIGOS, CONSELHO, AGENDA. -11

CONTRARIOS: MMFDH, SNPG, SNPPIR, M Cidadania, MEC, MD, MRE, MS. - 8

Encaminhamento 2: votar pela resolução “O CNPCT delibera que a interpretação deste colegiado acerca do art. 8º, § 5º, do Decreto 8.154/2013, que versa sobre a recondução de representantes das organizações da sociedade civil se refere exclusivamente às pessoas físicas, não sendo vedado o terceiro mandato às pessoas jurídicas ou organizações coletivas (organizações da sociedade civil, entidades de conselhos de classe ou quais outras previstas nos incisos XI, XII, XII, do art. 8º, do referido Decreto), pelo que não acata o Parecer 221/2021 da CONJUR/MMFDH, devendo o texto integral desta Resolução ser apreciado no segundo turno desta Reunião Ordinária”. Compromisso do Caio (SOMOS) trazer para o segundo dia a minuta da Resolução.

A FAVOR: SOMOS, GAJOP, MARIA FELIPA, ITTC, EDUCAFRO, UFRN, AMIGOS, CONSELHO, AGENDA, REDE. -11

CONTRARIOS: MMFDH, SNPG, SNPPIR, M Cidadania, MEC, MD, MRE, MS. - 8

4.1 Informe de Grupos de Trabalho

Minutas apresentadas, mas serão discutidas e aprovadas dia 23/09/2022.

4.2 Ponto Extra: Aprovada a alteração da Reunião Ordinária dos dias 24 e 25 de novembro para os dias 9 e 10 de novembro.

4.3 Fichas Federativas: João que esclareceu que os e-mails foram enviados para fins de organização e prestação de contas.

Esclarecimentos de que o ponto focal na ficha não pode responder pelo Comitê Estadual. Afirmada a necessidade de envio em separado para os comitês.

Encaminhamento 1: Reuniões com Comitês Estaduais e com o CNPCT.

Encaminhamento 2: Ofício aos Governos Estaduais sobre o orçamento para Comitês e Mecanismos estaduais.

Encaminhamento 3: Oficiar governos que não tem Comitês sobre a previsão de criação.

Encaminhamento 4: Solicitar documentos sobre remuneração dos peritos.

Encaminhamento 5: envio das fichas para os membros do CNPCT e do MNPCT sugerirem conteúdo das fichas federativas.

Intervalo do almoço

5. Audiência com Autoridades do AM

5.1 Apresentação do Relatório Parcial pela presidência.

5.2 Falas das autoridades.

Encaminhamento 1: elaboração de Nota Pública para apreciação no segundo dia.

Encaminhamento 2: proposta Fernanda Maria Felipa: solicitar informações sobre quais unidades sob a gestão da SEAP/AM; detalhamento da composição (nomes e cargo funcional) de cada unidade de saúde das unidades prisionais; quantas pessoas foram atendidas nos últimos 3 meses; quantas pessoas foram encaminhadas para atendimento externo nos últimos 3 meses; quais unidades são de gestão pública e quais são de cogestão.

Encaminhamento 3: Oficiar o Ministério Público Estadual do Patrimônio Público e o Ministério Público Federal violações de direitos humanos que implicam em descumprimento contratual. para a instauração de inquérito para apurar, pois diante da informação de um gasto de R\$5000,00 por preso custodiado nas unidades de parceria público ou privada ou cogestão, as denúncias de sistemáticas

Encaminhamento 4: para MPT - fiscalização das condições de trabalho dos custodiados; fiscalização das condições de trabalho dos agentes penais; fiscalize as condições de trabalho dos peritos do IML e do Instituto de Criminalística; e fiscalizar a implementação e fomentar projetos de remissão de pena pelo trabalho;

Envio para Andrea do MPT – andrea.gondim@mpt.mp.br

Encaminhamento 5: proposta Fernanda Anadep: ofício para MPF e MPE apurar eventuais improbidades administrativas do governo e órgãos notificados sobre irregularidades na cogestão, conforme denúncias constantes nos relatório do MNPCT; para apurar irregularidades na execução da PNAISP; fiscalização do funcionamento da Ouvidoria do AM; consideradas a atribuição de ambas as instituições de fiscalizar violações de direitos humanos graves, como são os indícios relatados no sistema prisional do AM;

Encaminhamento 6: ofício para as corregedorias do MPE, DPE, TJAM, para apuração de falta disciplinar pelo não cumprimento das atribuições funcionais de seus membros, na fiscalização do sistema prisional e efetivação das recomendações do MNPCT e CNJ; procedimento administrativo para apurar possível descumprimento da função de fiscalização;

Encaminhamento 7: envio de relatório ao SPT, após prazo de 30 dias a contar da data de hoje, para retorno das informações solicitadas, e consolidação do encaminhamento na próximo RO.

6. Revisão de Recomendação 7

Após discussões, deliberação adiada. Solicitada a inclusão da composição dos comitês nas fichas federativas.

7. Resolução da Vaga Remanescente

Encaminhamento: Aprovada resolução sobre o aproveitamento da vaga remanescente por outro segmento do último edital.

Caio (SOMOS) trará minuta da resolução sobre o entendimento da recondução de entidades e representantes.

Encerramento da reunião

A Vice-presidência, no exercício da presidência, declarou a reunião encerrada.



37ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 23 de setembro de 2022, das 09:00hs às 13:15 e das 14:15 às 18:20 horas.

Local: Brasília

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO – 2º dia

1. Abertura

1.1 Registro dos membros e quórum: 9 horas e 16 minutos.

- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:20 hs.
- **Condução:** Vice-Presidente – Sofia Fromer.
- **Quórum para abertura:** 16
- **16 presentes – 11 da Sociedade Civil e 5 de governo**

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. Conselho Federal de Serviço Social – CFSS 2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento 3. GAJOP 4. ITTC 5. ANADEP 6. Ass.ª Popular Maria Felipa 7. Assoc. de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade 8. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio. 9. UFRN 10. Somos 11. Educafro	1. MMFDH 2. SNPPIR/MMFDH 3. M Cidadania 4. MD 5. MEC
Soma SC: 11	Soma RG: 5
Total: 16	

2. Pauta temática:

- a. Apresentação do MNPCT – Relatório do Paraná:

Peritas do MNPCT - Maria Cecília, Ronilda, Ana Valeska e Bárbara - fizeram a apresentação em powerpoint com fotos e registros da inspeção. Registra-se a participação do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, na inspeção e durante a apresentação aqui no auditório.

Tempo para Debates:

Encaminhamento 1: inclusão do relatório do Paraná na Comissão Permanente para acompanhamento de casos urgentes.

Encaminhamento 2: Ofício ao MP do Patrimônio Público do PR para que instaure processo de apuração de possíveis irregularidades nos contratos para uso de containers ou estruturas semelhantes que contrariem a Resolução nº 5 de 2020 do CNPCP; e para que instaure procedimento de apuração de possíveis irregularidades nos contratos de fornecimento de alimentação nas unidades prisionais do estado, tendo em vista o encontrado em inspeção do MNPCT.

Encaminhamento 3: elaboração de recomendação sobre corpo técnico que deve operar os equipamentos de revista pessoal das unidades prisionais do Estado brasileiro, para que sejam profissionais da área da saúde capacitados e registrados em suas entidades de classe.

Encaminhamento 4: oficiar MPE de defesa da criança e do adolescente, DPE, Conselhos Tutelares e o Conselho Estadual, determinando a inspeção no centro de socio educação São Francisco, e adoção das providências emergenciais para interromper as violações que contrariem a Lei do SINASE, ECA e resoluções do CONANDA a respeito da estrutura arquitetônica da unidade, na forma indicada nas recomendações presentes no Relatório do MNPCT; apurar a ilegalidade da Resolução Estadual nº 265 de 2021 da SEJUF, p. 42 do R, que versa sobre revista minuciosa em adolescentes.

Encaminhamento 5: representação ao MPE para investigação e responsabilização dos agentes que violaram expressamente a Lei nº 9.455/97, em relação ao agente que assumiu cometimento de tortura física ou psicológica, do Centro de Triagem, e a negação de cobertores a custodiados que estavam com frio (cadeia de Paranaguá).

Encaminhamento 6: oficiar a DPE para levantar e adotar providências sobre os casos passíveis de desinstitucionalização e adotar providências (extinção da medida de segurança, incluindo a liberação ou a substituição para acompanhamento na rede de atenção psicossocial e meio aberto).

Encaminhamento 7: oficiar o governo do estado do Paraná, MPE, Juiz da execução da comarca e o juiz corregedor penal/criminal (presos provisórios), solicitando a interdição do uso das shelters ou containers, nos termos da Resolução nº 5 de 2020 do CNPCP.

Encaminhamento 8: elaboração de documento sobre as celas em shelters ou containers, indicada como relatora Sofia do ITTC, para apresentação na próxima Plenária.

Intervalo para almoço

b. Apresentação do MNPCT - Relatório de Minas Gerais:

Apresentação do Relatório pelos peritos do MNPCT, Rogério e Camila.

Encaminhamento 1: Alex Alverga: criar recomendação sobre a exploração econômica da privação de liberdade e da laborterapia.

Encaminhamento 2: Maria Clara - reunião de trabalho sobre o caso das duas mulheres que sofreram abuso na unidade Pimenta da Veiga com a responsável do MNPCT.

Encaminhamento 3: Caio Klein: Oficiar o CNJ para que instaure procedimento de averiguação da atuação do Juiz da Execução Criminal da comarca de Igarapé, referente à unidade Jason Albergaria, em relação ao descumprimento da Res 348 do CNJ.

Encaminhamento 4: Nana de Oliveira: Oficiar o Ministério Público (Procuradoria do patrimônio público) para que instaure procedimento administrativo para investigar as irregularidades dos contratos de alimentação nas unidades prisionais que foram objetos da inspeção do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, em MG.

Encaminhamento 5: Nana de Oliveira: Oficiar o DEPEN/MG requerendo os contratos das empresas terceirizadas que fornecem alimentação nas penitenciárias inspecionadas no relatório do Mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura.

Encaminhamento 6: Nana de Oliveira: Oficiar o DEPEN/MG requerendo os contratos das empresas terceirizadas que fornecem alimentação nas penitenciárias inspecionadas no relatório do Mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura.

Encaminhamento 7: Nana de Oliveira: Oficiar a chefia da polícia civil para que informe se tem inquérito instaurado em relação as mulheres vítimas de estupro na penitenciaria Pimenta da Veiga em Uberlândia, bem como quem é o delegado titular do referido inquérito e onde se localiza a delegacia responsável.

Encaminhamento 8: Nana de Oliveira - Oficiar o MP para que instaure procedimento administrativo para investigar as irregularidades dos contratos de cogestão das unidades socioeducativas objetos da inspeção e recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Encaminhamento 9: indicar prazo de 20 dias para respostas nos expedientes encaminhados neste ponto de pauta (Relatório MNPCT MG).

3. Pauta administrativa:

3.1 Ponto extra: ofício ao CNJ em apoio às audiências de custódia presenciais

Encaminhamento: envio de ofício ao CNJ para reforçar a volta presencial das audiências de custódia presenciais em todos os tribunais do Brasil no prazo de 30 dias, no último dia 14.

3.2 Proposta de instituição de Grupos de Trabalho:

- GT Audiências de Custódia
- GT Visitas externas e Revista íntima

Aprovadas as minutas para instituição do Grupo de Trabalho, em conformidade com o parecer da Consultoria Jurídica deste Ministério.

GT 1 - audiência de custódia: Maria Felipa, Anadep, Ministério da Defesa e Senasp/MJSP.

GT 2 – Visitas externas e Revista Íntima: ITTC, Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privativas de Liberdade, SNPG/MMFDH e Depen/MJSP.

Encaminhamento: tramitar as Minutas de GTs.

3.3 Resolução sobre os próximos Chamamentos Públicos do CNPCT

Aprovada Minuta de Resolução.

Encaminhamento: tramitar a Minuta de Resolução.

3.4 Comissão Permanente para acompanhar recomendações do MNPCT

Adiada para a RE Minuta de Comissão Permanente.

Encaminhamento: verificar documento na CGCT, CNDH, CNS e tramitar a Minuta.

4. Reunião Extraordinária:

Marcada a Reunião Extraordinária para o dia 20/10/2022 – quinta-feira – em formato virtual. De 9 às 13.

Tratar do tema das denúncias e outros temas pendentes da pauta deste dia – ponto 7 da pauta.

5 Ofício à SNPG sobre o apoio do MNPCT

Encerramento da reunião

A Vice-presidência, no exercício da presidência, declarou a reunião encerrada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

37ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (37ª RO/CNPCT)

Dia: 22 e 23/09/2022

Brasília/DF

37ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT

1 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bom dia a todos. Eu quero sugerir a
2 Sofia, Presidenta presente, que a gente faça uma contagem de quórum diferente,
3 fazendo uma breve apresentação, ou seja, a gente faz na rodada... Fecha o áudio,
4 por favor, quem está no on-line. A gente não vai ficar vendo sempre com on-line.
5 Poderíamos mudar ali, não é? Pessoal do áudio e vídeo... Isso, obrigado. Para a
6 gente ver quem está lá no quadro. Isso. Está naquele formato da galeria. Ok,
7 então temos a Cláudia Leite ali, a outra colega que eu não consigo ler. Estamos
8 vendo vocês agora no telão, quem está on-line, está bom? Vocês conseguem nos
9 ver a que na sala?

10 **Interlocutora não identificada** – Sim.

11 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Bom dia a todos, eu vou passar
12 palavra para... Tem o áudio aí que precisa ser fechado.

13 **Interlocutor não identificado** – O pessoal da mídia também consegue fechar o
14 áudio.

15 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bem, podemos começar? Novamente
16 boas-vindas a todos, quer passar palavra já direto para a Presidenta em exercício
17 e sugerir que a contagem de quórum seja uma rodada de apresentação, para que
18 a gente possa identificar, aqui nesse formato presencial, e também que depois dos
19 colegas que estão on-line façam a sua apresentação e a gente vai registrar
20 presença para contagem de quórum. Com a palavra, Presidenta.

21 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
22 Bom dia. Bom dia a todos e todas. Agora presencialmente, até que enfim. Então, a
23 ideia do João é que a gente faça uma apresentação, não é, João? É isso? Está

24 melhor, agora? Então, a ideia do João é que a gente faça uma apresentação de
25 cada um. O que você pensou nessa apresentação?

26 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Uma apresentação nome, entidade,
27 para a gente é identificar e já contar o quórum.

28 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
29 Está bom. Então, vou me apresentar primeiro. Então, sua Sofia Fromer,
30 represento o instituto terra trabalho e cidadania. Eu chamo alguém ou vamos...
31 Pode ser na rodada?

32 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
33 **Proteção Global)** – Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Karoline, represento a
34 Secretaria Nacional de proteção global.

35 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Bom dia. Sávio Andrade, sou
36 suplente da senhora ministra de estado. É uma satisfação rever alguns colegas
37 aqui de novo com o comitê presencialmente, não é? E desejo um bom trabalho a
38 todos.

39 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
40 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Bom dia a todos. Não sou eu que
41 estou falando. Pronto, agora sou eu que estou falando. Meu nome é Rodrigo
42 Faria, sou suplente da secretaria nacional de políticas de promoção da igualdade
43 racial. Gostaria de dar boas-vindas da Brasília, para todos os participantes dessa
44 reunião.

45 **Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular - Rede de Proteção e**
46 **Resistência Contra o Genocídio)** – Sou a Márcia, representante da rede de
47 proteção e resistência contra o genocídio. Bom dia.

48 **Sr. Jorge Mendes (Titular - Ministério da Defesa)** – Bom dia, meu nome a
49 Jorge, Jorge Mendes, sou representante do ministério da defesa.

50 **Sr. Vitor Hugo Gonçalves Miranda (Francisco de Assis: Educação,**
51 **Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - FAECIDH)** – Bom dia. Me chamo
52 Vitor Miranda, sou representante do EDUCAFRO Brasil.

53 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
54 **do Norte)** – Bom dia a todos e a todas. Alex Alverga, represento à universidade
55 federal do Rio Grande do norte.

56 **Sra. Adriana Ribeiro (Suplente - Associação de Amigos e Familiares de**
57 **Pessoas em Privação de Liberdade)** – Bom dia a todos também. Sou Adriana
58 Ribeiro, sou suplente da associação e amigos de familiares de pessoas em
59 privação de liberdade.

60 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
61 **Social)** – E bom dia a todas, todos e todes. Eu sou a Mauricleia Soares dos
62 Santos, assistente social e estou aqui representando Conselho federal do serviço
63 social. Sou uma mulher negra e estou vestindo uma roupa estampada verde, preto
64 e azul. Obrigada e boa reunião a todos, todas e todes.

65 **Sra. Priscila Flores Serra (Titular - Agenda Nacional pelo**
66 **Desencarceramento)** – Bom dia. Eu me chamo Priscila Serra, eu estou
67 representando agenda nacional pelo desencarceramento.

68 **Sra. Sílvia Dias (Associação para Prevenção da Tortura - APT)** – Bom dia, eu
69 sou Sílvia Dias, represento a associação para prevenção da tortura, APT. Nós
70 estamos aqui na qualidade de entidade convidada e também é um prazer estar
71 que novamente e rever a todas e todos, está aqui com vocês.

72 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
73 Bom dia, eu sou Caio Klein da SOMOS, comunicação saúde e sexualidade, de
74 Porto Alegre. Cumprimento todo mundo, é um prazer estar de volta no presencial
75 e uma boa reunião para todos nós.

76 **Sra. Maria Cecília Marinho Arruda (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
77 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom dia, eu sou Cecília, perita do
78 mecanismo nacional.

79 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
80 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom dia todos, todas e a todes. Eu sou a
81 Bárbara, perita do mecanismo nacional.

82 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
83 **Tortura - MNPCT)** – Bom dia a todos e todes. Meu nome é Ana Valeska, sou
84 perita do mecanismo nacional.

85 **Sra. Carolina Barreto Lemos (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
86 **Combate à Tortura - MNPCT)** – Bom dia a todes, meu nome é Carolina, sou
87 perita do mecanismo nacional.

88 **Sr. Rogério Duarte Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Bom dia a todos e
89 todas. Me chamo Rogério Guedes, estou perito no mecanismo e também
90 respondendo pela coordenação colegiado junto com a Ana Valeska do
91 mecanismo.

92 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
93 **Organizações Populares, GAJOP)** – Bom dia, sou Maria Clara. Eu estou como
94 representante do gabinete de assessoria jurídica às organizações populares,
95 GAJOP.

96 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bom dia, eu sou João Lança. Estou
97 aqui na coordenação geral de combate à tortura, onde está situada a coordenação
98 de apoio ao comitê nacional de prevenção e combate à tortura. Quero dar boas-
99 vindas a todos. Dizer que estou à disposição, que não tem o meu celular ainda,
100 por favor, dá um jeito de mandar um WhatsApp, que a gente vai comunicar se
101 precisar de algum apoio, informação nos bastidores, questão de Wi-Fi, tudo.

102 Disponibilizado nos ali um cafezinho também para a gente poder fazer uma pausa
103 quando precisar. Então, bem-vindo, é isso daí.

104 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom dia,
105 eu sou Nanda Oliveira, aqui na plaquinha está Fernanda, mas pouca gente me
106 chama assim. Sou Presidente da assessoria popular Maria Felipa, de MG.

107 **Sra. Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini (Subprocuradora-Geral da**
108 **República)** – Bom dia. Estão me ouvindo?

109 **Interlocutora não Identificada** – No falar e igual ao Rodrigo, essa voz não é
110 minha.

111 **Sra. Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini (Subprocuradora-Geral da**
112 **República)** – Alô, bom dia. Meu nome é Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini,
113 sou subprocuradora geral da república, representando a sétima câmara. Ótima
114 reunião para todos.

115 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
116 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Bom dia todos e todas, me chamo
117 Fernanda Fernandes, sou representante da ANADEP e é um prazer estar com
118 todos e todas vocês nessa reunião presencial. Uma boa reunião para todos nós.

119 **Interlocutora não Identificada** – Agora o povo on-line, não é? O povo on-line. Só
120 tem ela?

121 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Posso me
122 apresentar? Bom dia, sou Cláudia Leite, só representante suplente do Ministério
123 da Cidadania.

124 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
125 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – Bom dia.
126 Sou Joélia Santos, representando o ministério da justiça.

127 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
128 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Sou Wilma Melo, sou [Ininteligível], mas
129 estou aqui na condição da coordenação compartilhada do comitê de combate e
130 prevenção a tortura de Pernambuco.

131 **Sra. Paula Moraes de Matos (Representante do CNMP)** – Bom dia, meu nome é
132 Paula Moraes, eu estou representando o Dr. Jaime, conselheiro do CNMP.

133 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
134 **Tortura de Rondônia - RO)** – Bom dia, meu nome é Gisele Blege, o sou Vice-
135 Presidente do comitê de combate à tortura do estado de Rondônia, na vaga de
136 representante do ministério público federal.

137 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
138 **Desencarceramento)** – Bom dia, eu sou Elaine da Paixão, sou suplente de
139 Priscila Serra, representando a agenda nacional pelo desencarceramento.

140 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mais alguém on-line, que não se
141 apresentam? Ok. Fazendo...

142 **Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin (Suplente - Rede de Proteção e**
143 **Resistência Contra o Genocídio)** – Augusto, presente, Sr. João. Augusto Luiz
144 suplente da Sra. Márcia, da rede de proteção e resistência contra o genocídio.
145 Obrigado.

146 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado. Mais alguém não se
147 apresentou? Fazendo registro aqui...

148 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
149 **Exteriores)** – Bom dia todos

150 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Por favor.

151 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
152 **Exteriores)** – Só Matheus Moreira, representante suplente do ministério das
153 relações exteriores.

154 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Matheus Moreira. Mais alguém não se
155 apresentou, está aí on-line? E então, presentes para contagem de quórum pelo
156 governo, nós temos SNPG, MMFDH, ministério da defesa, SNPIR, Ministério da
157 Cidadania, ministério da justiça e segurança pública, MRE. Mais alguém não foi
158 citado? Nós temos aqui 7 de governo. Sociedade civil: nós temos a presença do
159 ITTC, da rede de proteção e resistência contra genocídio, da EDUCAFRO, da
160 UFRN, do grupo de amigos das pessoas em privação de liberdade, do Conselho
161 federal de serviço social, da agenda nacional pelo desencarceramento, o GAJOP,
162 associação popular Maria Felipa, da ANADEP e da SOMOS. Correto? Alguém não
163 foi citado?

164 **Interlocutora não identificada** – MPF também.

165 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, pelo MPF o convidado... E também
166 a APT como convidado e tem outros convidados também representante de
167 comitês, que foram se apresentar. Então, para contagem de quórum, nós temos
168 sete de governo e 11 e da sociedade civil. Fechamos o quórum então com... De
169 instalação com 18 pessoas. Passo a palavra para Presidenta para seguimos a
170 pauta.

171 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
172 Obrigada, João. Agora seria a leitura é aprovação da pauta, não é? Vocês vão
173 projetar?

174 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Conseguem projetar daí, Natália, para
175 mim? Vou entrar aqui também, só um momento. Todos os documentos, boa parte
176 dos documentos já estão na mão de vocês, do dia um, e a pauta também. Então,
177 se quiser, Presidenta, pode seguir lendo a pauta enquanto eu vou abrir aqui.

178 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
179 Você quer que eu faça a leitura o você faz?

180 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Quer que eu faça?

181 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
182 Não, eu posso fazer. Bom, então a gente tem é que a leitura da pauta. As 9h30
183 seria a aprovação da Ata da 14ª reunião extraordinária. Informes de prestação de
184 contas, vaga remanescente, publicação dos novos representantes da UFRN. Às
185 9h45 seria Informe Grupos de trabalho. Às 10h15 a revisão da recomendação nº
186 7. Às 10h45, Apresentação do Relatório Do MNPCT. Às 11h45,
187 encaminhamentos. Às 12h, Revisão Sumário do Turno. Às 12h15, encerramento.
188 Às 14h, Audiência com Autoridades do Amazonas. Às 14h, Apresentação do
189 Relatório sobre o GT Amazonas. Às 14h30, Fala dos Convidados. Às 15h30,
190 Discussão. Às 16h30, Deliberações de Encaminhamentos da Audiência. Às 17h,
191 para revisão do sumário executivo e as 17h15 o encerramento.

192 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então podemos passar para a leitura e
193 aprovação da pauta do primeiro dia a apenas e amanhã a gente ler e a prova
194 pauta do segundo dia, uma sugestão.

195 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
196 Aprovação da ata da 14ª reunião extraordinária, 14ª...

197 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Aprovação da ata... Nesse lugar aí
198 seria aprovação das duas atas, das 2 reuniões que mais tivemos anteriormente,
199 teria a 36ª e a 14ª. Todavia, esse. Ele está prejudicado. Os relatos da de gravação
200 não voltaram ainda, não ficaram prontos. Então, nós não teremos condições de
201 fazer essa aprovação do hoje.

202 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
203 Está bom, mas espera aí, continuei não entendendo. A 36ª reunião e porque é a
204 para da 14ª reunião?

205 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Provavelmente, isso aí é a 14ª RE, que
206 nós fizemos on-line, a reunião extraordinária.

207 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
208 Ah, está bom, da reunião extraordinária, está bom. No da ordinária também não
209 tenha de gravação ou tem?

210 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não, não ficou pronta também.

211 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – E
212 está bom, entendi. Qual é o prazo para ficar pronto?

213 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Normalmente a gente leva em torno de
214 2 meses, só que eu não posso precisar isso porque vai para a empresa, que pega
215 toda a degradação e vai digitando, volta para a gente, para a gente revisar,
216 costuma precisar de ajustes. Então, é a gente devolve para corrigir, para o
217 trabalho fica legível. Então, é um tempo que pode ocorrer intercorrências no
218 caminho, enfim, vai para a empresa pelo setor de eventos, depois volta da
219 empresa, tem o trâmite no ministério.

220 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
221 Então, para a gente aprovaria a pauta dessa reunião. Alguém tem alguma objeção
222 em relação a pauta da reunião?

223 **Interlocutor não identificado** – Eu só gostaria de sugerir a leitura do segundo dia
224 e a aprovação também, já que é uma pauta única.

225 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
226 Alguém, então... A gente pode ler a pauta do segundo dia. No segundo dia seria a
227 abertura de quórum às 9h. Às 9:15h a Leitura da Pauta do dia que, enfim, a gente
228 está lendo agora. Às 9h30, Informes Reuniões e a Recomendação dos comitês e
229 dos mecanismos e a recomendação de apoio ao mecanismo, apresentação do
230 relatório do mecanismo, às 10h30. Às 11h, os encaminhamentos. Às 12h, previsão

231 do sumário do turno. 12h15, encerramento. Às 14h, informe de denúncias, para
232 cobro dos CNJ respeito do sistema penitenciário e socioeducativo do Ceará,
233 denúncia de violação de direitos humanos no CDP de Marataízes, ES, denúncia
234 de irregularidades na penitenciária SM I, de Viana no ES, e denúncia do Curado.
235 Às 15h, Criação de Comissão Permanente para acompanhar recomendações do
236 Mecanismo. Às 15h45, a atualização das comissões permanentes, prevenção a
237 tortura no SINASE e as mulheres no sistema prisional. Às 16h45, revisão do
238 sumário executivo e às 17h, o encerramento. Estão todos de acordo com a pauta?
239 Eu queria propor aqui, para acho que a gente deve discutir um ponto que não está
240 aqui na pauta, em relação à data da próxima reunião do comitê, que seria no dia
241 24 de novembro e que esse dia coincide com um jogo da copa do Brasil. Então,
242 acho que a gente deveria rever a data da reunião e, enfim, não sei se isso a gente
243 pode colocar para o final do dia de hoje para também não atrapalhar, mas também
244 a gente já pensou aqui em duas datas de sugestão. O alguém tem alguma
245 objeção, algum ponto que queira incluir na pauta? Não, então vou seguir aqui
246 nesses informes aqui que... Você que vai dar, não é, João?

247 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Esse ponto de pauta aqui que você
248 está sugerindo, entraria aonde? Em qual momento?

249 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
250 Eu acho que... Vamos ver aqui. As 17h? Então, fico com medo porque, não sei, se
251 demorar muito aqui a deliberação dos encaminhamentos. Pode ser nesse
252 administrativa aqui, nesse ponto 3, que tem nesses informes, depois a gente pode,
253 na sequência, colocar essa questão da data, acho que não é uma coisa que
254 demora muito tempo.

255 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Nesse próximo momento. Está bom.
256 Ok. Essa aí é a 38ª. Ok, podemos seguir?

257 **Interlocutora não Identificada** – Pessoal, a Gisele está com a mão levantada.

258 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
259 Pode falar, Gisele.

260 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Gisele, o seu áudio está fechado.

261 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
262 **Tortura de Rondônia - RO) –** Perdão. Eu vejo que vocês estão com a pauta bem
263 ajustada, bem certinha, desde as 9h até o período vespertino. O comitê de
264 Rondônia tem uma questão importante para tratar, ela é bem rápida. A gente só
265 queria saber em que momento a gente poderia inserir a questão do comitê de
266 Rondônia, que não é demorada, tem cinco minutos a gente consegue transmitir a
267 situação do comitê de Rondônia, só que a gente gostaria de saber o horário,
268 porque à tarde eu tenho uma audiência, tenho TRE. Então, se puder encaixar um
269 horário na parte da manhã, eu e a Taís, eu sou a Vice-Presidente do comitê, a
270 Taís é a Presidente. A gente falaria questão que está acontecendo aqui no comitê
271 de Rondônia. Daí vocês poderiam falar para a gente em que momento a gente
272 poderia, qual o horário.

273 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidenta, no segundo dia, pela
274 manhã, 9h30, tem outro ponto de informes e São informes relativos a comitês
275 mecanismos.

276 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
277 Gisele, vocês poderiam estar amanhã às 9h30?

278 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
279 **Tortura de Rondônia - RO) –** Podemos, podemos sim, de manhã.

280 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
281 Isso.

282 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
283 **Tortura de Rondônia - RO)** – A gente pode estar. Então, qual é o horário que
284 vocês gostariam que a gente... 9h30?

285 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É.

286 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
287 **Tortura de Rondônia - RO)** – 9h30, horário de Brasília, 8h30 para a gente, está
288 bom? Taís, dar uma anotadinha aí, está bom, e me lembra.

289 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
290 Obrigada.

291 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
292 **Tortura de Rondônia - RO)** – Muito obrigada, está bom? Estou vendo ali que a
293 Patrícia do Rio de Janeiro queria falar sobre as queixas federativas, o assunto é
294 sobre isso mesmo.

295 **Sra. Patrícia** – Bom dia, posso falar? Bom dia, vocês estão me ouvindo?

296 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
297 **Tortura de Rondônia - RO)** – Eu estou ouvindo, mas os outros, eu não...

298 **Interlocutor não Identificado** – Eu também estou ouvindo normalmente aqui.
299 Ouvindo normalmente.

300 **Sra. Patrícia** – Está bom, então vou começar falando. Esse ponto não poderia ser
301 para amanhã como uniforme, tem de ser um ponto de pauta do comitê, porque,
302 assim, me causou muita estranheza a coordenação de combate a tortura ter
303 mandado fichas, perguntas de informações para os 27 estados da federação e...

304 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
305 Patrícia, um minuto, acho que cortou o que você estava falando no começo, só
306 veio agora essa sua fala, eu não entendi qual seria o ponto de pauta.

307 **Sra. Patrícia** – O ponto de pauta são as fichas federativas que a coordenação de
308 combate a tortura mandou para os 27 estados da federação e são informações
309 complicadas, não é? Primeiro que, assim, o Rio de Janeiro, o comitê do Rio de
310 Janeiro é ligado à assembleia legislativa. Nem o Presidente da assembleia deveria
311 responder pelo comitê, porque ele não participa do dia-a-dia do comitê. O comitê
312 tem uma coordenação e uma secretaria executiva. Aí eu estou falando enquanto
313 coordenação do comitê com o aval da Secretaria Executiva. Foi encaminhado
314 para a secretaria de assistência do Rio de Janeiro, que ficou um ano fora do
315 comitê. A pessoa respondeu coisas que ela nem sabe, porque ela não estava, não
316 sei quem foi que respondeu, porque eu não conheço é todos os 27 estados foram
317 feitos assim. Então, para acho isso muito complicado. Então, e isso tem de ser
318 ponto de pauta do comitê e não informa e amanhã.

319 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
320 **Tortura de Rondônia - RO)** – O de Rondônia aconteceu a mesma coisa.
321 Inclusive, Rondônia foi alterado, foi passado a ficha para o comitê, foi mandado
322 para a secretaria de estado, a secretaria de estado aqui de Rondônia nunca fez
323 questão nenhuma do comitê de Rondônia funcionar, sempre foi aos trancos e
324 barrancos, com recomendações para instaurar o comitê, para dar orçamento para
325 o comitê, para conseguir arranjar sala para o comitê, sempre fez questão de que o
326 comitê não funcionasse, mandaram a ficha para a SES, que essa secretaria. A
327 SES, não sabia responder, daí que mandou para o comitê, o comitê respondeu,
328 quando a SES foi devolver a ficha para o nacional, ela simplesmente alterou as
329 nossas respostas e disse que o nosso comitê não estava funcionando. Eu achei
330 isso gravíssimo, sendo que nós estamos funcionando regularmente com a atuação
331 constante. O mecanismo está atuando, visitando presídios, fazendo relatórios, nós
332 estamos com reuniões mensais, reuniões com os secretários da segurança
333 pública direto. Simplesmente a SES disse que nós não estamos funcionando,
334 alterando a nossa ficha, alterando, isso daí tem nome até.

335 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

336 Eu acho que seria importante a gente fazer alguns combinados para reunião
337 híbrida funcionar bem entre todos que estão aqui e quem está on-line. Esse ponto,
338 eu não consigo enxergar o nome da pessoa que falou agora, mas eu acho que
339 esse ponto também pode ser discutido, enfim, quando for falar e aí o Sávio me
340 pediu uma que a palavra para falar sobre isso, mas não queria só... Eu acho que a
341 gente poderia colocar essa questão do informe, e aí até você pode falar, Sávio,
342 aqui nesse ponto administrativa, não é? Porque eu acho que a coordenação deve
343 explicar em relação a essas fichas foram enviadas aos comitês e mecanismos.
344 Então, eu proporia colocar esse ponto agora aqui as 9h30, junto com esses
345 informes administrativos, não sei se vocês concordam de aí você também poderia
346 falar o que você acha, Sávio.

347 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Obrigado, Presidenta.

348 Realmente nós vamos precisar fazer um exercício aqui, porque as reuniões ou
349 eram presenciais ou virtuais. Em decorrência da pandemia, ficou-se as reuniões e
350 virtuais. Então, essa é a primeira reunião híbrida, não é? Então, esse é um
351 exercício. Eu acho que a imagem ali, falo até para a coordenação e, para acho
352 que importante deixar a imagem das pessoas que estão participando de forma
353 virtual, até para visualizarmos um pedido de fala ou, enfim, para facilitar nossa
354 comunicação. Com relação ao que foi levantado, são pontos importantíssimos
355 pela colega presencialmente, pela outra colega de forma virtual. Até chamo a
356 Silvia, a colega Silvia, que tem bastante tempo porque acompanhando aqui o
357 CNPCT. Lembro que antes tínhamos com um período de informes, não é? Então,
358 todos os representantes podiam atualizar a situação dos seus estados, enfim.
359 Então, antes de iniciarmos a reunião regular, tínhamos um período de informes. A
360 nossa pauta ela passa pela mesa diretora, a nossa pauta é uma pauta que ela é
361 fechada previamente com a representação paritária governo e sociedade civil.
362 Então, todo ponto de inclusão e extrapauta, ele prejudica um planejamento prévio.
363 Então, a minha sugestão, inclusive pela importância dos assuntos, é que entre um
364 ponto de pauta já para a próxima reunião nossa ordinária, esses pontos para

365 serem debatidos tomada quadra. Então, inclusive até aproveito já para falar com
366 uma preocupação também do ministério. Tem aumentado os casos de cárcere
367 privado puras em cárcere privado. Esse comitê até hoje não enfrentou a questão.
368 Nós temos de analisar se isso estado escopo de atuação do CNPCT, é um
369 assunto que nós precisamos analisar as nossas normas para ver a abertura de
370 atuação do CNPCT. Cito como exemplo o caso emblemático do Rio de Janeiro: a
371 mãe com dois filhos, 17 anos de cárcere privado, torturas. Então, é um assunto
372 que eu já antecipo aos colegas aqui, vou solicitar para entrar na nossa próxima
373 pautas ordinária também, está bom? Então, esse é o registro que eu gostaria de
374 fazer. Agradeço.

375 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
376 Obrigada, Sávio. Eu acho que a gente pode colocar isso na nossa próxima pauta
377 da reunião ordinária, para ficar mais simples...

378 **Sra. Patrícia –** Sofia?

379 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
380 Oi?

381 **Sra. Patrícia –** Sofia, não pode ser na próxima Reunião Ordinária, porque, assim,
382 e isso é complicado.

383 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
384 Não, mas eu não falei isso, eu estou falando que...

385 **Sra. Patrícia –** Não, então, para assim, esse debate dos comitês e precisa ser
386 feito hoje, não pode ser feito na próxima reunião, porque, assim, a gente não tinha
387 informação, a gente foi pego vendido na história, e isso se chama má-fé. Não foi
388 só com Rio de Janeiro, foram com os 27 estados da federação. Secretarias não
389 podem responder por comitês e mecanismos, se não acompanha dia-a-dia.

390 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
391 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Boa tarde, Patrícia. Concordo, porque a
392 mesma coisa aconteceu aqui em Pernambuco.

393 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
394 Mas, deixa de falar, não foi isso que eu disse. O Sávio falou de ter pontos de
395 pautas para justamente tenha esses momentos reservados em uma próxima
396 Reunião Ordinária, não necessariamente relação às fichas. Isso eu já coloquei
397 aqui agora, acabei de falar que a ideia seria que este ponto fosse um informe...

398 **Sra. Patrícia** – Não estou falando de você, estou falando do Sávio, que ele falou
399 para a próxima reunião, não pode ser a próxima reunião do mês que vem, tem de
400 ser esse mês, porque isso já vem rolando muito tempo.

401 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
402 Está bom. Mas, de todo modo, a gente está colocando aqui como ponto de
403 informe da coordenação agora para às 9h30 junto com os outros informes. Só
404 para organizar então, está bom? Seria, então, esse informe junto com os outros
405 informes, um informe da coordenação em relação às fichas que foram entregues
406 aos mecanismos e aos comitês, a data da nova reunião também nos informes as
407 9h30 e a sugestão de pauta da rede de proteção ao genocídio, é o proporia para a
408 gente colocar junto com a revisão da recomendação nº 7, que seria o próximo
409 ponto às 9h45. Quero saber se alguém se opõe eu se a gente pode seguir assim?

410 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, é que nos informes de hoje,
411 colocar a questão das fichas federativas também?

412 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
413 Sim.

414 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu já iria falar disso daqui, como
415 coloquei aqui informes sobre reuniões, já ia falar amanhã.

416 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
417 Acho que a gente pode inverter então, João e falar isso hoje.

418 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ok.

419 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** E
420 amanhã também vai ter um informe de Rondônia, então fica uma coisa pela outra.

421 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Perfeito. Aqui no ponto 5 colocar a
422 questão das câmaras.

423 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
424 Isso.

425 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Beleza.

426 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
427 Então...

428 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Uma observação é que, com essas
429 inclusões e o nosso atraso inicial, eu já vislumbro aqui com comprometimento
430 significativo de tempo na pauta.

431 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
432 Mas esses informes dos grupos de trabalho é algo bem rápido, não é? Então, eu
433 acho que também não compromete tanto assim, não é?

434 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** É, a minha avaliação é que vai
435 comprometer significativamente e o que eu sugiro é que a gente fique atento então
436 para cuidar desse tempo de fala. Só apenas isso.

437 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
438 Está bom. Obrigada, João. Pode, obrigada.

439 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vou projetar aqui, eu fiz com o slide
440 para começar com esses informes para ajudar, como lembrete. Caio.

441 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
442 Não, eu só perguntei se esse sistema estava de gente ainda. Não, o João acabou
443 de colocar o que eu ia dizer, que esse ponto três no dia de amanhã. Tem 1h de
444 discussão, está como pautas administrativa, reunião com os comitês estaduais e
445 mecanismos estaduais. Aí, eu acho que é mais no sentido de ver algum membro
446 que vai encampar, vai pedir para incluir isso aqui neste ponto e perguntar, para
447 quem está propondo, se é suficiente, porque é muito simples assim, gente. Em um
448 tempo, tem até as 17h e a gente ver qual é a prioridade. Se entenderem se tem
449 algum aqui que é menos prioritária, que essa discussão, é só pedir para retirar
450 isso aqui, algum ponto, e incluir outro. Agora, dar em 1h para fazer isso? Acho que
451 foi um pouco isso que o Sávio colocou também. Talvez não dê em 1h, precisa ser
452 na próxima reunião, mas se for algo muito objetivo e, inclusive, se já poder chegar
453 amanhã com a proposta, algo em texto, aí eu acho que em meia hora resolve, em
454 meia hora sinaliza e aprova.

455 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
456 Está bom, mas eu não entendi com relação à qual das pautas.

457 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
458 Em relação a pauta que a Patrícia colocou. Ela se integra na pauta 3 de amanhã.
459 São pautas diferentes, são assuntos diferentes, mas poderiam ser juntas? É o
460 mesmo registro de reuniões e fichas federativas, recomendação nº 8, é o ponto 3
461 de amanhã.

462 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
463 Está bom, mas aí, tudo bem. Mas aí e amanhã também tem esse pedido do
464 comitê de Rondônia, que é um informe que ficou para amanhã às 9h30. É o
465 mesmo assunto? Está bom, não sabia que é o mesmo assunto.

466 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
467 **Tortura de Rondônia - RO) –** É o mesmo assunto.

468 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
469 Então, acho que se é o mesmo assunto, a gente pode deixar para amanhã às
470 9h30, então.

471 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
472 Esse texto, essa recomendação nº 8 já existe? Está aqui? É aquela
473 recomendação sem número? Então a gente vai receber amanhã. Não essa
474 recomendação sem número aqui. Têm uma recomendação sem número: "Artigo
475 1º. Aprovar recomendação perante a manutenção e fortalecimento das
476 prerrogativas." É essa. Essa é a número 8. Bom, se for assim, tem 1h para discutir
477 isso amanhã, então eu acho que dá para fazer amanhã, está na pauta.

478 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
479 Quer falar?

480 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
481 **Proteção Global) –** Eu ainda acho que são coisas diferentes, eu acho que é
482 melhor manter hoje, até aproveitando a presença dos representantes dos comitês
483 estaduais, que já estão aí pedindo essa pauta. Só sobre a questão das fichas pelo
484 menos.

485 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
486 É que na pauta de amanhã está escrito fichas.

487 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
488 **Proteção Global) –** Sim, mas é porque a Sofia proposta a inversão, não? Foi o
489 que eu tinha entendido, com a inversão.

490 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
491 Ok. Então está bom. Com o qual ponto?

492 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
493 **Proteção Global)** – A inversão com o ponto 3.

494 **Sra. Patrícia** – A gente já poderia matar, não é, inverter já e matar, porque
495 também é um assunto que eu acho que não vai demorar muito.

496 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
497 Seria inversão do ponto 3 de amanhã para o ponto 3 de hoje?

498 **Sra. Patrícia** – Isso, não vai demorar muito.

499 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
500 Está bom. Gente, eu não me oponho, só vejo o seguinte: o ponto 3 de hoje 15
501 minutos, o ponto 3 de amanhã tem 1h.

502 **Sra. Patrícia** – A ficha? Falar sobre as fichas 1h? É só ficha?

503 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
504 Patrícia?

505 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
506 Na pauta de amanhã o ponto 3 que começa às 9h30 e vai até às 10h30, tem 1h,
507 os assuntos são: fichas federativas, reuniões, recomendação nº 8 e hoje o ponto
508 3... Que horas são agora?

509 **Sra. Patrícia** – É, eu acho daí se tivesse de fazer uma troca, seria só sobre o
510 ponto...

511 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
512 **Proteção Global)** – Talvez, uma sugestão então aqui para aumentar o tempo de
513 hoje. A gente migrar para amanhã esse ponto 3, a questão dos informes de grupo
514 de trabalho, e aí a gente emigra para hoje a questão das fichas, que aí a gente
515 ganha mais tempo na pauta.

516 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
517 Bom, então está bom. A gente faz o que a Karoline sugeriu aqui, a gente tira esse
518 ponto doze formas dos grupos de trabalho para amanhã e inclui aqui na pauta
519 agora esse informe sobre as fichas. Então, acho que agora você pode da
520 sequência, João.

521 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Compartilhar aqui. Temos pessoas com
522 as mãos levantadas aqui na sala. Eu vou seguir para a gente avançar. Beleza,
523 apareceu lá. Então, o primeiro informe aí é o lembrete para o lembrete para o
524 motivo da primeira reunião, para prestação de contas de passagens e diárias.
525 Então, lembrar a todos os colegas da sociedade civil para arquivar cópia dos
526 bilhetes do check-in para enviar para o e-mail, para o cnpct@mdh.gov.br. Coloquei
527 em parênteses a dica tirar foto ou print logo após o embarque para já ficar salvo
528 para poder enviar. Em seguida, para fins de prestação de contas, será necessário
529 preenchimento de um relatório de viagens com as informações solicitadas no
530 modelo. Então, nós vamos enviar para vocês, já está no nosso cronograma de
531 tarefas enviar esse modelo para vocês e aí como é que nós vamos seguir? A
532 gente vai preencher para vocês o formulário no on-line. Então, a gente vai em criar
533 um modelo para vocês saberem das informações que a gente precisa. Pode
534 preencher no modelo ou pode preencher no e-mail ou outro papel ou como o que
535 for, mais a gente vai preencher formulário no sistema on-line e, em seguida, que é
536 o terceiro ponto ali, nós vamos disponibilizar para vocês assinarem, assinatura
537 digital de vocês como usuário externo do sistema SEI. Esse sistema SEI nós
538 precisamos de um cadastro, vocês fazem um cadastro para poder assinar. Então,
539 vamos compartilhar isso com vocês. Agora é vocês estarem com isso no radar,
540 com parte dessas informações com vocês para a gente se cooperar nessa tarefa.
541 Com relação a esse relatório, eu quero destacar que a gente precisa de um relato
542 das contribuições efetivas que o conselheiro teve nos dias de reunião. Então, diria
543 um participei do ponto tal, objetivo, mas que seja detalhado no sentido de indicar
544 uma participação real dos conselheiros, tanto no dia 1, quanto no dia 2. Eu quero
545 dizer também que nós, quando solicitamos as passagens e pensando para a

546 próxima reunião e também para esclarecer, a gente manda para vocês o
547 formulário, vocês indicam os dias e os horários que vocês preferem para que os
548 voos aconteçam. Necessariamente, não necessariamente os dias indicados serão
549 os dias e/ou os horários escolhidos. Nós precisamos, sim, respeitar os dias e os
550 horários escolhidos, todavia gente faz uma análise de preço, custo de melhor o no
551 sentido de preço, trechos que estão na nossa portaria, que é a portaria 29, de
552 março de 2022. Então, para a gente faz uma análise de voos para otimizar a
553 situação com relação a questões de preço, tempo de voo, horário para chegar. Eu
554 sei, quero aqui inclusive pedir perdão, que algumas coisas precisam melhorar na
555 nossa comunicação para ajustar isso, para que também não pegue as pessoas de
556 surpresa, para que a gente possa ajustar caso tem alteração de um dia, por
557 exemplo, a passagem fica muito cara na sexta à noite, se a pessoa pudesse voltar
558 no sábado de manhã. Então, a gente precisa melhorar nossa comunicação prévia.
559 Eu quero dizer que a gente quer melhorar isso e assim que a gente vai precisar
560 fazer essa análise e comunicar com vocês na próxima oportunidade, está bom?
561 Próximo ponto aqui...

562 **Interlocutora não Identificada** – Sobre esse ponto, só queria perguntar se que,
563 por exemplo, se você..., porque eu vi tem pessoas que para as vezes estão em
564 outro estado, que não é o estado de origem, foi para alguma atividade, por alguma
565 coisa. Ela pode solicitar desse lugar, não é? Que ela está, que não é o... Porque
566 vocês mandaram a gente preencher uma ficha lá e, por exemplo, eu coloquei
567 assim São Paulo, Brasília, Brasília...

568 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não, não tem a condicionante de ser o
569 seu local de residência.

570 **Interlocutora não Identificada** – Está bom, é isso, é porque várias pessoas são
571 de espaços diferentes e, às vezes, estão fazendo atividade em outros espaços. Só
572 para perguntar. Obrigada.

573 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, o próximo ponto aqui é
574 sobre a questão das vagas remanescentes. Antes, não é, só para constar, o ponto
575 anterior, é a publicação de novos representantes da UFRN, tem a portaria aí no
576 nosso Drive, ela não está impressa. Creio que não haverá a deliberação sobre
577 isso. Então, está no nosso Drive e pode ser acessado, inclusive o Alex Alverga
578 está aqui fazendo essa representação. Seja bem-vindo, então, para aí. Seleção dá
579 vaga remanescente. Nós encaminhamos a recomendação aprovada na última
580 plenária, recomendação à qual solicitava ao MMFDH que considerasse a situação
581 de aproveitar um selecionado do último edital para compor a vaga, que está
582 faltando, que a vaga de Conselho de classe, isso. Foi enviada para a CONJUR e a
583 CONJUR regressou com parecer nº 245. Esse parecer está aqui, é o primeiro
584 documento que aqui aparece para vocês e eu destaquei o ponto item 5, inciso 5,
585 da emenda, que diz: "Parecer no sentido de que a atual redação do artigo 8º,
586 incisos X, XII e XIII, do Decreto nº 8154/2013, torna inviável juridicamente o
587 acolhimento da recomendação aprovada pelo comitê nacional de prevenção e
588 combate a tortura." Daí, já há, já se iniciou a tramitação de um novo edital.

589 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Já
590 começou?

591 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Iniciou a tramitação interna do novo
592 edital.

593 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
594 Então, eu queria saber em relação a esse edital. Ele já está pronto? Seria possível
595 a participação da sociedade civil na elaboração do edital também?

596 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ele está pronto, porque ele é o mesmo
597 edital, a apenas alterado a questão da vaga que está sendo aberta. Esse edital,
598 que eu mesmo, foi objeto de resolução de abril do ano passado do comitê, no qual
599 o comitê deliberou sobre e aprovou uma resolução.

600 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – E**
601 sobre a composição da comissão eleitoral?

602 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – A** composição eleitoral nós estamos
603 mantendo a mesma, que é DPU, CNDH, SNPG e SNPIR.

604 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – E**
605 a gente não pode participar, enquanto sociedade civil?

606 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – A** gente tem de... Assim, a gente tem
607 não, não é? Perdão, deixa eu voltar. Como o que aconteceu o processo? Foi
608 objeto de resolução do CNPCT e essa composição da comissão eleitoral, DPU,
609 CNDH, SNPG e SNPIR, está nessa resolução. Então, foi um acordo do comitê.

610 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – É**
611 porque agora é o novo edital, não é? Então, será que não precisaria de uma nova
612 composição, João, comissão eleitoral?

613 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Isso** pode ser discutido sim, estou
614 dizendo nós histórico, e isso pode ser discutido. E aí, antecipando uma questão, a
615 gente teve um debate que foi... Se alastrou por algum tempo significativo, porque
616 atualmente o decreto 8154, no artigo 23, para publicar, para soltar o edital,
617 digamos no jargão, é do ministério, é da ministra. Então, essa questão da seleção,
618 da comissão de seleção passou por esta resolução. Então, houve um acordo entre
619 o comitê que a ministra, que o ministério, ao soltar o edital, acatou. Então, são
620 instâncias que podem ter essas duas discussões e isso pode ser, enfim, a
621 rediscussão então está impedida, não é?

622 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
623 Eu acho que tem gente inscrita, eu me inscrevo depois então. Sávio.

624 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) – [Ininteligível].**

625 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**

626 Sim, salvo melhor juízo, uma opinião melhor, não adianta a gente querer fazer a
627 mesma coisa e esperar um resultado diferente. Então, eu não vi a minuta, eu acho
628 que a coordenação da começar a trabalhar na minuta do edital, mas, assim,
629 convenhamos a questão. A gente sabe qual é o problema disso, o problema é a
630 interpretação que foi dada aos documentos que a gente tem, porque é triste,
631 assim, você olha e o parecer da CONJUR está correto, não tem que dizer do
632 parecer a CONJUR, está completamente correto, é isso mesmo, não é? Está no
633 decreto, está no regimento. A questão é que a gente não consegue preencher
634 essa vaga, porque no biênio passado foi dada a uma interpretação, o ministério
635 deu uma interpretação aos nossos documentos de que as entidades, as
636 organizações, não podiam assumir o terceiro mandato, enquanto por anos a
637 interpretação foi de que as pessoas que representam as organizações não podem
638 assumir um terceiro mandato. Então, a questão é, a gente tem de retornar a essa
639 interpretação e daí essa interpretação é dada por nós, enquanto colegiado,
640 enquanto grupo e daí a gente volta às discussões que a gente teve muitas vezes,
641 a gente acaba, enquanto colegiado, ficando refém da consultoria jurídica. A gente
642 não tem mais tomada de decisão, só quem toma decisão a consultoria jurídica.
643 Então, encaminha questão é que a gente tem de retomar esses debates. A
644 prerrogativa de se inscrever, de competir, de ser votado, para as instituições têm.
645 Foi essa interpretação que foi dada pela CONJUR quem impossibilitou que o
646 Conselho federal de psicologia concorresse, que o Conselho federal da ordem dos
647 advogados do Brasil concorresse e retirou essas entidades do processo eleitoral,
648 na participação política nesse espaço. Então, para minha questão é essa. Não
649 adianta fazer outro edital e igual, e de que não vai acontecer. Existe uma
650 saturação, a sociedade civil tem limites, para a gente não vai desenterrar um
651 Conselho, cria um Conselho federal novo para participar desse espaço, não é?
652 Tem um limite dos conselhos que participam dessa pauta. A gente não vai esperar
653 que, sei lá, o Conselho federal de engenharia esteja aqui com a gente, não, eles
654 não participam da nossa pauta. Então, para minha recomendação essa, a gente

655 voltar a discutir essa questão da participação por mais de 2 biênios. A
656 interpretação que a gente tinha antes é que isso se aplicava a pessoa física que
657 representa a instituição e não a instituição em si.

658 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
659 Obrigada, Caio. A Fernanda, então, depois do Sávio e Maria Clara.

660 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
661 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada, Presidenta. Então, um pouco
662 na linha do que o Caio falou, eu acho que importante a gente, primeiro, deixar
663 registrado aqui que esse procedimento de encaminhar todas as demandas para a
664 CONJUR, ele um pouco que desfaz as decisões do plenário. Então, o que a gente
665 ver aqui que é um ofício que foi encaminhado pela própria secretaria nacional de
666 proteção global, como se tivesse havido uma espécie de pedido de vista para fins
667 de consulta, porque, inclusive, o nosso regimento interno assegura que qualquer
668 membro pode pedir um parecer de instância jurídica, não é? Ou de especialistas,
669 mas foi deliberado pelo plenário, o plenário deixou bem claro qual era a posição
670 deste comitê de prevenção e combate a tortura, no sentido de que fosse até pelo
671 que o Caio falou, considerados 2 processos seletivos completamente desertos.
672 Princípio da eficiência e todos os outros princípios administrativos constitucionais
673 que fossem assegurada a composição completa do comitê. Então, até com base
674 em uma ponderação de interesses, o que hoje a gente tem por uma interpretação,
675 digamos assim, da CONJUR, é um plenário que não está composto, não é? Nós
676 temos um plenário que não está sendo efetivado em uma sociedade civil que não
677 se está se fazendo presente já tem aí, salvo engano, dez meses. Então, eu acho
678 que na verdade não há nenhuma possibilidade de a gente acatar esse parecer,
679 não é? Ok, sem prejuízos de continuar o processo seletivo, eu acho que, enfim,
680 poderia até ser colocada aqui em plenário se realmente há a possibilidade de
681 continuar o processo seletivo, mas me parece que o próprio procedimento de pedir
682 um parecer, uma consulta da consultoria jurídica por uma secretaria que se faz
683 representada que no plenário e que já tinha sido, não sei, não lembro como foi a

684 votação da secretaria nacional à época, mas ou que votou favorável ou o que foi
685 vencida, mas enfim, não me parece ser um procedimento a aqui que pudesse ser
686 acolhido pelo plenário do comitê, considerando também o que o Caio repito,
687 colocou aqui sobre dois processos seletivos desertos. Então, não vejo como haver
688 esse acolhimento, vi aqui que foram colocados dois decretos, mas penso que é
689 uma interpretação que não leva outros argumentos que foram colocados e que
690 nesse aspecto não necessariamente tem de ser acolhida, mas pode ser colocada
691 aqui para votação do plenário se, eventualmente, se entende pelo risco,
692 novamente como Caio falou de um novo processo seletivo deserto, novamente
693 deserto e o pior um comitê que não está sendo efetiva na sua própria composição.
694 Então, coloco aqui para avaliação de todos. Obrigada.

695 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Obrigado. Eu acho que os
696 colegas já colocaram os pilares aqui desse debate. Existe uma manifestação
697 jurídica, todas as pastas utilizam a sua consultoria jurídica e para desenhar a
698 legalidade e isso é padrão. No governo federal, os ministros não assinam um ato e
699 esse é um ato de competência da senhora ministra de estado, eles não assinaram
700 sem essa verificação da consultoria jurídica. O que a CONJUR colocou foi muito
701 claro, o que o Caio colocou citou ali, existe um decreto, precisaríamos alterar o
702 decreto para que esse pleito fosse viável. Outro ponto importante também, a
703 questão da oxigenação do colegiado. Realmente algumas entidades, OAB, CFP,
704 que participaram antes, atingiram o limite de participação. Precisaríamos de uma
705 janela, de um mandato para pegar e retornar. Então, isso ocorre também com
706 outras entidades. Nós temos colegas novos aqui que estão participando por uma
707 questão de oxigenação natural. Então, eu vejo que deveríamos tratar, buscar
708 contato com os demais conselhos. Nós temos o Conselho de medicina,
709 enfermagem, farmácia, para apenas citando alguns aqui, nós temos de buscar
710 para trazer esses atores também para participar. O edital...

711 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
712 Perdão, gente, mas eu perdi o áudio aqui do Sávio.

713 **Interlocutor não Identificado** – Nós também.

714 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –

715 Eu não conseguia acompanhar o finalzinho da fala do Sávio.

716 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – De governo, articularmos junto

717 com os conselhos que ainda não participaram para ele se inscreverem para a

718 próxima abertura aqui.

719 **Interlocutor não Identificado** – Agora sim, obrigado.

720 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –

721 Maria Clara, Karoline e Fernanda.

722 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**

723 **Organizações Populares, GAJOP)** – É, não, sobre os dois pontos, eu acho que

724 relação o parecer, eu acho que o Caio e a Fernanda colocam não é questionando

725 a solicitação de pareceres de jurídicos para edição de atos normativos, mas é

726 como isso tem se dado sem pouca transparência durante as plenárias. Acho que

727 isso poderia ser uma solicitação vinda da própria plenária, mas eu também não

728 vou me aprofundar nesse ponto. Eu queria trazer uma questão pragmática, acho

729 que diante do que o João Lança colocou que essa resolução que determina a

730 composição da comissão eleitoral, ela foi feita antes dessa nova composição do

731 comitê. Sugiro que ela seja reconstituída agora com a participação dos novos

732 membros e que a gente possa pensar novamente sobre a formulação desse edital,

733 já que, como o Caio falou, esse mesmo edital já foi publicado e vai ser publicado

734 agora pela terceira vez consecutiva e a gente provavelmente vai ter o mesmo

735 resultado. Então, obviamente tem questões de interpretação jurídica que se

736 divergem, a gente está colocando isso desde o ano passado, assim que a gente

737 entrou e nós não vamos chegar a um consenso, não é porque bem no parecer

738 colocando essa questão que a gente concorda 100% com ele. Acho que de fato

739 tem uma limitação sobre a questão de como deve se dessa representação, mas a

740 gente também não pode aceitar simplesmente a ausência de paridade entre
741 governo e sociedade civil por mais de dez meses, como a gente tem caminhado.
742 Então, a gente realmente precisa chegar uma solução diferente dessa atual
743 redação do edital e com a nova composição da comissão eleitoral para que isso
744 seja feito. Essa é a minha sugestão.

745 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
746 Karoline.

747 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
748 **Proteção Global) –** Bom, queria trazer algumas questões com relação ao parecer
749 jurídico. Está bem claro aqui no item 14 que a previsão do decreto é um óbice
750 intransponível. Então, essa questão da adoção ou não aqui pelos conselheiros
751 governamentais, ela não existe essa opção. Como Sávio bem colocou, a gente
752 adotou os pareceres jurídicos, a gente não vai confrontar legalidade aqui
753 colocada. Com relação à recomendação nº 2, ela foi feita em consenso aqui no
754 plenário, então, todos votamos favoráveis à recomendação. Então não houve falta
755 de transparência nesse encaminhamento. Foi dito: "Olha, o governo precisa de
756 orientação jurídica para poder analisar esse assunto. Então, o CNPCT vai voltar a
757 recomendação e nós vamos dar um encaminhamento a consultoria jurídica."
758 Inclusive, foi acordado isso aqui em plenário. A outra questão que eu queria dar
759 relevância tem a ver com a fala do Caio em fazer diferente. Eu acho que a gente
760 pode fazer diferente com o mesmo edital. Quais foram as ações deste comitê para
761 fazer a incidência nesses conceitos profissionais? Esclarecer o papel dele junto a
762 essa pauta? Eu acredito que não houve ações nesse sentido. Então, perpetuar
763 alguns conselhos profissionais pelo fato de eles sempre participarem, acho que
764 não é uma justificativa. Por fim, lembrando o que a questão da participação do
765 Conselho federal da OAB, está judicializada, está em tramitação na justiça federal,
766 a liminar caiu e liberou a continuidade até que se decida o mérito. Então, o mérito
767 já está judicializado, em que pese foi colocado aqui não haver a análise jurídica,

768 sim há, está na justiça federal. Então, inviabiliza inclusive o uma análise diferente,
769 ao meu ver, desse comitê. É isso, obrigada.

770 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – OAB e CFP, só para lembrar,
771 vice-presidência, porque foram citadas duas ações, OAB e CFP, inclusive isso foi
772 o que retardou o início do processo de seleção.

773 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
774 Fernanda.

775 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom,
776 primeiro eu acho, eu acho nada, eu tenho certeza, a gente precisa estabelecer
777 algumas coisas. O direito não é um instrumento neutro, politicamente nem
778 ideologicamente. Então, vamos parar com essa ilusão de que parecer jurídico é
779 eminentemente técnico, não é, não é. Segundo, esse colegiado tem autonomia
780 para voltar e decidir as coisas e precisa fazer isso. Eu discordo veementemente
781 desse parecer da CONJUR, eu sou tão jurista quanto qualquer um deles e sou tão
782 ou mais capaz do que qualquer um deles, e aqui tem pessoas tão ou mais
783 capazes do que qualquer um dos membros da CONJUR, com todo respeito aos
784 membros da CONJUR. É reiterado os pareceres da CONJUR sempre em um viés
785 que cria mais obstáculos do que soluções. Eu não sei qual é a perspectiva jurídica
786 das pessoas que compõem a CONJUR tem, não sei como elas pensam o direito,
787 mas eu, que sou uma advogada popular, o direito é um instrumento, ele não é o
788 fim em si mesmo. Então, se a gente tem o problema, a gente vai construir através
789 do direito uma forma de superar esse problema da forma mais célere e não o
790 contrário. Quando o direito está sendo usado dessa forma, ele está sendo usado
791 errado, ele está sendo usado de forma a restringir direitos e não a garantir, isso
792 não é a função. Então, eu pessoalmente entendo que nós devemos voltar a hoje
793 uma resolução entendendo que, diante dos editais desertos, reiteradamente
794 desertos, do segmento dos conselhos, nós devemos dar a posse a próxima
795 entidade mais votada e se a ministra quiser vetar, que vete, e seus membros do
796 governo quiserem votar contrários, que voltem. Vai ficar empatado? Vai ficar

797 empatado e vamos seguir o baile, porque o que não dar é para não haver
798 posicionamento desse colegiado. Com todo respeito a todas as pessoas que estão
799 aqui, isso que o comitê de prevenção e combate a tortura, sensibilizar entidades
800 que não se envolvem ainda com o combate e prevenção a tortura, não é fácil, não
801 é simples, não gasta 5 minutos. A gente não vai conseguir fazer isso em um prazo
802 exíguo e a ausência da composição integral desse comitê, prejudica os trabalhos
803 desse comitê e as pessoas estão morrendo. Nós temos de ter responsabilidade,
804 compromisso com o mandato que nós assumimos, com o que nós estamos
805 defendendo. As pessoas estão morrendo no sistema prisional brasileiro, de fome,
806 de sede, de falta de assistência médica, torturadas, cabeças quebradas, braços
807 quebrados, juiz pagando de doido, com perdão da expressão, que não está vendo
808 nada mesmo quando a informado, ministério público agindo muito aquém do que
809 deveria, Defensoria Pública esfolada de tanto trabalhar e nós estamos
810 consumindo reuniões atrás de reuniões para discutir o preenchimento de uma
811 vaga que já podia ser preenchida. O objetivo da administração pública é com o
812 cidadão, não é um fim em si mesmo. Eu me recuso a gastar mais horas nessa
813 reunião discutindo isso, eu não aceito, não foi para isso que eu vim para o comitê
814 nacional de prevenção e combate a tortura para ficar batendo boca de edital
815 reunião atrás de reunião. Não é possível isso. Nós temos relatório de Minas para
816 ter ciência, nós temos a questão do Amazonas que vem e desde 2016 e que não
817 melhorou a absolutamente nada temos Pernambuco, temos um monte de coisas
818 sérias para resolver, porque representam a vida das pessoas e, para mim, existem
819 duas coisas urgentes: ou está morrendo ou está preso, se não está em nenhuma
820 das duas coisas, não é urgente nem importante. Então, vamos resolver isso de
821 forma mais objetiva, mais objetiva, aprovar a resolução. Os membros do governo
822 no votar contrária, já sabemos, os membros da sociedade civil talvez a maioria
823 vote a favor, não sei, não perguntei para ninguém. Vão votar a favor, pronto,
824 seguimos o baile, próximo ponto de pauta.

825 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
826 Bom, depois das falas me parece que tem dois caminhos, não é? Ou um dos

827 caminhos seria o edital e acho que tem essas considerações todas, eu acho que o
828 edital foi e amplamente divulgada, então as organizações, os conselhos de classe
829 que quiseram se inscrever, se inscreveram, não faz sentido que a gente faça isso
830 de novo e acho que também não é papel do comitê, embora gente tenha as
831 nossas articulações e as conversas, a gente ficar atrás das pessoas para
832 comporem comitê necessariamente. Então, acho que isso não me faz sentido e
833 não faz sentido que seja de alguma forma atribuído, que então a gente não tem
834 mais um membro porque a gente não foi atrás de outros comitês, de outros
835 conselhos de classe para compor em o comitê, isso não me parece fazer sentido.
836 Então, tem o caminho possível que seria esse e a outra sugestão é da Nanda, que
837 seria a gente votar, então, a resolução para que a próxima vaga que está
838 remanescente fosse ocupada por aquela organização que teve o número maior de
839 votos, depois da próxima que foi eleita. Então, eu queria entender dos membros
840 da sociedade civil, qual seria o posicionamento de vocês em relação a esses dois
841 caminhos que foram propostos.

842 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
843 **Proteção Global)** – Presidente, só uma questão de ordem que eu queria que a
844 coordenação esclarecesse, se nunca houve pedido de inscrição de outro
845 Conselho federal, Conselho profissional.

846 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
847 Então, e também tem outra questão, que teriam Conselho regional de psicologia,
848 que foi impedido também de participar do último edital, não é?

849 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sobre a pergunta da Karol, a gente teve
850 o primeiro edital, se não me engano é o 5/2021. Nesse primeiro edital tivemos três
851 vagas desertas, depois a UFRN entrou com ação e conseguiu, nesse edital, a
852 décima vaga. Logo em seguida desse edital, antes da UFRN tem o mérito da
853 ação, nós publicamos um outro edital, pelo edital nº 17, que saiu e foi publicado
854 logo depois do primeiro dia de reunião de agosto. Neste edital, logo após teve a
855 inscrição do Conselho federal de medicina. A pergunta da Sofia, é... Me

856 perguntaram se foi e agora e aí, não é? Está bom. E aí? O mérito da ação que
857 garante o direito da UFRN de ser, de passar pelo processo seletivo anterior ao
858 primeiro, foi posterior ao segundo edital. Então, foi necessária voltar ao primeiro
859 edital, fazer a recontagem das vagas e esse edital, então, foi revogado, esse edital
860 se subsequente, logo após, para que se abrisse esse se subsequente agora, que
861 foi o último com de entrou a EDUCAFRO e aí, nesse edital, o Conselho federal de
862 medicina não se reinscreveu, poderia ter se reinscrito.

863 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – E**
864 em relação ao... Silvia e Caio.

865 **Sra. Sílvia Dias (Associação para Prevenção da Tortura - APT) –** Só uma
866 rápida contribuição para resgatar algo que o Caio mencionou, porque eu acho um
867 grande, talvez um dos núcleos aqui, o grande eixo dessa discussão toda é
868 justamente como o caio mencionou, a interpretação dada ao parágrafo 5º do
869 decreto, não é? Porque, tudo bem, os incisos que estão mencionados nesse
870 último parecer, realmente esses incisos do decreto falam: "Duas entidades estão
871 ou dois movimentos sociais e a entidade representativa dos trabalhadores." Tudo
872 bem. Agora, o parágrafo 5º, que foi uma interpretação dada pelo ministério,
873 entendo, que bloqueou que as entidades, que já tinham acento, que pudessem se
874 candidatar e se eleger, porque teriam já tido dois mandatos, cumprir dois
875 mandatos. Só que o parágrafo 5º fala em representantes titulares e suplentes, isso
876 são pessoas físicas, como representantes titulares e suplentes é uma entidade
877 jurídica? Não é. Porque os titulares e suplentes são pessoas físicas, então
878 pessoas físicas, que representavam aquelas entidades, realmente elas não
879 poderiam ir para um terceiro mandato, mas a entidade poderia. Então, assim, não
880 sei se o CNPCT pode fazer uma resolução interpretando esse parágrafo 5º voltar
881 a isso, não sei, estou colocando aqui, mas talvez o CNPCT possa ter essa
882 interpretação, porque isso uma questão de interpretação. Eu acho que a
883 interpretação que está sendo dada pelo executivo, pelos representantes do
884 governo, é uma interpretação equivocada, porque quando eu falo do mandato dos

885 representantes, titulares e suplentes, do CNPCT tal e, tal e tal, será de 2 anos
886 admitindo uma recondução, eu estou falando titular e suplente, estou me referindo
887 à pessoa física, quinto não estou me referindo à entidade. A entidade pode seguir
888 se apresentando várias vezes, mas tem de mudar o titular e o suplente. Então,
889 assim, eu queria voltar para esse parágrafo 5º, porque aqui é que está, porque as
890 entidades que tinham interesses de continuar, não puderam por essa questão.
891 Então, não sei se o CNPCT pode aprovar alguma coisa dando a sua interpretação,
892 isso poderia talvez ser superado. Coloco aqui essa opção, essa proposta.

893 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**

894 Vai na mesma linha, assim, porque é esse parecer que é o parecer 245/2022, ele
895 é sobre você ter um segmento aqui e você colocar instituições de outros
896 segmentos nessa vaga remanescente. É sobre isso esse documento. Ele diz que
897 não e, infelizmente, eu preciso concordar porque é muito óbvio isso aqui. Agora,
898 quando Sávio disse que foram as ações da OAB, que atrasaram, aí eu discordo de
899 ti, Sávio. O que atrasou o comitê não foram as ações da OAB ou do CFP, as
900 ações da OAB e do CFP foram em exercício regular de uma pretensão no
901 judiciário, o que atrasou comitê de funcionar foi essa interpretação aqui. Aí a gente
902 precisa, se vocês puderem na coordenação achar esse parecer, é aparecer que
903 fala sobre o artigo, o parágrafo 5º do artigo 8º do decreto, que é o parecer da qual
904 surgiu a interpretação de que as organizações não poderiam ter um terceiro
905 mandato e aí isso não comprometeu só a inscrição do Conselho federal da OAB,
906 do Conselho federal de psicologia, mas de organizações da sociedade civil estrito
907 senso assim, está bom. Organizações de base. Essas organizações também não
908 poderão concorrer, algumas que não estão aqui hoje, que já estiveram e tal.
909 Então, de novo, eu acho que o foco do nosso pensamento aqui tem de ser qual é
910 a nossa interpretação sobre isso, daí de novo *ipsis litteris*, que nem a Silvia disse,
911 o mandato dos representantes, titulares e suplentes, do comitê nacional. Então, é
912 muito óbvio que titulares e suplentes se referem a representantes, a mesma coisa
913 aí a gente vai para o regimento. O regimento diz: "O mandato dos membros,
914 titulares e suplentes." Ora, não existe organização titular e organização suplente,

915 só existe pessoa titular e pessoas suplente. Então, é óbvio, previdente que está
916 falando das pessoas é não das organizações. Então, essa é interpretação a gente
917 tem de retomar e aí a gente tem de pegar as rédeas desse colegiado e dizer:
918 "Não, não é isso, não é o que a CONJUR disse naquele parecer." E aí, por favor,
919 procure nesse parecer aí, se for possível, para a gente discuti ele hoje ou amanhã
920 quando for... Que é o parecer em que a CONJUR disse que as organizações não
921 podem ter um terceiro mandato. Esse é o problema. Não é a jogar um segmento
922 para o outro, porque tem até saudável que os segmentos sejam separados para
923 ter essa representatividade, para ter Conselho, para ter organizações de classe,
924 para ter organização da sociedade civil, mas o problema, na minha opinião, é este
925 aqui, é a interpretação que a CONJUR, há alguns anos atrás, deu sobre o
926 processo seletivo e impediu que as organizações voltassem. Para mim é isso.

927 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
928 Karoline, Sávio e Fernanda.

929 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Esclarecendo a questão do
930 retardo que eu disse, a administração pública segue um processo como o poder
931 judiciário segue um processo. Nós temos o SEI. Então, quando esse processo já
932 passou por todas as instâncias e vem uma decisão judicial falando: "Refaça", volta
933 para a jurídica, volta para o piso, o então isso tomam tempo. Na prática retarda
934 sim, retardou algumas vezes tanto a questão da OAB, como a questão do CFP. A
935 colega Fernanda Oliveira ponderou ali também, claro o direito é feito de
936 interpretações, todos nós interpretando, mas o ministério tem uma competência
937 regimental, a consultoria jurídica que é o órgão responsável pela interpretação dos
938 fatos que a senhora ministra assina. Então, essa é uma via administrativa e faz
939 parte ou não entendimento buscar a via judicial, como aconteceu em outros casos,
940 mas o entendimento administrativo que não pode se fugir do contexto atual do
941 decreto que existe. Tem o decreto presidencial. E, lembrando, esse decreto não é
942 um decreto novo, a legislação do sistema nacional de prevenção e combate à
943 tortura remonta a 2013, 2014 decreto, 2013. Então, essas previsões e já estavam

944 desde a origem, apenas uma leitura aqui que eu gostaria de compartilhar com os
945 colegas. E a interpretação com relação a continuidade do mandato, lembrando
946 que têm uma mesma situação para mecanismo. Mas tivemos excelentes peritos
947 que tiveram de sair da função, porque deu período e aí isso gerou uma
948 oxigenação dos peritos por causa da limitação legal do exercício por dois
949 mandatos. Então, a sugestão da colega Fernanda Oliveira de votarmos uma
950 resolução, mas lembrando, esse pleno voltou com uma recomendação, foi essa
951 recomendação que gerou pedido de análise da jurídica para verificar a
952 possibilidade de se adequar. Podemos adequar o processo seletivo conforme o
953 entendimento do pleno? A jurídica falou: "Nesse contexto não, existe um decreto
954 presidencial que determina os eixos que devem ser preenchidos." Então, coloco
955 para a colega Fernanda também, se depender de nós, podemos votar uma
956 resolução, outra recomendação, mas a administrativamente a senhora ministra
957 não fará um ato que não corresponda à legalidade apontada pela consultoria
958 jurídica, já antecipo aqui aos colegas. Agradeço.

959 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
960 **Proteção Global)** – Bem rapidinho, dois pontos, que o Sávio já até tratou um
961 pouco do que eu queria trazer em relação à competência da consultoria jurídica.
962 Desculpa, Fernanda, eu não concordo contigo quando você traz essa questão de
963 qual é o papel da consultoria jurídica, porque ela é composta por integrantes, por
964 membros de estado, são advogados que são concursados e toda a missão deles
965 está aí alçada na lei complementar 73/93. Então, a quem cabe interpretar os atos
966 normativos? É a Advocacia Geral da União, isso como o Sávio já colocou. A todo
967 gestor que contrariam um parecer jurídico, ele assume diretamente a
968 responsabilidade jurídica, inclusive fazer ações judiciais. Então, há um ônus em
969 relação a isso. Não é uma questão de capacidade jurídica dos que aqui estão, se
970 são melhores ou piores em relação aos advogados públicos, está bom? E aí, ao
971 fim, o que eu queria trazer como ponto relevante, também trazendo a fala da
972 Fernanda, que a gente tem um gasto de tempo nessas questões. Por que eu fiz a
973 questão de ordem para saber se já houve interesse de outros conselhos

974 profissionais? É porque já houve. Foi colocado aqui também há dificuldade de
975 fazer a incidência nesses conselhos para chamar para temática. Então, se nós
976 seja tivermos inscritos, tem conselhos interessados em participar, por que nós não
977 fazemos uma ação direta e chamamos eles a participarem? Então, assim, eu vejo
978 que há uma escolha para quem participe desse comitê e não há uma abertura
979 para que outros possam participar. Então, assim, a gente acaba que fica na forma
980 e deixa de realmente debater o que é a temática dos comitês.

981 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
982 Fernanda e, na sequência, está eu e depois a Maria Clara. Ah, desculpa, Alex,
983 perdão, eu não tinha visto. Depois de mim é o Alex, enfim.

984 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
985 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada, Presidenta. Eu queria reiterar o
986 que a Nanda falou, porque de fato, assim, compreendendo obviamente a
987 competência dos colegas concursados, enfim, que tem aí também o seu viés
988 jurídico, mas, como a Nanda falou, nós somos todos advogados também, não é?
989 O que a gente havia colocado antes, o encaminhamento que fizemos, foram vários
990 princípios que podem ser considerados sem falar da amplitude da lei, que é maior
991 do que o próprio decreto é maior do que o regimento interno. Então, se a própria
992 lei traz uma abertura para que a gente não perca mais tempo, não perca mais
993 dinheiro, não perca mais a própria ineficiência do conteúdo do comitê,
994 juridicamente nós temos argumentos para chamar os próximos. Lembra que
995 discutimos isso inclusive na mesa diretora e chegamos a uma unanimidade quanto
996 a isso trazer desgaste em todos os sentidos e econômico, jurídico, político e da
997 própria essência do comitê, que não tem a sua plenitude aqui preenchida, não é?
998 Então, é o que a Nanda colocou aqui, todos nós somos advogadas e sabemos
999 que há interpretações que a própria lei, dado seu vazio, pode ensejar, não é? E
1000 chegamos à conclusão jurídica por vários advogados, várias pessoas formadas
1001 em direito, eu sou formado em direito, Carolina formada em direito, a Nanda. Da
1002 mesa diretora, depois no pleno também, sobre a possibilidade de chamar a

1003 suplente. Então, assim, realmente eu não vejo alternativa senão o que a Nanda
1004 colocou mesmo, que a gente fazer uma resolução chamando o suplente.
1005 Eventualmente, acho que sim, eventualmente a ministra poderia assumir o risco
1006 de chamar, eventualmente, até... Se houver algum questionamento jurídico,
1007 vamos esperar então, vamos esperar, claro.

1008 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1009 **Proteção Global)** – Eu até concordaria se não houvesse um decreto presidencial,
1010 assim, na totalidade com sua fala. O problema é que esse vazio jurídico que você
1011 coloca, ele é preenchido por um decreto, por um regulamento federal, que o
1012 Presidente tem uma competência regulamentar e ela foi regulamentada. Então, a
1013 gente acabou contrariando uma norma nesse aspecto.

1014 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1015 **Defensoras e Defensores Públicos)** – O decreto ele não é taxativo quanto à
1016 composição, não é? Então, se a lei traz essa alternativa e traz de forma mais
1017 abrangente o conteúdo da sociedade civil, comprovada a impossibilidade por duas
1018 vezes, quase um ano, de completa deserção, haveria argumento jurídico para
1019 fazer esse chamamento e assumir esse risco. Penso eu pelo próprio benefício do
1020 comitê, que não está funcionando da forma como deveria. Então, respeitando,
1021 claro, são colegas formados, mas de fato a gente tem de reconhecer que há esse
1022 viés na formulação do próprio parecer é que realmente temos uma conclusão
1023 jurídica, que já pensamos várias vezes, pensamos na mesa diretora, pensamos na
1024 reunião do plenário e realmente penso que seria, dado todo esse tempo que
1025 estamos sem essa composição e, considerando todos os princípios jurídicos,
1026 todos os argumentos jurídicos que tivemos, que o encaminhamento da Nanda
1027 realmente é o mais plausível, considerado tudo que já foi deliberado. Quanto à
1028 questão que o Caio colocou aqui, no que diz respeito à interpretação sobre o que
1029 seria Conselho ou da reiteração de mandatos, eu não... O Caio não está aqui, mas
1030 eu me recordo que isso teve uma demanda jurídica, não sei se foi decidido. Teve
1031 uma ação, não sei se teve uma decisão.

1032 **Interlocutora não Identificada** – Esse parecer, se a gente pudesse resgatar,
1033 esse comitê poderia talvez questionado, não sei, ou aprovar uma resolução com
1034 outro parecer, não sei, porque nesse caso do parágrafo 5º muito claramente é
1035 uma interpretação equivocada.

1036 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1037 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Não, a minha dúvida é porque teve uma
1038 ação, para uma ação judicial mesmo. Eu sei que, por exemplo, da UFRN foi
1039 decidido judicialmente, certo? Por isso que voltou. A da OAB teve decisão judicial
1040 também ou não teve?

1041 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A da OAB ainda não transitou
1042 em julgado. Teve um deferimento de uma liminar e depois caiu essa liminar.
1043 Então, caiu a liminar, então o entendimento hoje é que não cabe realmente. Então,
1044 ainda não trânsito em julgado.

1045 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1046 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Eu acho que nesse aspecto seria mais
1047 difícil.

1048 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Caiu a liminar no mérito. E aí
1049 estamos em fase de apelação.

1050 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1051 **Proteção Global)** – Eu acho que não foi, eu acho que foi um agravo.

1052 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Foi o agravo. O João lembrou,
1053 foi o agravo.

1054 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1055 **Defensoras e Defensores Públicos)** – A minha preocupação é se a gente acolhe
1056 uma decisão aqui, eventualmente, tem uma decisão judicial contrária e aí a gente
1057 ficaria de novo no limbo, não é? Se tiver se tiver uma decisão judicial contrária...

1058 Eventualmente, imagina que a decisão de mérito seja corroborando parecer e
1059 eventualmente sair. Não, mas já foi concluída já a da UFRN. Mas não era sobre
1060 essa reiteração, é outra questão. Da UFRN era outro motivo.

1061 **Interlocutora não Identificada** – Fala no microfone, porque senão os colegas que
1062 estão on-line não vão ouvir.

1063 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1064 Então, eu tinha me inscrito aqui, que você bem breve. Acho que essa questão de
1065 fato é isso, a gente está aqui discutindo a um tempo já em várias reuniões sobre
1066 essa mesma questão. Então, tem de ter algo mais resolutivo. Em relação ao que o
1067 Sávio fala de oxigenação em razão dos próprios peritos, eu discordo nesse
1068 sentido, porque seria representantes diferentes, pessoas físicas diferentes,
1069 embora representando a mesma instituição, o que é diferente de um perito estar
1070 ali, uma pessoa física por vários anos. Então, de fato, são entendimentos
1071 diferentes. Se a gente estivesse falando que eu mesmo representante poderia
1072 ficar diversos anos no comitê, aí eu compreendo seu argumento de oxigenação,
1073 mas enquanto a gente não está falando disso, eu acho que não faz sentido. Ainda
1074 que esse tenha tido uma inscrição do Conselho de medicina no primeiro edital,
1075 depois eles foram desertos e os que se inscreveram não puderam dar
1076 continuidade. Então, eu vou passar para Maria Clara, mas eu acho é um...
1077 Desculpa, Alex, depois Maria Clara e acho que é algo que a gente pode definir
1078 aqui, inclusive se vocês quiserem me expressar a opinião de vocês, em relação a
1079 proposta da Nanda ou também a proposta da Silvia, quero dizer, do Caio com a
1080 Silvia de olhar de novo esse parecer e essa interpretação, para que a gente possa
1081 fazer uma resolução a relação a essa interpretação dos concertos de classe e os
1082 tempos de mandato.

1083 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
1084 **do Norte)** – Obrigada, Sofia. É justamente nesse ponto a necessidade da gente
1085 dá um encaminhamento para um ponto que já se estende por demais. Da mesma
1086 maneira que é feita à interpretação atual eu fiz parte da construção dessa

1087 legislação em 2013 e posso assegurar que o entendimento à época dizia respeito
1088 aos seus membros e jamais se suas instituições, até porque no governo se faz de
1089 maneira, da mesma forma, tem uma estrutura já prevista e, por mais que se tente
1090 argumentar em torno de oxigenação, essa argumentação é absolutamente
1091 insuficiente e ela tenta trazer um jogo de cena que acaba dificultando ainda mais o
1092 nosso trabalho. É absolutamente inadmissível que esse comitê não tenha
1093 sustentação do que é previsto na maioria da sociedade civil, de maneira que o
1094 conjunto dos seus compromissos e da sua atuação ficam prejudicadas, para
1095 absolutamente prejudicadas. Esse ponto já devia ter sido resolvido e a gente
1096 precisa, de fato, dar o encaminhamento para questões que já foram levantadas
1097 aqui, para que a gente possa rever esse parecer da CONJUR e imediatamente e
1098 emitir um parecer que seja o da convocação imediata, sustentando o
1099 entendimento do dia seu surgimento uma legislação que assegurava a alternância
1100 entre os membros e jamais entidades.

1101 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1102 Maria Clara e Mauricleia.

1103 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1104 **Organizações Populares, GAJOP) –** Não, eu ia sugerir só para a gente, não
1105 podemos colocar para votação a aprovação de uma resolução que altere o
1106 entendimento dos pareceres, ambos os pareceres talvez, que foram colocados
1107 aqui de diferentes interpretações jurídicas, para que a gente possa modificar de
1108 fato essas limitações que estão sendo dadas e que estão impedindo a maior
1109 ilegalidade de todas que é a ausência de um membro da sociedade civil no
1110 comitê.

1111 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1112 **Social) –** Bom, eu partilho do mesmo entendimento aqui que foi colocado pelo
1113 Caio, pelo Alex, em relação a questão da representação, para porque se a gente
1114 olhar bastante cuidado, eu diria assim que é até cômico isso, mas se alguém
1115 morrer não pode ser substituído pelo Conselho. Então, na verdade, a vaga é da

1116 entidade e ela pode substituir seus membros. Mudou o mandato do Conselho que,
1117 ele não pode substituir, então tem uma lógica aí, não é, que a representação é da
1118 entidade. Então, eu acho que, no meu entendimento, seria realmente reviver essa
1119 posição que ela trava, porque não adianta fazer novo processo e não adianta
1120 também mobilizar alguns Conselhos, que venham na defesa, por exemplo, essa
1121 pauta dos direitos humanos não são todos os conselhos que tenha essa pauta e
1122 que faz essa defesa. Então, eu acho que a gente já tem tantas coisas para
1123 enfrentar, então eu acho que modificar seria mais prático, mais rápido, menos
1124 oneroso para todos nós, do ponto de vista, inclusive, de não ter a sua composição
1125 no comitê. A outra coisa também, se tem todo esse impasse em relação a questão
1126 da sociedade civil, para acho que no momento de votação poderia se tirar um do
1127 governo, ele não voltar, isso seria também uma coisa é para respeitar o espírito da
1128 paridade, não é?

1129 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1130 Eu acho que a gente tem de definir os encaminhamentos, não é? Quer falar,
1131 Caio?

1132 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
1133 **do Norte) –** Tem uma pergunta também.

1134 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1135 A minha proposta de encaminhamento é a gente aguardar os trabalhos de hoje,
1136 para recuperar resolução da qual a gente está falando, que a resolução... O
1137 parecer da consultoria jurídica, que coloca esse entendimento. Não, a outra, a que
1138 diz que não pode mais de dois mandatos. Receber e se parecer, de preferência
1139 hoje, de manhã ainda, analisar de tarde e, no decorrer do dia de hoje ou no início
1140 da manhã, a gente apresenta um texto dando uma interpretação a isso, porque daí
1141 é a nossa competência de fazer um ato que, de acordo com a resolução do nº 1, é
1142 uma resolução, não é? Que é o ato de caráter normativo sobre questões
1143 organizacionais de funcionamento, é dar interpretação ao nosso regimento, dar
1144 interpretação ao decreto. É a única coisa que a gente pode fazer ao final das

1145 contas, não é? Isso aqui na bater na CONJUR depois de novo, mas há aí, gente, o
1146 que a gente vai fazer? Sentar e esperar?

1147 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1148 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mas teve liminar nessa ação da OAB?
1149 Essa é só a minha pergunta, se tem alguma decisão judicial que inviabilize? Não
1150 teve nenhuma, tem certeza?

1151 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não, não fomos intimados do mérito
1152 ainda.

1153 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1154 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mas não teve liminar também?

1155 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Teve eliminar em primeira instância,
1156 teve eu agravo de instrumento e, em sede de agravo, a liminar foi revogada, foi
1157 suspensa.

1158 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1159 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Foi revogada ou foi suspensa?

1160 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Efeitos práticos, prefeito ativo ao
1161 agravo de instrumento. Então, no sentido de suspender a liminar. Então, ou seja...

1162 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1163 **Defensoras e Defensores Públicos)** – E a liminar era para mudar a
1164 interpretação?

1165 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Para suspender e anular o item...

1166 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1167 É que a liminar atacava o edital do processo seletivo, não com os documentos do
1168 comitê.

1169 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1170 **Proteção Global)** – No final das contas, o entendimento tinha sido que o processo
1171 devia ficar suspenso e aí o entendimento dizia que não, que não poderia ficar
1172 suspenso por essa questão, entendeu?

1173 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Suspenso o item específico que vedava
1174 mais de dois mandatos.

1175 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1176 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mas isso impediria, na verdade, a posse,
1177 porque o edital inteiro estaria suspenso. Então, isso impediria possa do resto e,
1178 por entender porque seria prejuízo a todo o resto do comitê, também essa liminar
1179 foi suspensa.

1180 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1181 O pedido era para suspender naquele segmento, mas independente disso a ação
1182 da OAB diz respeito ao edital, porque eu edital cria este item que dá uma
1183 interpretação para o regimento para o decreto, que diz que não pode mais de dois
1184 mandatos. Então, a questão é assim, o a gente reflete em conjunto e expede um
1185 documento do Conselho dizendo: "A interpretação esta e não aquela da
1186 CONJUR." Ou a gente também toma as rédeas da criação do edital e no edital a
1187 gente tira esse tópico, porque daí publicado edital que não tenha essa questão de
1188 proibição de dois mandatos, aí essas entidades poderiam concorrer.

1189 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
1190 outro encaminhamento gerido foi o da Nanda, não é? Que seria a gente fazer uma
1191 recomendação da resolução a respeito do parecer da CONJUR, para que a
1192 entidade mais votada na sequência fosse, tomasse posse em relação, por conta
1193 de justamente de não ter tido nenhuma outra candidata do segmento do Conselho
1194 de classe. Então, a gente teria dois encaminhamentos possíveis aqui e acho que a
1195 gente pode abrir para uma votação desses encaminhamentos.

1196 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Senhora Vice-Presidente, as
1197 votações elas ocorrem quando existe a proposta do texto, não é? Então, assim, a
1198 colega falou de uma proposta de uma recomendação, mas não existe esse texto.
1199 Então, a minha sugestão é a elaboração desse texto é que coloque então para o
1200 pleno, para a apreciação do pleno, não é?

1201 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1202 Um cheque está no regimento interno isso do texto?

1203 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vamos votar, nós temos de ter
1204 uma... A resolução ela ser parte de uma projeção do que está sendo votado. Tem
1205 uma proposta da colega Fernanda, mas ela não está materializada, nós não temos
1206 o material para apreciação.

1207 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1208 Está bom, onde está no regimento que está condicionado a ter uma materialização
1209 para votar a proposta.

1210 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu acho que, independente de
1211 sempre ter acontecido dessa forma, porque esse não é o argumento, mas o nós
1212 vamos votar o quê? Qual é o texto que nós vamos votar?

1213 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1214 Não é o texto necessariamente, a gente está votando qual é a posição do comitê
1215 em relação a questão. Nem em relação, a gente não tem o parecer que ter de
1216 essa interpretação em relação aos conselhos de classe. Então, a gente também
1217 não tem isso em mãos agora. Então, a gente, enfim, de todo modo, acho que não
1218 dá para se pressupor que a gente vai votar uma coisa e que a gente já vai ter ela
1219 aqui em mãos, porque os assuntos eles acontecem à medida que a gente vai
1220 discutindo-os. Então, para mim não faz sentido, para mim pressentido votar o
1221 posicionamento e depois pensar e, de todo modo, as pessoas se manifestam
1222 contra ou a favor e os textos podem ser ajustados daqueles que votaram a favor.

1223 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1224 Por isso que é bom a reunião em dois dias, porque daí agora, a Nana até falou ali,
1225 a gente vai escreveu do e à tarde a gente vota. Sempre foi assim, na hora do
1226 almoço escreve, escreve no final da tarde, vota no outro dia, entra um pouco à
1227 noite, para a gente sempre fez assim. E aí a gente joga para a tela e alguém vai
1228 digitando, porque, de fato, assim, eu acho que tem de ter um texto para gente
1229 dizer: "É aquele texto ali." Não precisa estar tudo pronto, não precisa ter
1230 considerando, porque a gente perde tempo escrevendo considerando, isso é
1231 bobagem. Escreve ali: "Artigo 1. O comitê resolve que a interpretação do artigo tal
1232 essa, pontos." É isso.

1233 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1234 Não, eu entendo que você está falando, Caio. Só acho que para nós seria mais
1235 profícuo se a gente soubesse qual, enfim, a nossa posição de um lado ou de
1236 outro, mesmo para não fazer um texto que a sociedade civil não aprovasse essa
1237 ideia de fazer um texto de uma resolução. Então, se tivermos divergências até
1238 mesmo entre nós em relação ao caminho que a gente toma, eu acho que a gente
1239 pode perder tempo fazendo uma coisa que não necessariamente devia fazer.
1240 Então, acho que a mais nesse sentido do que o contrário. O Alex que falar alguma
1241 coisa.

1242 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
1243 **do Norte) –** Isso, na mesma linha, são a dizer que a gente não precisa da
1244 materialidade com a posição que já resta há bastante tempo de sendo debatida. A
1245 gente já tem uma posição da sociedade civil sendo alinhada, uma divergência em
1246 relação à interpretação da CONJUR, que já é a posição o que o oficial do governo
1247 já há bastante tempo, esse Conselho, esse comitê, tome uma posição política e é
1248 isso que vai para votação, se não a gente vai deixar de fazer a função política,
1249 para ficar discutindo vírgula, se vai para a esquerda ou para a direita, de maneira
1250 que a gente não toma decisão que precisa tomar, que a posição política a respeito
1251 desse debate. O encaminhamento disso é que vem como texto.

1252 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Porque no mesmo sentido
1253 ninguém mencionou a decisão política. Claro, não estamos de manifestar o
1254 entendimento da sociedade civil e governo. A questão é que eu não posso votar
1255 algo que eu não visualizo do que se trata. A recomendação, para a resolução, que
1256 estão previstos no nosso regimento interno. É uma previsão, são os atos, que a
1257 forma de manifestação do CNPCT é por atos previstos no regimento interno.
1258 Então, o que vai para votação é o que o pleno está deslizando, porque nós
1259 podemos alinhar aqui, não, todo mundo, nós concordamos que e, na hora da
1260 redação, alguém coloca o que quiser da forma que se escreveu. Então, eu só
1261 estou trazendo aqui uma questão administrativa que sempre ocorreu dessa forma,
1262 para facilitar para os colegas.

1263 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1264 Eu acho o seguinte, nada impede de que a gente possa votar agora um
1265 encaminhamento e, ainda assim, a própria redação ser revista, não é uma coisa
1266 estanque. Então, acho que a gente pode votar o que vai acontecer e depois a
1267 gente pode, inclusive, rever a própria redação, inclusive a gente dá um
1268 encaminhamento mais concreto para isso. Eu acho que deve ser feita dessa
1269 maneira e vou propor a então para que a gente vote ou encaminhamento que
1270 seria ou da proposta que foi feita pelo Caio ou da proposta que foi feita pela
1271 Nanda e a gente constrói o texto e traz o texto aqui e a gente pode discutir o texto
1272 em si. Eu acho que não muda o que cada um vai votar, o entendimento nesse
1273 momento e aí o texto a gente pode reparar as arestas dele de acordo com aquilo
1274 que, enfim, que vai estar ali nesse texto. Então, vou propor a votação desses dois
1275 encaminhamentos.

1276 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – O colega aqui até ressaltou
1277 então que o que se está propondo é que se vote para elaborar uma resolução, é
1278 isso? Ou uma recomendação, seria esse?

1279 **Interlocutora não Identificada** – Que reveja a posição...

1280 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Está colocando como
1281 encaminhamento que se volte para a elaboração de uma resolução e de uma
1282 recomendação, é isso?

1283 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É
1284 isso.

1285 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1286 Não, Sávio, primeira questão, as duas propostas podem ser votadas, porque uma
1287 não impede a realização da outra, a primeira questão. Eu acho que o que pode ser
1288 o encaminhamento, Sávio, é o seguinte, para a gente coloca na tela agora o Word
1289 e escrevem: "Encaminhamento, será feito uma resolução assim, assim e assado,
1290 que diz isso." Quando vai ser feito? Vai ser feito no decorrer da Reunião Ordinária
1291 e aí a gente define alguém aqui para a manhã trazer o texto. O texto final será
1292 votado amanhã, tal hora da Reunião Ordinária, está bom? Será apresentada a
1293 resolução que disse o seguinte. Aí o pessoal sai de que satisfeito e amanhã a
1294 gente volta e...

1295 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1296 Bom, então de todo modo, Caio, eu concordo com você que uma coisa não
1297 impede a outra, mesmo porque, enfim, são duas questões diversas, por uma
1298 questão a da interpretação específica do decreto que não mudaria em relação a
1299 resolução e a proposta. Então, eu acho que a gente pode abrir essa votação aqui
1300 agora em relação a proposta da Nanda.

1301 **Interlocutora não Identificada** – Só para esclarecer uma questão, porque a
1302 Nanda falou aqui que não vai recomendar mais, porque ninguém ouve, mas o fato
1303 que nós estamos discutindo hoje aqui é diferente da recomendação que foi feita
1304 ao ministério. Pediu-se para que fosse aproveitada, dentre as organizações da
1305 sociedade civil na vaga do Conselho profissional. É uma questão. E aqui a gente
1306 discutiu várias outras, que a questão da recondução, se há vedação ou não, são

1307 questões diferentes. É importante a gente separar aqui os encanamentos, do que
1308 é exatamente nós vamos tratar nessa resolução.

1309 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O primeiro encaminhamento, então, é
1310 votar resolução... No último edital de seleção. Para o preenchimento de vagas...
1311 Pela entidade mais votada entre os segmentos. Só diminuindo aqui um pouquinho
1312 para enquadrar lá então, primeiro é isso daqui, pessoal, votar resolução pela
1313 rejeição do parecer 245, referente ao aproveitamento para preenchimento de vaga
1314 remanescente do último edital de seleção para membros da sociedade civil do
1315 CNPCT, pela entidade mais votada entre os outros segmentos. O 2 seria o quê?
1316 Qual é o 2, que era a proposta na linha do Caio? O 2 ali, Caio, seria votar
1317 resolução...

1318 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1319 Vamos... Me ajudem aí. Cadê a Silvia? Não estar? Beleza. Então, vamos tirar da
1320 cartola aqui. O comitê nacional... Vamos lá, eu vou ditar, não, eu vou ditar, eu
1321 quero o texto como tem de ser.

1322 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Já vai fazer o texto já?

1323 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1324 Vamos, vamos lá. O comitê nacional de prevenção e combate a tortura, no uso
1325 das suas atribuições, delibera que a interpretação desse colegiado acerca do
1326 artigo 8º...

1327 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1328 Parágrafo 5º, não é isso?

1329 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1330 Parágrafo 5º do decreto 8154/2013, que versa sobre a recondução de
1331 representantes das organizações, tecer referem às pessoas físicas... Me ajudem,
1332 gente. É um exercício. Fernanda. Fernanda? Você que é boa de redação jurídica,
1333 vamos lá. Que versa sobre a recondução de representantes das organizações...

1334 Se referem às pessoas físicas, não sendo vedado o terceiro mandato às pessoas
1335 jurídicas, organizações da sociedade civil, a entidade dos conselhos de classe ou
1336 quaisquer outras previstas nos incisos IX, XII e XIII. Ah, perdão, o 11º, 11, 12 e 13,
1337 do artigo 8º do mesmo decreto.

1338 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É isso? Fecha parênteses.

1339 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1340 Só um pouquinho. Tem de fazer assim, olha, que versa sobre a recondução de
1341 representantes das organizações da sociedade civil, se referem exclusivamente as
1342 pessoas físicas. Lá em cima, João, sociedade civil.

1343 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Pessoas jurídicas da sociedade civil.

1344 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1345 Ali, terceira linha, tão organizações da sociedade civil, se referem exclusivamente,
1346 às pessoas físicas, não sendo vedado o terceiro mandato as pessoas jurídicas.

1347 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Em que pese tem alguns movimentos
1348 que não são PJ.

1349 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1350 As pessoas jurídicas e as organizações coletivas, vamos colocar a então. Daí, lá
1351 no fim, pelo o que não acata ou pelo o que contraria o parecer e a gente recupera
1352 uma mera do parecer e coloca ali. É, pelo que não acata. É esse 221? Tem como
1353 mandar esse 221 para gente?

1354 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Compartilhei na mesa diretora, as
1355 colegas podem compartilhar com pessoal?

1356 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1357 É 221? Vírgula. Devendo o texto integral dessa resolução ser apreciado no
1358 segundo turno da Reunião Ordinária. Então, eu tenho uma outra sugestão de texto
1359 aqui.

1360 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mais alguma coisa, Caio? A gente pode
1361 fechar o texto...

1362 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1363 Estou satisfeito.

1364 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Para encaminhar. Presidenta também,
1365 então nós temos ali os dois encaminhamentos que foram sugeridos.
1366 Encaminhamento um, ficou um pouco pequeno, porque ali a tela está... Não sei se
1367 tem como aumentar o pouco mais. Já está, é por causa do formato do Teams.
1368 Mas é ali, votar o 1, votar pela rejeição do parecer 245/22, referente ao
1369 aproveitamento para preenchimento de vagas remanescentes do último edital de
1370 seleção para membros da sociedade civil, pela entidade mais votada em
1371 entreposto outros segmentos. Então é o aproveitamento da entidade mais votada
1372 do último edital para fins de compor a 12ª vaga. No 2, seria votar pela resolução
1373 no sentido, o CNPCT delibera que a interpretação desse colegiado acerca do
1374 artigo 8º, parágrafo 5º, do decreto 8154 de 2013, que versa sobre a recondução
1375 de representantes das organizações da sociedade civil e, se refere é
1376 exclusivamente as pessoas físicas, não sendo vedado o terceiro mandato as
1377 pessoas jurídicas ou as organizações coletivas,. Organizações da sociedade civil,
1378 entidades do Conselho de classe ou previstas uma quaisquer outras nós incisos
1379 XI, XII e XIII, do artigo 8º do mesmo decreto, pelo o não acata um que o parecer
1380 221/2021 da CONJUR, MMFDH, devendo o texto integral desta resolução ser
1381 apreciado no segundo turno desta reunião ordinária.

1382 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1383 Me parece que são duas votações separadas, já que filma não impede a outra.
1384 Então, acho que a gente pode...

1385 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sofia, só minutinho, pedir a
1386 gentileza, Caio, talvez, João, o início é votar a elaboração de uma minuta de

1387 resolução. Aí segue o texto. Não é isso? A gente não vai votar uma resolução, a
1388 gente votar pela elaboração...

1389 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1390 Eu não concordo como votar a resolução.

1391 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** A minuta de resolução.

1392 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1393 A gente está votando que o entendimento do colegiado é esse que depois a gente
1394 só vai apresentar o texto, com os considerandos, com todas as formalidades, Ok,
1395 Sávio? Já usamos esse expediente.

1396 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1397 Coloca votar a minuta da resolução.

1398 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Seria elaboração de resolução
1399 para rejeição do parecer tal. O que está votando é isso, elaborar, criar, a votação
1400 não seria o correto.

1401 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1402 Não, é o de cima, é o de cima.

1403 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1404 A minha única ponderação é o número 2 sendo votado favorável agora, esse é o
1405 entendimento do colegiado.

1406 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1407 Mas é já está pronto o texto, número 2, então eu acho que não faz sentido e
1408 elaborar a minuta.

1409 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1410 É que, assim, uma coisa é a gente decidir aprovar essa posição política, outra

1411 coisa é isso se materializar, porque daí de ter de ter o formato, vai ter de ter toda
1412 uma formalidade para ir para o Diário Oficial.

1413 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1414 Sim, mas da dois já está aí.

1415 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1416 Sim, a minha questão essa, a gente vai votar o mérito agora? Todo mundo
1417 concorda que sim?

1418 **Interlocutora não Identificada –** Eu concordo que sim, se a gente elaborou ele
1419 aqui.

1420 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** No caso aí são duas
1421 resoluções, não é? Se o texto for só esse, sim, agora se for... Se o texto fosse
1422 ampliado, aí é uma nova apreciação, não é? Esse é o entendimento.

1423 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1424 É, o texto vai ser ampliado no sentido de ter o considerando, de ter o formato, de
1425 ter lá no final entra em vigor na data total e, esse tipo de coisa, Sávio.

1426 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Colocado para o colega que
1427 sempre projetávamos...

1428 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1429 É, mas eu concordo contígua nesse sentido.

1430 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1431 Bom, então um vamos para votação?

1432 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Antes da votação, deixa eu só
1433 apenas ponderar aqui, a questão 2 eu já antecipo que é o que está judicializado,
1434 tem nossa leitura é o que foi para o judiciário. O ministério teve o entendimento de
1435 pegar colocar daquela forma, teve o entendimento distinto da sociedade civil, a

1436 OAB que comprou um mandado de segurança levou para o judiciário. Então, a
1437 minha leitura é que é complexo em uma questão que não foi definida, como a
1438 Fernanda perguntou, o mérito já foi apreciado? Está lá, nós vamos aqui trazer uma
1439 adesão administrativa, pode ser que saia o contrário do mérito judicial.

1440 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1441 Bom, vamos para votação dessa primeira proposta, então? Alguém me contra,
1442 então, a elaboração dessa minuta de resolução?

1443 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Nós vamos passar a votação
1444 um por um dos representantes, como é que é?

1445 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1446 Quer passar um... Então, está bom. Item 1.

1447 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Só momento. Natália, você está
1448 fazendo uma tarefa ali...

1449 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1450 Eu vou começar com o Caio ali e depois vai na sequência.

1451 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1452 SOMOS vota a favor.

1453 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1454 Maria Clara.

1455 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1456 **Organizações Populares, GAJOP) –** GAJOP a favor.

1457 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Maria
1458 Felipa a favor.

1459 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1460 **Defensoras e Defensores Públicos) –** ANADEP a favor.

1461 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1462 ITTC a favor.

1463 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1464 **Proteção Global) –** SNPG contrário à proposta.

1465 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** MMFDH contrário.

1466 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
1467 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial) –** Rodrigo, SNPIR, contrário.

1468 **Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular - Rede de Proteção e**
1469 **Resistência Contra o Genocídio) –** Rede contra genocídio a favor.

1470 **Interlocutor não Identificado –** [Ininteligível].

1471 **Sr. Vitor Hugo Gonçalves Miranda (Francisco de Assis: Educação,**
1472 **Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - FAECIDH) –** EDUCAFRO a favor.

1473 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
1474 **do Norte) –** UFRN a favor.

1475 **Sra. Adriana Ribeiro (Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em**
1476 **Privação de Liberdade) –** Adriana, a favor.

1477 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1478 **Social) –** Conselho Federal a favor.

1479 **Sra. Priscila Flores Serra (Titular - Agenda Nacional pelo**
1480 **Desencarceramento) –** A agenda nacional a favor.

1481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1482 Então, foram os onze votos da sociedade civil a favor e os sete votos do quórum
1483 do governo contra, não é?

1484 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Ministério da
1485 educação contra.

1486 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Titular - Ministério da Saúde)** – Ministério da
1487 saúde contrário.

1488 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Ministério
1489 da Cidadania contrário.

1490 **Sr. Taciano Scheidt Zimmermann (Titular - Ministério das Relações**
1491 **Exteriores)** – Ministério das relações exteriores deseja registrar o voto contrário
1492 também.

1493 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1494 Gente, vocês podem repetir, por favor, um de cada vez?

1495 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Ministério da
1496 educação contrário.

1497 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Titular - Ministério da Saúde)** – Não sei se já
1498 registraram o ministério da saúde, a gente falou bem próximo, contrário.

1499 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Votaram contrário: SNPG,
1500 MMFDH, SNPIR, MD, ministério da defesa, MEC, ministério da saúde de
1501 Ministério das Relações Exteriores.

1502 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Ministério
1503 da Cidadania contrário também.

1504 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ministério da Cidadania. Votaram a
1505 favor: SOMOS, GAJOP, Maria Felipa, ANADEP, ITTC, rede contra genocídio,
1506 EDUCAFRO, UFRN, Conselho federal do serviço social, agenda e o grupo de
1507 amigos.

1508 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, tente ver se tem mais
1509 alguém virtualmente que ainda não manifestou.

1510 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Algum lembro que está on-line não foi
1511 referenciado aqui? 11 versus 8. Onze versus... Um lado 11 e do outro lado
1512 contrário 8. A favor 11, sociedade civil, e 8 contrários.

1513 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1514 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – Licença,
1515 estão me ouvindo?

1516 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1517 Sim.

1518 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1519 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – Bom dia.

1520 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1521 Quem está falando?

1522 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É a representante do a MJ, Joélia.

1523 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1524 Pode falar.

1525 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1526 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – A minha
1527 conexão está ruim aqui. Voto contrário também.

1528 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1529 Só queria pedir, lembrando que é uma questão que a gente já estava fazendo em
1530 outras reuniões on-line, para votar, a pessoa tem de estar com áudio e com a
1531 Cabrera aberta, para a gente saber quem é quem está votando, para saber se o
1532 titular ou seu suplente, seja da sociedade civil, seja do governo.

1533 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É só falar o nome e a
1534 representação, não é? Às vezes a pessoa está com alguma dificuldade de abrir o
1535 vídeo ou, nós tivemos a UFRN em várias situações sem conexão boa. Então, falou
1536 o nome, qual o órgão que representa, não é?

1537 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Eu estava com a
1538 minha câmera desligada, ministério da educação, acabei de ligar a câmera, voto
1539 contrário.

1540 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Agradeço.

1541 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1542 Então, gente pode encerrar a votação.

1543 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. O próximo ponto?

1544 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1545 Um abrir para votação também, começando com o Caio.

1546 **Interlocutor não identificado** – Com licença, podia fazer a votação chamo um
1547 dos membros, chamando as representações, porque essa parte final, para nós
1548 que estamos on-line, votar ficou meio confusa e atropelada. Seria só uma
1549 sugestão.

1550 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1551 Chama pela lista.

1552 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1553 João, você quer chamar então as pessoas do governo?

1554 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está bom, deixa eu só pegar esse de
1555 presença aqui. Ok, na segunda questão que se refere a um entendimento da
1556 recondução da vedação, que é para pessoa física ou pessoa jurídica, vamos lá,

1557 vamos abrir a votação então, Presidenta? Como vota a associação de amigos e
1558 familiares de pessoas em privação de liberdade?

1559 **Sra. Adriana Ribeiro (Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em**
1560 **Privação de Liberdade) – A favor.**

1561 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – A favor. Qual é o voto da UFRN?**

1562 **Sr. Alex Reinecke de Alverga (Suplente - Universidade Federal do Rio Grande**
1563 **do Norte) – Favorável.**

1564 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Qual o voto da SOMOS?**

1565 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1566 **A favor.**

1567 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Como o voto ANADEP?**

1568 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1569 **Defensoras e Defensores Públicos) – Favorável.**

1570 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Como volta assessoria popular Maria**
1571 **Felipa?**

1572 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) – A favor.**

1573 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Como vota a rede de proteção contra o**
1574 **genocídio?**

1575 **Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular - Rede de Proteção e**
1576 **Resistência Contra o Genocídio) – A favor.**

1577 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Como vota o GAJOP?**

1578 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1579 **Organizações Populares, GAJOP) – A favor.**

- 1580 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como voltou Conselho federal de
1581 serviço social?
- 1582 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1583 **Social)** – A favor.
- 1584 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como vota a agenda nacional pelo
1585 desencarceramento?
- 1586 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
1587 **Desencarceramento)** – A favor.
- 1588 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como votam instituto terra trabalho e
1589 cidadania? Como vota EDUCAFRO? Agora, representantes do governo. Como
1590 vota o ministério da justiça, segurança pública, pelo DEPEN? Como vota a SNPG?
- 1591 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1592 **Proteção Global)** – Contrário.
- 1593 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como vota a secretaria de governo da
1594 presidência da república? Como voto ministério da justiça e segurança pública,
1595 pela SENASP?
- 1596 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1597 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – Contrário.
- 1598 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como voto ministério da defesa?
- 1599 **Sr. Jorge Mendes (Titular - Ministério da Defesa)** – Contrário.
- 1600 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como vota o Ministério da Cidadania?
- 1601 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Contrário.

1602 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como o vota o a para Ana o ministério
1603 da saúde?

1604 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Titular - Ministério da Saúde)** – Contrário.

1605 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como volta a SNPIR?

1606 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
1607 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Contrário.

1608 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como o voto a o representante
1609 suplente da ministra, MMFDH?

1610 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Contrário.

1611 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como volta o ministério da educação?

1612 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Contrário.

1613 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como votos Ministério das Relações
1614 Exteriores?

1615 **Sr. Taciano Scheidt Zimmermann (Titular - Ministério das Relações**
1616 **Exteriores)** – Contrário.

1617 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, fechamos aqui. Se repete o
1618 quórum anterior de votação, onze pela sociedade civil a favor e 8 pela
1619 representação de governo, contrários.

1620 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1621 Bom, podemos encerrar a votação então, não é? Uma questão aqui. Nanda, esse
1622 texto que você quer trazer, é hoje? Está bom. Então, depois do almoço a gente faz
1623 a análise do texto, não é? Acho que só uma questão de ordem aqui, são 11h30 e
1624 a gente acabou avançando bastante nessa discussão e aí, vendo a aqui o
1625 cronograma que a gente tinha para hoje, tinham algumas questões aqui, a

1626 primeira delas era que nesses informes a gente discutisse a questão da data da
1627 nova reunião, mas o mais importante aqui que eu estou vendo seria a
1628 apresentação do relatório do mecanismo. Como depois do almoço tem audiência
1629 em é que o João me confirmou aqui que tem autoridades que realmente estarão
1630 presentes aqui na audiência, eu acho que a gente deveria passar o relatório do
1631 mecanismo de apresentação para o dia de amanhã, porque se não a gente vai
1632 ficar sem tempo hábil para apresentação do mecanismo. Acho que teria de achar
1633 um tempo amanhã para isso e aí uma outra questão, que eu queria falar até com a
1634 rede de proteção contra o genocídio, que a gente tinha colocado a questão da
1635 recomendação das câmeras e dos coletes, junto a esse ponto 5, com revisão das
1636 recomendação nº 7, mas eu proporia, se vocês não se importarem, da gente
1637 discutisse na próxima Reunião Ordinária, inclusive com uma minuta já elaborada
1638 de recomendação, para que a gente pudesse ter mais tempo a aqui.

1639 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1640 O que o ponto onze fala dos convidados?

1641 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Após o relatório apresentado pela
1642 Sofia, os convidados para audiência pública terão tempo para organizarmos as
1643 falas desses candidatos.

1644 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1645 Amanhã desses informes de denúncias, acórdão do CNJ, denúncias de violações
1646 de direitos, esse ponto você que vai apresentar, é isso?

1647 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Fazer um relatório do que foi
1648 compartilhado com a mesa diretora, que esses documentos foram compartilhados
1649 para sugestões de encaminhamento. Relatório bem simples, é um extrato: "Olha,
1650 trata-se de denúncias sobre isso, isso e isso. Se o comitê quer se aprofundar ou
1651 não."

1652 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1653 Essa questão desses informes do ponto 3, na verdade a gente vai tratar eles, para
1654 a gente trataria eles hoje, porque pensando aqui poderia ser tratado deles hoje. Se
1655 a reunião até, por exemplo, 12h30, a gente coloca esse ponto nº 3 inteiro para
1656 hoje, que tem 1h aqui, das 9h30 às 10h30 e daí o relatório poderia se
1657 apresentado. Amanhã tem uma perita que ela não pode no horário da manhã, é
1658 isso? Não... Então, está bom. Então, que eu acho que proporia é o seguinte, para
1659 a gente passe se ponto nº 3 de amanhã para hoje nesse horário de 13h, que a
1660 gente ainda tem, não é? Teria essa revisão dessa recomendação nº 7, mas talvez
1661 caiba aqui e aí o ponto número 7 de amanhã, a gente passaria então para o ponto
1662 número 3 e daí no ponto nº 7 ficaria a apresentação do relatório às 14h.

1663 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Pode repetir por favor, Sofia?

1664 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1665 Olha, para minha proposta seria a seguinte, o ponto número 3 do dia de amanhã,
1666 que seriam as reuniões com os comitês, mecanismos e a recomendação de apoio
1667 ao mecanismo, passaria a ser debatido agora, que a gente ainda tem 1h30. Se a
1668 gente for até 12h30, desculpa, tem 1h, a gente vai até 12h30 e dá tempo. E aí
1669 amanhã, para essa questão, enfim, do mecanismo e das peritas, a gente passaria
1670 então o ponto número 7, que teriam 1h, que seria esse ponto administrativo, para
1671 esse ponto nº 3 que a gente vai debater hoje, que também teria 1h, que seria das
1672 9h30 às 10h30 e o relatório a gente passaria então para às 14h.

1673 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Entendi. No lugar do ponto 7, entrariam
1674 relatório de Minas?

1675 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1676 Isso. E o ponto 7 iria para ponto nº 3 e o ponto número três vai ser hoje agora.

1677 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Está bom. O Minas é o 6.1. Entendi.
1678 Entrariam 6.1 e o 7.1 iria para o lugar do 3.1. E os grupos de trabalho aqui...

1679 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – É**
1680 um informe rápido, não é?

1681 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O 4.1. Veja bem, o que aconteceu com
1682 os grupos de trabalho? A gente pode resolver talvez aqui, os grupos de trabalho
1683 foram aprovados pelo plenário e a gente tem dois decretos que regulamenta a
1684 criação de órgãos colegiados. Quando foi para CONJUR fazer essa consultoria de
1685 conformidade, ficou evidenciado que faltaram algumas definições que são
1686 importantes, por exemplo, vou destacar 3 aqui: faltou quem coordenará, faltou
1687 qual quórum de implementação e votação, e faltou também... Quem coordenará,
1688 qual o quórum e faltou um outro detalhe aqui. Então, são questões que competem
1689 ao comitê, questões de votação, de quem coordenará, e a gente está voltando ao
1690 comitê com a sugestão da minuta ali em aberto, para só definir isso e a gente
1691 publicar. Lembrando que são exigências do decreto, o decreto 9759 eu decreto
1692 9191. Então, está exigindo do lá que, para criar órgãos colegiados tem de se
1693 definir quem coordena, definir quórum de votação, essas coisas.

1694 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1695 Você está com ele aberto aí?

1696 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O quê? O decreto com as minutas?

1697 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1698 Não, as minutas para a gente colocar para definir quem é o coordenador. Ah, está
1699 impresso? Precisaria definir um coordenador, é isso?

1700 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** As competências, as competências
1701 também, que é algo que talvez exigiria...

1702 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – É,**
1703 acho que atribuições do grupo de trabalho.

1704 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, compete ao grupo de trabalho.
1705 Natália... No compete as competências: averiguar... Talvez a gente possa passar
1706 isso daqui, fazer uma minuta e amanhã, em algum momento, a gente só projeta
1707 ele já pronto, está bom?

1708 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1709 Está bom, pode ser. Só para pensar a aqui, faltou um membro que seria o de
1710 coordenação dos 2, é isso?

1711 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, dos 2.

1712 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1713 Mas e aí esse membro é da sociedade civil, é governo, como que é?

1714 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente está colocando aí. Em uma
1715 delas a gente coloca a sugestão, no parágrafo 2º, que o coordenador será
1716 indicado por sorteio, na primeira reunião, seguindo o padrão da comissão de
1717 seleção do mecanismo, para elaborar o edital de peritos do mecanismo. Aí o
1718 quórum da reunião a gente deixou aqui a definir. Como sugestão, a gente sugere
1719 as deliberações seja por consenso e que a coordenação seja indicada por sorteio
1720 na primeira reunião.

1721 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1722 Está bom, mas isso pode estar também amanhã nessa proposta para a gente
1723 averiguar ela? Essa sua sugestão? Porque é que não está escrito.

1724 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso, para a gente tenta montar entre
1725 nós uma proposta de texto e amanhã a gente projeta para aprovar.

1726 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1727 Está bom. A última questão administrativa, enfim, seria só da data da reunião e aí
1728 já poderia passar para essa questão dos comitês e dos mecanismos e da ficha.

1729 Acho que tem duas sugestões de datas que podem ser possíveis para reunião,
1730 enfim. 11 e 12 de novembro ou 18 e 19, era isso gente? 17 e 18.

1731 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – No dia 24 vai ocorrer o quê, Sofia?

1732 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1733 Jogo do Brasil da copa.

1734 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Jogo do Brasil no dia 24 de novembro?

1735 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É.
1736 Seria ou 10 e 11 ou 17 e 18.

1737 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – 10 e 11 de novembro ou 17 e 18 de
1738 novembro.

1739 **Interlocutor não Identificado** – Deixa eu só colocar uma dúvida, é que o João
1740 comentou das passagens na sexta, não seria o caso de marcar reunião quarta e
1741 quinta? Que a gente está fazendo quinta e sexta.

1742 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1743 Pode ser também.

1744 **Interlocutor não Identificado** – A minha dúvida essa, entendeu?

1745 **Interlocutora não Identificada** – Só uma questão aqui em relação à data, é que
1746 esse ofício... Eu olhei aqui na história da Copa, o calendário, e está assim: se o
1747 Brasil passar para uma fase lá, vai cair 17 e 18. Ah, não, é em dezembro.

1748 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É
1749 em dezembro. Não, mas pode ser então 9 ou 10 e daí... Eu acho que na verdade
1750 teria de ser nove ou dez, porque no 16 e 17 tem o feriado que antecede, que é de
1751 15 de novembro, que é uma terça-feira. Então, a sugestão... E na semana anterior
1752 tem o feriado do dia 2, que é em uma quarta-feira. Então, acho que só nos resta
1753 essa opção, mesmo pensando na questão das passagens, 9 e 10.

1754 **Interlocutora não Identificada – De acordo.**

1755 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
1756 **feriado é na terça-feira. Então, pode ser 9, vamos fechar 9 e 10 de novembro? Aí**
1757 **agora, passado esse ponto, a gente pode passar para o ponto de informe aqui do**
1758 **João.**

1759 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – São minutinho, registro aqui, Natália,**
1760 **registra aí: encaminhamento de mudar a data 38º, passando para os dias 9 e 10,**
1761 **foi aprovado. Ok.**

1762 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1763 **João, se você quiser começar com esses informes aqui então do... Tem um ponto**
1764 **que está aqui, que seria revisão da recomendação nº 7, que recomendação essa?**
1765 **Ah, está bom, geral, entendi, está bom.**

1766 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Uma sugestão da gente passar essa**
1767 **resolução para a próxima plenária, o que você acha, Presidenta?**

1768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
1769 **que era para...**

1770 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – A que foi direcionada ao Amazonas.**

1771 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1772 **Amazonas, depois para os outros estados, foi para ser no âmbito geral de todos**
1773 **os estados.**

1774 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Essa está sem número aí, dentro dos**
1775 **documentos. Seria essa recomendação.**

1776 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1777 **Organizações Populares, GAJOP) – É só aprovar, não é? Não precisa fazer**
1778 **nenhuma modificação, não é?**

1779 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Olha, esse texto aqui eu peguei da
1780 resolução que foi direcionada para o Amazonas, nós colocamos no Word e
1781 enviamos para que, eventualmente, fosse sugerido textos aqui. Então, ao menos
1782 uma leitura para ver se essa aqui mesmo seria necessária, eu entendo, Maria
1783 Clara.

1784 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1785 **Organizações Populares, GAJOP)** – Certo.

1786 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1787 Mas esse também a gente pode fazer hoje e, assim, acho que talvez, como você
1788 pegou exatamente do que a gente tinha feito no plenário, talvez não tenham
1789 grandes mudanças e a gente pode votar isso aqui amanhã, se tiver tempo de votar
1790 isso aqui amanhã também. A gente faz a leitura hoje e vota amanhã. Então, agora
1791 seria esse ponto dos informes das reuniões do comitê.

1792 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu vou projetar aqui novamente, que eu
1793 tinha feito em checklist para esses informes. Ah, é Patrícia? Patrícia do Rio? A
1794 Patrícia se encontra? A colega também de Rondônia se encontra? Sim. É
1795 importante a Patrícia participar, porque ela manifestou insatisfação com essa
1796 questão. Isso pode voltar. Ok. A de Rondônia está, mas eu vou pedir a Natália
1797 para fazer contato com a Patrícia. Eu vou começar, mas eu acho que, pela forma
1798 como ela colocou para a gente dialogar e evitar insatisfações futuras.

1799 **Sra. Patrícia** – Não, estou aqui, estou ouvindo.

1800 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ah, obrigada, Patrícia. Ok. Então, na
1801 última reunião da mesa diretora foi solicitada que a coordenação geral
1802 compartilhasse as reuniões e articulações, sobretudo reuniões feitas com comitês
1803 e mecanismos, a respeito desse assunto. Naquela oportunidade da reunião eu
1804 coloquei para a mesa diretora e coloco agora para o plenário, que nós, na
1805 coordenação geral, nós tínhamos o planejamento atual de fazer uma atualização

1806 geral das fichas a respeito dos dados do estado, ou seja, como o estado está
1807 lidando com a política e dos mecanismos, ou seja, o estado, que é o ponto focal
1808 do estado que lida com a política, como estão comitê no seu estado, se o seu
1809 estado tem comitê ou não e aí é uma ficha que tem todos esses dados. Nessa
1810 ficha também nós colocamos várias perguntas a respeito se existe uma estrutura,
1811 tem arquivos, perguntas que foram úteis para compor um documento que é o
1812 primeiro relatório de comitês de prevenção combate a tortura que foi feito em 2019
1813 a pesquisa e lançado em 2020. Então, isso nós temos esse relatório. A gente
1814 pegou as perguntas do formulário, colocamos em anexo nessa ficha para solicitar
1815 às secretarias, os pontos focais, as respostas para que a gente pudesse já,
1816 voltando às fichas, quem sabe nós termos a chance de atualizar o segundo
1817 relatório desse, a partir desses dados. Por que tem a chance? Porque são dois
1818 exercícios na nossa experiência, nem sempre a gente consegue falar o que a
1819 resposta exata e a nossa primeira intenção no objetivo era ter a atualização de
1820 quem está tocando a pauta, se tem comitê, quem está no comitê, está
1821 funcionando, era isso, qual o contato, para deixar de registro. Nós estamos em
1822 uma possível transição, ou seja, vai ter transição de governo, independente do
1823 qual o governante que vai assumir. Então, pode ter outras equipes, outras
1824 pessoas, tem todas temos de deixar essa base de dados lá para fins de contatos.
1825 Pois bem, nós fizemos essas fichas em que vamos para secretarias que, dentro
1826 da base de dados nossa, são as secretarias que são ponto focal para coordenar
1827 os comitês dentro das estruturas administrativas. Isso que aconteceu. O que eu
1828 houve aqui preliminarmente da Patrícia, foi uma insatisfação com relação ao que
1829 aconteceu ou o fluxo diferente, no meu entender, fluxo diferente necessária para
1830 que essas fichas cheguem, de fato, aonde tenham as informações ou chegue em
1831 mais lugares para que tenham informações que possam complementar ou até
1832 mesmo dar com uma credibilidade em relação à realidade, é o que eu ouvi. E
1833 quanto a isso e outros assuntos, nós estamos abertos para acatar esse sugestões
1834 para adequar fluxos, para enviar para quem o real ponto focal, que está operando
1835 no comitê, para a gente poder deixar essa base de dados para o governo federal

1836 continuar, quem estiver aqui na minha cadeira, continuar tendo uma base de
1837 dados completa, para ajudar o comitê, para ajudar o sistema a continuar os
1838 trabalhos de articulação. Sobre ficha federativa, é isso. Aí tem o ponto também
1839 sobre reuniões, mas eu queria deixar em aberto esse ponto para os colegas que
1840 estão acompanhando.

1841 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
1842 **Tortura de Rondônia - RO) –** A Patrícia quer começar?

1843 **Sra. Patrícia –** Quero sim, gostaria.

1844 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
1845 **Tortura de Rondônia - RO) –** Até porque foi a Patrícia que chamou atenção da
1846 nossa Presidente Taís a respeito das fichas. Ela chamou a atenção, porque ela
1847 até verificou alguns problemas na ficha de Rondônia e comunicou a Taís, dizendo:
1848 "Taís, foram vocês que responderam, não é?" Pode colocar, Patrícia, inicia que eu
1849 depois complemento.

1850 **Sra. Patrícia –** Hoje, obrigada, Gisele. Então, primeiro que, assim, o comitê do Rio
1851 de Janeiro já tinha respondido no ano de 2020 o e-mail da coordenação de
1852 combate a tortura, com várias informações de reuniões, quem estava lá
1853 coordenação, quem era a coordenação, quem era Secretaria Executiva,
1854 calendário de reuniões, os membros atuais, isso no ano de 2020. Aí, nessa ficha
1855 federativa, eu entendo que a coordenação de combate à tortura tenha pontos
1856 focais, mas os pontos focais não podem responder pelos comitês, por que os
1857 pontos focais não estão no dia-a-dia dos comitês. A secretaria de assistência
1858 social e direitos humanos no Rio de Janeiro ela ficou um ano, quase dois anos,
1859 fora do comitê do Rio de Janeiro. A gente, no mês de agosto agora, teve a eleição
1860 para os novos membros do mecanismo e aí eu fui falar com a secretaria, para trás
1861 da secretaria para a secretaria indicar a sua representação para poder votar na
1862 eleição dos membros do mecanismo. Aí, para a partir disso, a secretaria voltou a
1863 funcionar. Assim, eu não sei nem quem essa pessoa que respondeu essa ficha e

1864 ela responde coisas que ela não poderia responder. Então, assim, existe comitê
1865 nacional, somos um sistema de prevenção e combate à tortura, o comitê nacional
1866 não está acima dos comitês estaduais e vice-versa, todos nós somos iguais.
1867 Então, se o comitê nacional tem as informações do comitê, não tem porque a
1868 coordenação de combate à tortura mandar ficha federativas para as secretarias de
1869 assistência e as secretarias de assistência responder. Aí, não foi só no Rio de
1870 Janeiro, por exemplo, Salvador não existe comitê de prevenção e combate à
1871 tortura, não existe. No ano de 2019, eu estive em Salvador a convite da
1872 Assembleia Legislativa fazendo debate sobre isso e aí, por exemplo, às fichas
1873 federativas de Sergipe elas têm informações de Minas, elas têm informações de
1874 Minas e foram todas atualizadas esse ano. Existe uma representação do próprio
1875 grupo de amigos no comitê nacional e minas também não tem comitê nacional,
1876 porque a lei de minas é muito ruim, além de minas é muito ruim. Eu estive na
1877 assembleia legislativa debatendo a lei de Minas Gerais, que Minas foi o primeiro
1878 estado ter secretaria de segurança, tudo isso no comitê e o subcomitê da ONU
1879 não reconheceu esta lei, que a Karoline Castro era coordenadora de combate à
1880 tortura. Então, para assim, isso me deixa muito preocupada quando a
1881 coordenação de combate à tortura faz isso e outra coisa, lembrando que, com
1882 certeza deve ter um arquivo, foi realizado o primeiro encontro de comitês e
1883 mecanismos, o segundo encontro e farão um terceiro encontro de comitês e
1884 mecanismos, que a maioria das pessoas tem um documento. A gente pactou a
1885 criação de comitês e mecanismos, a gente pactou relações, é só buscar na
1886 estrutura do comitê nacional aonde está essa documentação, por exemplo, eu
1887 tenho ela guardada. Então, assim, eu acho muito complicado, eu acho muito
1888 complicado, essa movimentação foi feita e isso para mim traz como se quisesse
1889 esvaziou comitê nacional, porque está tirando atribuição do comitê nacional. A
1890 coordenação de combate à tortura ela tem uma outra atribuição e certas
1891 atribuições estão ficando esvaziadas. Então, isso me preocupa muito e aí eu fiz
1892 contato com vários membros de comitês, inclusive comitê de Rondônia, que disse
1893 que o comitê de Rondônia não está... De Rondônia não, do Rio Grande do norte

1894 também não está ativo e de Rondônia também. Como é que é isso? Sabe? São
1895 preocupações. Acho que isso precisa ficar bem claro para todo mundo, porque
1896 sempre foram os comitês e mecanismos sempre participaram das reuniões,
1897 inclusive os comitês estaduais podiam votar para eleger a representação do
1898 comitê nacional. Então, tem algumas coisas que as pessoas, que estão chegando
1899 agora, que não sabem, mas quem acompanha os comitês e mecanismos ao longo
1900 dos anos sabe. É isso.

1901 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Patrícia. São minutinho.

1902 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
1903 **Tortura de Rondônia - RO)** – Pode falar, pode falar, pode falar.

1904 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Patrícia, em termos práticos, achei
1905 preocupante você falar que não está tendo uma comunicação, não teve da
1906 secretaria, que seria o ponto focal federativo para saber como que ele está
1907 tocando a política, inclusive saber que não tem comitê ainda mesmo, que não tem
1908 mecanismo ainda mesmo, só que achei preocupante o fato de que não pode parar
1909 só aí o talvez até tendo informações equivocadas. Então, em termos práticos,
1910 você coloca uma solicitação para gente enviar diretamente para a presidência dos
1911 comitês, essas solicitações, é isso também?

1912 **Sra. Patrícia** – É isso, é isso que deveria ter sido feito no primeiro momento.

1913 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Patrícia. Gisele, por
1914 gentileza.

1915 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
1916 **Tortura de Rondônia - RO)** – Sim, é nesse sentido mesmo, porque eu entendo
1917 que até o comitê nacional pode ter tido uma boa intenção em mandar para o ponto
1918 focal, mas não foi, apesar da boa intenção, concretamente isso surgiu, deu efeitos
1919 concretos enfáticos negativos, inclusive a ficha para vocês constou que o nosso
1920 comitê não era ativo. O nosso comitê foi um dos primeiros comitês que foi criado

1921 no Brasil, depois do Rio de Janeiro, está bom? Ele foi instituído por lei, está bom?
1922 É um comitê que ativos, eu inclusive participei desde o começo da seleção dos
1923 primeiros peritos, eles cumpriram um primeiro mandato, agora estão cumprindo o
1924 segundo mandato, são 6 anos de... Antes disso, são 7 anos que a gente está
1925 envolvido, é um comitê muito atuante, os peritos são excelentes profissionais,
1926 alguns foram reconduzidos, outros foram substituídos. Fazem visitas a presídios,
1927 tanto de Porto Velho quanto do interior constantemente, com relatórios muito bem
1928 fundamentadas. Nós temos atuado de forma muito frequente com relatórios e com
1929 reuniões mensais e o que causa, assim, uma perplexidade e que a ficha foi
1930 mandada para a SEAS, a secretaria de assistência social que é vinculado almoço
1931 comitê e realmente aconteceu isso concretamente, por quê? Eu vou só relatar um
1932 fato, não estou fazendo nem o tipo de acusação, nem de valor, só vou constatar
1933 fato. A gente sabe que, por causa da pandemia, não agora prestando contas dos
1934 recursos que foram empregados o mal-empregados, isso o Brasil inteiro já sabe,
1935 não é? O e está passando por isso governadores que não empregaram
1936 devidamente os recursos. Então, estão prestando contas perante o ministério
1937 público estadual e federal, tribunal de contas da união e dos estados, então os
1938 governadores estão agora em uma fase muito delicada e tem, realmente, há um
1939 embate e o governador de Rondônia não, claro que não tem afeição pelos órgãos
1940 de controle e a esposa do governador é a secretária de assistência social, seria a
1941 nossa, não chefe, mas seria a superior, que a quem nós estamos vinculados.
1942 Então, realmente é uma situação muito delicada. Logo a pessoa que está
1943 representando a secretária, que faz parte do comitê também, ela já criou vários
1944 obstáculos inclusive para a criação inicial do comitê. Nós tivemos muitos
1945 obstáculos para adquirir uma sala para receber os próprios equipamentos para o
1946 comitê funcionar, que foram doados para o MPT, eles nem compraram os
1947 equipamentos. O termo de recebimento dos equipamentos eu tive de fazer uma
1948 recomendação, enquanto membro do MPF para receber os equipamentos, porque
1949 eles fizeram de tudo para atrasar. Ou seja, foi todo feito de maneira muito
1950 sacrificante. Assim, todo o sistema foi feito, o próprio sistema de dificuldade que

1951 foi criada, foi uma violação aos direitos humanos, porque todo obstáculo que é
1952 criado para o funcionamento de estrutura que protegem e monitora a violação de
1953 direitos humanos, é uma violação os direitos humanos. O Rondônia já tem um
1954 histórico de violação de direitos humanos, a questão, enfim, inclusive está
1955 prestando contas inclusive na justiça federal por essas violações, inclusive com os
1956 pactos aí que vieram a ser formados em decorrência disso. Então, a gente ver que
1957 realmente há uma resistência e há um... Parece, eu não quero criar acusações
1958 aqui, mas há uma intencionalidade inclusive e até um boicote a nossa situação. O
1959 principal boicote que nós temos é em relação ao orçamento. Os peritos fazem um
1960 esforço sobre-humano com uma diária de 100 e poucos reais para poder visitar os
1961 presídios. Foi agora no interior visitar cinco presídios, com uma diária de 100 e
1962 poucos reais que não aumenta, é uma diária que é discriminatória em relação a
1963 diária de qualquer outro funcionário público estadual, uma remuneração que eles
1964 recebem é a mesma há seis anos, isso é uma violação ao funcionamento regular
1965 do mecanismo de combate a tortura no estado de Rondônia. Isso a gente está
1966 tratando, a gente vai ter de tomar providências concretas, para acho que até
1967 judicial, porque eles não estão conseguindo exercer com regularidade e com a
1968 mesma eficácia que poderia ser executada a missão do mecanismo nas suas
1969 vitórias, nas suas visitas, enfim, que poderiam [Ininteligível], é uma violação.
1970 Tudo que é feito em termos de orçamento e tudo que é diminuído, isso afeta
1971 diretamente a própria qualidade do trabalho. Então, a questão de ter sido
1972 mandado para a esposa do governador e isso não ter chegado para a gente.
1973 Como eles não sabiam responder, mandaram para o comitê, mas o que a gente
1974 respondeu eles terem adulterado, eu achei isso o gravíssimo. Eu sei que agora
1975 vocês vão mandar para gente responder, acredito que vocês vão desconsiderar a
1976 ficha que eles mandaram, a gente já está mandando a ficha com as informações
1977 adequadas, mas a adulteração foi muito grave, muito grave mesmo. Eu não sei
1978 que providências podem ser tomadas, porque isso foi muito grave, diante desse
1979 contexto todo que eu estou falando para vocês. Era isso que eu queria colocar,
1980 inclusive nós temos aqui tudo o que a gente fez. É uma injustiça com os próprios

1981 peritos, porque o esforço que esses meninos fazem, inclusive com a privação até
1982 de numerário, alimentação eles têm de ficar atirando do próprio salário, enfim,
1983 assim, é um crime o que fazem e a qualidade do trabalho deles que o trabalho que
1984 eles fazem com muito esforço, é um trabalho bom, é um trabalho de qualidade,
1985 enfim, a produtividade deles e também a atuação do comitê, que se reúne
1986 periodicamente, nós nos reunimos com o secretário de segurança nacional, nós
1987 estamos sempre batalhando pela implementação, pela eficácia do orçamento. A
1988 gente não tem sido atendido, mas a gente não tem ficado omissa, nós vamos
1989 tomar providências. Ter falado que a gente não funciona, sendo que acho que é o
1990 segundo, terceiro, comitê que funciona e funcionou por lei ainda. Assim, acho que
1991 foi, eu não sei o que dizer, isso aí tem nome, tem nome e tem o tipo penal. Era
1992 isso que eu queria falar.

1993 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
1994 queria agradecer a fala da Gisele e da Patrícia.

1995 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Dizer que não era nossa intenção.

1996 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
1997 **Tortura de Rondônia - RO) –** Eu tenho certeza disso, está bom? Eu não estou
1998 em nenhum momento culpando vocês, não foi culpa de vocês, está bom? Acredito
1999 que vocês fizeram por uma questão da celeridade, mas, assim, infelizmente
2000 acontecem essas coisas, entendeu? Acontecem.

2001 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O nosso objetivo era obter as
2002 informações efetivas.

2003 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
2004 **Tortura de Rondônia - RO) –** Claro, eu tenho certeza disso.

2005 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Obrigado por trazer para a gente poder
2006 corrigir esse fluxo.

2007 **Sra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi (Vice-Presidente do Comitê de Combate à**
2008 **Tortura de Rondônia - RO)** – Foi essa a nossa intenção de participar da reunião.

2009 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2010 João, frente da isso, acho que então vai ser encaminhado um formulário para os
2011 presidentes e presidentas dos comitês e mecanismos, não é? E... O você quer
2012 falar?

2013 **Interlocutora não Identificada** – Não, é porque eu acho que tem mais gente.

2014 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2015 Ah, tem mais gente?

2016 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que o comitê de Pernambuco também
2017 tinha levantado.

2018 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2019 Tem.

2020 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
2021 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Está aberta a fala para o comitê de
2022 Pernambuco?

2023 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2024 Claro.

2025 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
2026 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Ok. Pois é, na mesma linha da Gisele e da
2027 Patrícia, inclusive tendo os mesmos pontos. Temos um comitê que não temos
2028 orçamento, não é? Não temos orçamento para as nossas atividades. É um ponto
2029 que eu acho que a comum a todos os comitês esse para ter esse orçamento, mas
2030 aqui a gente está falando exatamente dessa ficha. Essa ficha também na época,
2031 eu acredito que João Lança sabe disso. Eu conversei, tomei conhecimento,
2032 conversei com o secretário executivo na época e, pasmem, tomei conhecimento

2033 ontem dessa forma respondida pela secretaria. Então, de forma chula, de forma,
2034 eu posso até dizer, vergonhosa, porque não é mais esse secretário. Esse
2035 secretário foi afastado, todo mundo sabe dos problemas que tivemos em
2036 Pernambuco, e ele foi afastado. Em seguida, nós tivemos outro secretário,
2037 também depois foi exonerado, tivemos outro secretário e agora mais solto. Então,
2038 tivemos quatro secretários de justiça direitos humanos em um período quase de
2039 um ano. Isso cria um assédio problemas que não é de vocês, mas que afeta o
2040 trabalho do comitê, inclusive das resistências bem claras deixadas por ele aqui
2041 nas respostas, porque ele não assinou o pacto federativo pela prevenção e
2042 combate à tortura. Isso é o desenho que a gente tem dessa situação aqui em
2043 Pernambuco. Não é novidade para ninguém, que a gente tem uma medida
2044 provisória, assim, Gisele, como tem aí, mas aí nós já temos, mas o comitê foi
2045 criado por um decreto em 2009 e por lei em 2012. Então, não é o comitê que foi
2046 criado ontem, não é um comitê que foi criado ontem. Então, mas a gente tem uma
2047 dificuldade imensa com a questão, não é nem organizacional, é estrutural do
2048 repasse. Então, esse resultado aqui que foi colocado, ele não corresponde à
2049 realidade, inclusive ontem mesmo nós mandamos atualizando os participantes do
2050 comitê real e gostaria de me juntar a Gisele e a Patrícia no sentido de que se
2051 garanta ao comitê que, embora seja criado e vinculado a uma secretaria, ele é um
2052 órgão autônomo e ele deve ser comunicado das coisas, entendeu? Então, eu acho
2053 que isso é muito interessante, porque a gente precisa que o sistema funcione e o
2054 sistema só funciona se ele for harmonizado. O respeito aos órgãos de controle é
2055 uma coisa que a gente deve ter sempre em mente nas decisões. Não somos
2056 sozinhos, tem gente que acha que o órgão de controle é a sociedade civil. O órgão
2057 público de controle não é a sociedade civil só. Olha aí a paridade, hoje estamos aí
2058 trabalhando essas questões. Então, não corresponde à realidade esse
2059 documento, até porque o Pedro Eurico já foi exonerado e, depois dele, já tem mais
2060 três pessoas e mostra o poder de decisão dele de dar respostas sem anuência do
2061 comitê. Então, eu queria só deixar aqui, em nome do comitê, a minha moção de
2062 repúdio a esse tipo de documento aqui não respondido conforme recomenda o

2063 sistema. Então, não estou aqui discutindo com o João, não estou aqui discutindo
2064 com o governo federal, eu estou aqui discutindo uma posição coerente entre um
2065 sistema que, quando se implanta, não funciona como deveria funcionar, porque se
2066 recomenda ao secretário e não chega ao comitê, só chegou ao comitê, no meu
2067 conhecimento, inclusive porque o nosso comitê só recentemente teve direito de
2068 acesso só da gestão compartilhada ao gmail, que a gente não tinha acesso.
2069 Então, a gente não recebia nada, porque não tinha acesso. Nós não tínhamos
2070 acesso, até a última... A secretária Dra. Laura, que chegou recentemente, foi
2071 quem abriu o contato, ou seja, era um comitê silenciado como é silenciado as
2072 torturas dentro da prisão aqui. Era só isso que eu queria dizer.

2073 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2074 Obrigada pelas contribuições. Tem mais alguém que está com a mão levantada.
2075 Acho que... Elaine está com a mão levantada.

2076 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
2077 **Desencarceramento) –** Só retificando aqui, Sofia. A Bahia também não existe
2078 comitê. Quem respondeu foi à secretaria de justiça direitos humanos, que é uma
2079 secretaria que a gente não tem diálogo dentro do estado, quem respondeu foi um
2080 grupo chamado tortura nunca mais. Então, assim, está em tramitação ainda na
2081 assembleia para ser um órgão também independente, porém esse diálogo estava
2082 parado desde 2019 e, esse ano, a própria rede de justiça impulsionou essa
2083 criação desse comitê, diante de tantas violações de direitos humanos que está
2084 acontecendo aqui na Bahia, diante atrocidades dentro do sistema prisional no HCT
2085 e nas casas terapêuticas da Bahia, mas ainda não foi implementado. Então,
2086 distorcer informações, informações essas que, camuflar, não é? Na verdade, é
2087 camuflar essas informações. Eles também disseram que eles não aceitaram o
2088 pacto do... É o que a Silvia faz parte, o [Ininteligível] também que eles não
2089 aceitaram e o pacto da ONU. Então, para assim, não existe esse comitê, não é? É
2090 uma secretaria que, sinceramente, não condiz com a realidade. Então, isso é

2091 muito perigoso, porque existe comitê nacional de prevenção e combate a tortura,
2092 que poderia estar mapeando.

2093 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2094 **Amazonas)** – Como a conversa, digamos, com base em algum dado efetivo. Não
2095 adianta a gente falar e trazer ideias é que para um fórum dessa importância que
2096 não condizem, absolutamente com a realidade.

2097 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2098 Obrigado, Fábio. A próxima seria a Bárbara.

2099 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
2100 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Então, vou até aproveitar para pedir a falar
2101 para o Mecanismo nacional, a gente vai dividir um pouco aqui esse momento. Eu
2102 acho importante, pessoal, como eu estou no Mecanismo desde o início e aí eu fui
2103 da equipe que foi para o Amazonas, eu acho que tem uma história rápida aqui que
2104 a gente vale a pena recapitular para lembrar da gravidade da situação do
2105 amazonas. O Subcomitê de prevenção a tortura veio no Brasil em 2015 e fez as
2106 inspeções em âmbito nacional. Foi uma das inspeções que tenta comentaram que
2107 a gente voltasse para fazer o monitoramento ainda em 2015 e foi esse motivo da
2108 nossa vida pela primeira vez no amazonas, devido às questões e de violações
2109 sistemas do estado, então, a gente foi com esse compromisso o que já, de fato,
2110 começa a deixar esse estado com a evidência bastante preocupante. O que
2111 aconteceu depois? O relatório de 2015, que foi lançado no início de 2016, ele mais
2112 do que um alerta, ele anuncia o massacre de quarentão eu queria, eu vou
2113 começar às perguntas em 2015. O que objetivamente ocorreu nesse 2015 com
2114 alertas, com anúncios, com várias questões que mostravam esse massacre, o que
2115 aconteceu? Essa inércia do estado do amazonas, qual é a justificativa? Aí, em
2116 2017, a gente tem o massacre com 56 vidas ceifadas que se repete e 2019 com
2117 55 vidas, que chegassem emblemático a repetição. O estado do Amazonas,
2118 palavra para o estado do Amazonas é repetição. Em 2022, a gente perca
2119 repetição das recomendações, nada mudou. Algumas coisas pioraram, com

2120 certeza, por exemplo, as sacolas que não são entregues desde 2019. Eu quero
2121 saber, efetivamente, objetivamente o que mudou, mas o que mudou para melhor,
2122 porque para pior a gente está ciente em 2015, em 2017, em 2018, em 2019 e em
2123 2022. Eu gostaria muito de uma resposta objetiva, já que nós enviamos, só
2124 Mecanismo enviou infinidade de documentações, de ofícios, de relatórios, ou seja,
2125 tem um sem fim de situações que já demonstram o diagnóstico e as nossas
2126 perguntas. Então, eu gostaria muito ouvir de verdade as autoridades aqui
2127 presentes do Amazonas, eu acho que falar a gente tem pouco para falar, a gente
2128 já enviou muito documento para vocês. Eu quero, efetivamente, ouvir, por
2129 exemplo, o sr, porque ser a fala do Sr. No início falou que queria ouvir a gente. Eu
2130 quero ouvir o senhor muito, desde 2015 eu quero ouvir com uma resposta do
2131 Amazonas e quero ouvir respostas objetivas. O Estado do Amazonas foi o único
2132 que o Mecanismo nacional e recomendou que se garantir seu direito à vida, foi o
2133 único estado que a gente recomendou devido à gravidade que a gente encontrou
2134 desde 2015. Eu gostaria de saber até quando o Mecanismo nacional vai
2135 recomendar que se garanta o direito à vida no estado do Amazonas.

2136 **Interlocutora não Identificada** – Boa tarde a todos e todas. Então, eu estou
2137 perita do Mecanismo a partir de 2021 e fiquei ponto focal, assumi a
2138 responsabilidade de ficar como ponto focal do estado do Amazonas e a partir de
2139 então, comecei também a me inteirar sobre as ações, relatórios e expedientes
2140 enviados pelos colegas, pelos peritos anteriores que acompanharam o estado do
2141 Amazonas, inclusive, nas missões que ocorreram, as inspeções com as
2142 recomendações que o Mecanismo já emitiu em relação ao estado do Amazonas. E
2143 do ano passado para cá, já assumindo o monitoramento do Amazonas, a gente
2144 também emitiu um ofícios também em relação às denúncias recentes que a gente
2145 vem recebendo de violações, violações que permanecem e violações que são
2146 conhecidas nossas desde o tempo dos relatórios do Mecanismo nacional quando
2147 estive lá em loco em 2019, em 2015 e também é importante ressaltar que não foi
2148 só o Mecanismo que já estive no Amazonas, mas tivemos também pouco
2149 Subcomitê de Prevenção e Combate à Tortura, que fez um relatório também, fez

2150 uma inspeção em é identificou também as mesmas violações que, depois, o
2151 Mecanismo nacional identificou e recomendou, inclusive, anunciando que poderia
2152 acontecer um novo massacre. A gente sabe que aumentou a terceirização, de
2153 novas empresas, a gente verificou agora nessa oportunidade que nós fomos
2154 convidadas a participar da missão do CNJ que é uma missão do CNJ, mas nós
2155 acompanhamos, eu e a perita Maria Cecília, e a gente visitou algumas unidades
2156 prisionais da capital. Não participamos das inspeções no interior do Amazonas
2157 que, também, não deixar de relatar aqui, o Amazonas tem uma situação que a
2158 gente, no caso, só acompanhou as inspeções da capital, mas tem a situação no
2159 interior do Amazonas onde as pessoas ficam alocadas nas carceragens das
2160 delegacias e, de fato, e isso é uma questão antiga que o próprio Mecanismo
2161 nacional já tinha pontuado. Mas é importante também para que relatar uma outra
2162 violação, além das questões antigas e que os CNJ, que os juízes do CNJ, 15 juízes
2163 estiveram visitando várias unidades, não só da capital como do interior,
2164 verificaram e a gente também conjuntamente também confirmamos as violações
2165 das questões de saúde permanecem, a questão de remissão de pena, a
2166 superpopulação carcerária é uma outra questão muito importante aqui para
2167 relatar, tem acontecido nos últimos meses também, não estar havendo uma
2168 classificação de perfil do das pessoas privadas de liberdade, há uma transferência
2169 aleatório de pessoas de uma unidade para outra, sem passar de novo por uma
2170 comissão de classificação e acabam sendo misturadas com movimentos rivais das
2171 unidades e isso também pode gerar uma futura rebelião, isso deixa a cadeia
2172 tensa. A gente tem recebido muitas denúncias de violação nesse sentido, da falta
2173 de cuidado na transferência das pessoas, não é só passar pela comissão da
2174 comissão de classificação de pena quando a pessoa presa da entrada na unidade,
2175 se houver uma transferência no decorrer ou uma necessidade de mudar, a passar
2176 de novo por classificação de pena pela comissão e assim, não posso deixar
2177 também de ressaltar aqui, o próprio CNJ também resalta que tem que ter um
2178 plano para proteger vidas, como a Bárbara falou, um plano também que o próprio
2179 Mecanismo nacional citou no relatório de 2015 e os CNJ repete. Aliás, o CNJ

2180 verificou as mesmas violações, então, se está sendo contestada as
2181 recomendações e as relações identificadas pelo Mecanismo, que também são
2182 identificadas pelo CNJ, então, está sendo contestado também as violações que os
2183 juízes terão, que o CNJ viu de perto. A gente sabe que não é fácil, lógico, gerir um
2184 sistema prisional, ainda mais essa composição que tem cogestão, tem uma parte
2185 do interior que é a polícia civil, mas as violações ainda permanecem, por mais que
2186 haja uma reforma, uma pintura na unidade ou uma construção de um complexo
2187 novo, de um pavilhão novo, mas a gente percebeu que aumentou a terceirização,
2188 empresas terceirizados, empresas cuidando e a gente... Outro detalhe importante
2189 que a gente viu, a gente percebeu durante a inspeção que tem a empresa que
2190 está trabalhando na comunicação de dados tem informações para a vara de
2191 execuções de pena sobre monitoramento, por exemplo e tem informações que
2192 não chega para a vara de execução de penas, nem todas as informações estão
2193 chegando. Então, o próprio CNJ verificou, muitas recomendações são parecidas
2194 com as recomendações do relatório o anterior do Mecanismo e, para registrar,
2195 finalizando, todos os expedientes, pelo menos a partir do momento que assumi
2196 como ponto focal do Amazonas, e aí eu não posso deixar de registrar, o estado
2197 não responde para a gente os ofícios, o estado não dá a devolutiva, aproveitando
2198 que o senhor está aqui, o ouvidor, o estado não respondem nenhum ofício
2199 Mecanismo nacional. Aliás, todos os ofícios agora que a gente começou a enviar
2200 desde o início do ano e do ano passado, a gente começou a enviar tudo com
2201 cópia para o CNJ, antes mesmo de ter esse planejamento do CNJ de que ia fazer
2202 a missão de inspeção, que o CNJ tinha sendo provocado em vários expedientes
2203 do Mecanismo e aí a gente percebe que, agora, o tribunal, o estado responde para
2204 o GMF tribunal, aí o GMF agora abrigo recentemente, mandou duas respostas
2205 para a gente para ou Mecanismo, um ofício que nós provocamos para todas as
2206 autoridades, estado, o TJ, a MP, Defensoria, ninguém responde. Aí agora a gente
2207 está tendo essa resposta, mas a gente está mandando todo com cópia para o CNJ
2208 e o estado nunca deu, pelo que eu entendi, uma devolutiva para o Mecanismo,

2209 nem apresentou um plano, uma apresentação do cumprimento de todas as
2210 recomendações que já foram emitidas. É isso. Obrigada.

2211 **Interlocutora não Identificada** – Bem, eu vou ser rápida, porque eu acho que as
2212 colegas já falaram praticamente tudo que o Mecanismo tem pensado em relação
2213 ao Amazonas. Eu estive nessa última missão em conjunto com os CNJ e em
2214 função de tudo o que eu presenciei, de tudo que eu vi, o senhor deve ter recebido
2215 a apresentação em Power Point, se não recebeu vai receber. Eu percebi que nada
2216 mudou realmente, se mudou, mudou para pior também. A gente recebeu muitas
2217 denúncias nas nossas visitas, muito medo de retaliação das pessoas e de
2218 conversar conosco, de serem retalhadas depois. Inclusive, uma das unidades que
2219 nós visitamos, a gente soube que 15 pessoas foram transferidas no dia anterior
2220 para não poder fazer denúncias para nós, elas foram transferidas oficialmente
2221 para depois voltar. O estado, dos lugares onde a gente visitou, muito insalubres. A
2222 gente visitou um lugar que o almoxarifado... É uma visita a anunciada, diferente
2223 das visitas que o Mecanismo faz, então, o almoxarifado estava lotado de produtos,
2224 inclusive de repelentes e os custodiados não recebem repelentes, inclusive tinham
2225 vários com pele infectada de mordida de insetos. Então, eles não recebem kits de
2226 higiene adequada, eles não recebem repelentes, mas estava lá, porque ia ter a
2227 visita do CNJ. Foram unânimes, ninguém recebe e isso, então, são coisas assim
2228 que a gente vai percebendo que foi montada uma será, eu, inclusive, tive duas
2229 roupas minhas manchadas, porque tinha sido pintado um dia antes, eu voltei com
2230 a roupa manchada de tinta. Então, foi montado todo um cenário para a nossa
2231 visita é isso também deixou a gente muito chateado, porque outra denúncia que
2232 foi como em todos os lugares a questão do GIP, à tortura, os espancamentos,
2233 todas as denúncias que já aconteciam, continuam acontecendo. Então, eu acho
2234 que a gente precisa estar conversando mesma, o senhor falou que mudou para
2235 melhor, a gente gostaria de saber aonde. A alimentação também foi uma
2236 reclamação muito grave, a gente igual ver as marmitas, então, oi instituto que a
2237 gente visitou feminino, elas são proibidas de conversar entre as salas, como é que
2238 a gente pensa em uma ressocialização, em uma reinclusão, ser uma não pode

2239 conversar com a outra, o trabalhador é proibido de conversar com quem não é
2240 trabalhador. Então, são perguntas que a gente gostaria de refletir.

2241 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2242 Acho que foram vários apontamentos importância gente podia ouvir uma resposta
2243 antes de passar para a próxima pergunta.

2244 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2245 **Estado do Amazonas) –** Na verdade, Sra. Presidente, são muitas informações e
2246 muitas solicitações que não competem a esse ouvidor. O que eu tenho como
2247 compromisso e posso tornar o compromisso efetivo para os senhores é: eu estou
2248 anotando cada ponto e, para algumas coisas que eu já respondi como, por
2249 exemplo, aonde há unidades prisionais que a SEAP atua, eu já tenho disponível
2250 de pronto, porque é exatamente o que está publicado. Quanto às demais
2251 informações e, é preciso pegar todas as informações que vocês vão trazer, afinal
2252 de contas, o meu objetivo aqui é ouvi-los e não contestá-los, eu não estou aqui
2253 para discutir com os senhores. O Estado do Amazonas não está aqui para se opor
2254 a qualquer coisa, ao contrário, ele sinaliza positivamente, tanto que encaminha
2255 alguém aqui para ouvi-los e para responder pontualmente, porque se não houve
2256 resposta, tenha a certeza, que a saída que a partir de amanhã de manhã, quando
2257 chegar lá no Amazonas, eu responderei item por item das questões que foram
2258 derrotadas, porque eu irei atrás de cada uma das respostas.

2259 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
2260 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Só um instante. Mas essas recomendações,
2261 isso tudo, e isso já está escrito no relatório a bastante tempo, desde 2019. Então,
2262 eu entendo o que você está falando agora, mas não é nenhuma novidade,
2263 ninguém está falando nada que foi apresentado hoje aqui agora. Então, essas
2264 respostas, enfim, são um pouco a incongruência, eu entendo a sua posição de vim
2265 aqui, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ter um certo diálogo e aí fica com
2266 um pouco complexo isso, porque não tem nada de novo. Mesmo o próprio

2267 relatório do CNJ, ele repete muito as violações de direitos que foram trazidas nos
2268 outros relatórios, então, essa não é uma informação nova.

2269 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2270 **Estado do Amazonas)** – Nós precisamos trabalhar as respostas, inclusive, ao
2271 CNJ. Tanto a vocês quanto ao CNJ. Como eu disse, tem algumas informações
2272 que eu tenho, mas eu não tenho nenhuma objetiva de contrapor as informações
2273 que são colocados nos senhores, eu preciso adotar as informações e trabalhar
2274 com quem de direito as respostas devidas. Quanto a pergunta que foi feita sobre
2275 2015, infelizmente eu não tenho como responder a perguntas sobre 2015, porque
2276 nós não estávamos atuando efetivamente, a gente consegue responder às
2277 perguntas a partir da nossa gestão em diante. Em que pese que, aparentemente,
2278 não tenha mudado nada, o sistema penitenciário mudou circunstancialmente. Há
2279 dados que são claras, em que pese algumas informações, sejam colocadas de
2280 forma severas, há muita mudança, há mudanças aparente, mas eu prefiro e o
2281 Estado do Amazonas prefere ouvi-los para que eu oferte respostas como os
2282 senhores desejam.

2283 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2284 Vou voltar a palavra para a Bárbara, porque eu acho não ficou muito producente
2285 isso, na verdade, porque a gente já oficiou, foram tantos documentos que
2286 poderiam ter tido uma resposta oficial.

2287 **Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF)** – Eu gostaria só de fazer um
2288 complemento, eu peço desculpas, eu até levantei a mão.

2289 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2290 Então, quem está falando, eu não estou conseguindo enxergar.

2291 **Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF)** – É a Michele do Ministério
2292 Público Federal. Eu levantei a mão.

2293 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2294 Está bom, desculpa.

2295 **Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF) –** Mas eu posso falar depois
2296 que se for o caso, não tem problema.

2297 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2298 Eu vou passar a aqui a palavra para a Bárbara, depois passo para você, pode
2299 ser?

2300 **Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF) –** Tudo bem.

2301 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
2302 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Não, é bem rapidinho. Presidente, eu acho
2303 que o encaminhamento desse momento é quando, de fato, o Amazonas vai vim
2304 para uma reunião dessa e responder. Eu não quero mais ser ouvida, está aqui,
2305 olha, tudo que eu fiz é muito disso eu participei ativamente, eu quero saber
2306 quando a gente vai ouvir. Eu queria que a gente encaminhasse, de fato, a alguém
2307 que fosse enviado presencialmente, on line, que respondesse. Eu acho um
2308 absurdo e quando eu estou falando sobre garantia de vida, não depende de
2309 gestão, não depende de nada, pessoal. É um direito, é um absurdo, foi a
2310 recomendação mais absurda que a gente teve que elaborar, a gente debateu
2311 muito para colocá-la publicamente, porque é um absurdo ter que recomendar que
2312 se garanta a vida das pessoas custodiadas do Brasil e, sobretudo, no Amazonas.
2313 Então, eu gostaria, de verdade, que a gente tirasse aqui encaminhamento para
2314 que a gente... Está aqui, todo mundo sabe que está aqui e a maioria desses
2315 materiais são públicos, então, que tenham pessoas continuar nos ouvidos, eu não
2316 quero mais falar, tanto que na minha fala eu não falei nada sobre diagnóstico, está
2317 aqui meu trabalho que é bem melhor do que tudo que eu possa falar em pouco
2318 tempo. Então, acho que o encaminhamento importante desse ponto de pauta é
2319 quanto o Amazonas vai, de fato, se comprometer de forma séria a nos dar uma
2320 resposta e assim, eu fico preocupada em eu vi que a minha gestão... Gente,

2321 garantir a vida das pessoas não depende de número de dias de gestão de fulano,
2322 de sicrano, gente, pelo amor de Deus, é um compromisso do estado. Eu fico um
2323 pouco preocupada com esse tipo de resposta, que não é só vazia, mas é
2324 preocupante.

2325 **Interlocutora não Identificada** – Presidente, vou pedir licença rapidinho para
2326 complementar rapidamente o que a Bárbara mencionou. Fica um pouco confuso,
2327 ouvidor, a gente ouvir o senhor se auto proclamando e se auto representando
2328 como Estado do Amazonas. O senhor, em todo momento, aqui se apresentou e
2329 mencionou e iniciou várias frases com "o Estado do Amazonas está aqui para
2330 ouvi-los". Então, não ficou muito claro se o senhor está aqui representando o
2331 Estado do Amazonas ou se o senhor está aqui na qualidade de ouvidor, eu acho
2332 que a convocação for muito clara para que as pessoas que viessem aqui, viessem
2333 para responder as recomendações e eu acho que a representação do Sr. Aqui é o
2334 primeiro ponto que tem que ficar claro para a gente saber se o senhor está que
2335 como o estado do amazonas, como o senhor reiterou diversas vezes em suas
2336 falas ou senhor está aqui como ouvidor? Se o senhor estiver como Estado do
2337 Amazonas ou como ouvidor, nós temos tanto em uma posição como na outra,
2338 perguntas que precisam ser respondidas. A primeira recomendação que foi feita
2339 pelo Mecanismo ao governo do estado do amazonas em 2020, já como a Dra.
2340 Bárbara colocou aqui, já como monitoramento de outras recomendações que
2341 vieram de 2015, colocou no item C "ao Governo do Estado do Amazonas que
2342 garantisse a autonomia e independência da ouvidoria da SEAP", então, minha
2343 primeira pergunta essa: O senhor está falando aqui como ouvidor independente ou
2344 como representante do estado do amazonas? Segunda coisa, o relatório do
2345 Mecanismo de monitoramento de abril de 2020, foi seguido por outro
2346 monitoramento que foi feito aqui a apresentação na última reunião extraordinária,
2347 da mesma forma, há relatório da Defensoria pública do estado de junho de 2021,
2348 relativamente recente narrando as mesmas questões de alimentação, de saúde,
2349 de remissão pelo trabalho, de kits de higiene, todas as problemáticas que foram
2350 narradas pelo Mecanismo, pela sociedade civil as várias denúncias como a Nana

2351 apresentou pelo CNJ, enfim, vários documentos também deste ano. Então, a
2352 minha pergunta é: o senhor, quando se auto refere como o estado do Amazonas e
2353 afirma que houve uma mudança circunstancial, coloco entre aspas do que o
2354 senhor mesmo mencionou, "o estado do Amazonas afirma que houve, o sistema
2355 prisional mudou circunstancialmente". O que, pontualmente, o sr se refere como
2356 mudança circunstancial? E, caso o senhor me adicione aqui que não está nem
2357 como ouvidoria, porque não foi cumprida a recomendação do Mecanismo quanto à
2358 independência da ouvidoria e, também, não estaria como Estado do Amazonas,
2359 porque estaria nessa missão híbrida e, até certo ponto, ilegítima, talvez seria o
2360 caso de a gente parar por aqui, realmente, eventuais falas que o senhor tem para
2361 apresentar, porque a gente está até impedindo aqui que haja uma efetivação da
2362 consequência dessa audiência pública, que é a resposta às recomendações que
2363 foram feitas pelos diversos órgãos e que são retratadas em todos esses anos.
2364 Então, quando o senhor menciona que houve uma mudança circunstancial, o
2365 senhor poderia, por gentileza, pontuar o que foi efetivamente feito e o que mudou?

2366 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2367 Só um minuto, antes da resposta, só para organizar aqui as falas. Tem a fala
2368 depois, na sequência, do Caio, tem uma fala de quem está on line que é a
2369 Michele, Maria Clara, João e Sávio.

2370 **Interlocutora não Identificada –** Eu prefiro ouvir antes da resposta.

2371 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2372 Não, está bom, era só para organizar aqui às falas. E a Andréia por último. Eu não
2373 consigo ver a ordem de quem levantou a mão on line aqui, então, vai ficar desse
2374 jeito.

2375 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2376 **Estado do Amazonas) –** Então, eu sou ouvidor da Secretaria de Administração
2377 Penitenciária do Estado do Amazonas vim na qualidade de ouvidor da secretaria e
2378 para demonstrar o trabalho em que, primeiro, a auditoria tem feito para ouvir todas

2379 as recomendações que os senhores, eventualmente, tenham a fazer. Mas, por
2380 óbvio, que há circunstâncias em que eu não posso responder pelo estado do
2381 amazonas, eu posso responder pela ouvidoria do sistema penitenciário e posso
2382 assegurar o senhores que houve implementação de mudança circunstancial no
2383 próprio trato da a administração penitenciária desde o início desta gestão, em que
2384 a olhos vistos, há fracas melhorias, mas como desde o começo eu disse, estaria
2385 aqui para ouvi-los, para tomar apontamentos e para levar às autoridades
2386 competentes para tratar caso a caso aquilo que seja posto ao senhores. Até
2387 porque nós estamos aqui, na qualidade de ouvinte, para entender quais são os
2388 problemas e para trabalhar pontualmente esses problemas junto à Secretaria de
2389 Estado e a todos os demais competentes. Óbvio que algumas questões eu não
2390 vou conseguir responder aos senhores, mas eu posso tomar apontamentos e
2391 encaminhar, como disse aos senhores, que tomarei apontamento de responderei
2392 aquelas questões que os senhores têm alegado que não tem sido respondida,
2393 então, exatamente por isso eu quero me colocar de forma o mais profícuo
2394 possível. Mas há questões que, de fato, não consigo responder.

2395 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2396 Vou passar a palavra agora para o Caio.

2397 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2398 Bom, é um desânimo assim, sabe? É que eu acho que, Dr. Daniel, houve uma
2399 falha de expectativas que a gente tinha, porque a gente não esperava um ouvidor,
2400 a gente esperava um falador, a gente esperava alguém que fosse trazer
2401 informações. Porque aqui é uma audiência, ou seja, a gente está aqui para ouvir,
2402 não para falar, então, a gente precisa do falador da secretaria, vocês podem
2403 encaminhar o e-mail dele e, também, do leitor que vai ler os ofícios, do ditador que
2404 é quem vai responder aos ofícios e aí a gente acaba ficando um pouco
2405 desapontado, porque fez perguntas, mas eu não quase seis eu quero fazê-las,
2406 porque o senhor vai dizer que não era sua competência e aí... Mas é bom fazer
2407 mesmo assim, mas eu quero fazer também para a colega do Ministério Público,

2408 porque, de repente, ela consegue, ela disse que está verificando a questão do
2409 sistema, mas para o fazer mesmo assim. Aí, só pedir a gentileza do senhor,
2410 porque se o senhor veio aqui enquanto membro do governo do estado do
2411 amazonas e aí eu peço que, também, o senhor não utilize a desculpa de ter antes
2412 da sua gestão o senhor não sabe, porque os dados são dados do estado.

2413 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2414 **Estado do Amazonas)** – Perdão, se eu me fiz expressar com relação a isso, de
2415 tal sorte a não levar em consideração tudo que ocorreu e tentar esconder, pelo
2416 amor de Deus...

2417 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2418 A gente espera também os dados anteriores.

2419 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2420 **Estado do Amazonas)** – O que ocorreu, ocorreu, e ninguém pode, talvez, uma
2421 das principais características de loucura seja subverter a realidade. O que
2422 aconteceu, aconteceu, é quando eu alego a mudança na gestão atual com relação
2423 ao que aconteceu, é uma mudança de organização, uma mudança de paradigma,
2424 uma mudança de atenção e uma evolução no caminho de que o sistema
2425 penitenciário não é similar ao que já foi um dia, ele tem sim suas melhores e,
2426 óbvio, que nós nos colocamos em uma situação de ouvi-los ou, pelo menos, o
2427 meu ofício aqui é ouvi-los, apontar cada coisa, pegar os problemas que o
2428 senhores junto ao realmente muito relevantes e tratar imediatamente. Eu vou sair
2429 daqui para tratar...

2430 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2431 As informações requisitadas referentes ao período anterior à sua estada enquanto
2432 ou ouvidor não ser respondidas.

2433 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2434 **Estado do Amazonas)** – Tudo aquilo que eu sou é que tudo aquilo que nós
2435 pudermos responder, eu estarei aqui...

2436 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2437 A gente não quer saber o que o sr sabe, a gente quer saber o que o Estado do
2438 Amazonas sabe e o Estado do Amazonas tem dados públicos.

2439 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2440 **Estado do Amazonas)** – Então, é melhor que eu faça as anotações e peça os
2441 encaminhamentos.

2442 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2443 Ok, então, vamos prosseguir aqui. O que eu achei interessante, as primeiras duas
2444 questões eu vou deixar para a colega do ministério público federal se ela puder
2445 responder depois, quando ela voltar a falar, que é sobre o controle social. Então,
2446 existiam recomendações, por exemplo, que o Estado do Amazonas garantisse a
2447 independência, a efetividade dos conselhos da comunidade. Então, gostaria de
2448 ver essa questão e se o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que
2449 foi instituído depois do relatório, ele é hoje em dia tem alguma possibilidade
2450 operacional de existir dentro da estrutura do estado o, porque o relatório diz que
2451 eles não têm computador, que eles não têm sala para trabalhar, que eles não têm
2452 o mínimo de estrutura, então, seu colega do Ministério Público Federal que verifica
2453 a questão da implementação do sistema no Estado do Amazonas puder verificar
2454 essas duas questões e do Comitê Estadual e dos conselhos penitenciários, eu
2455 falei errado anteriormente. E aí para o colega ouvidor, eu coloco o seguinte: uma
2456 das recomendações é que existisse o Mecanismo Estadual, o governo não vai
2457 criar do nada, mas o governo pelo menos o enviou um projeto de lei para isso?
2458 Que queria o cargo, queria a estrutura, e isso é enviado para a Assembleia
2459 Legislativa, houve esse movimento? Foi feito? Ok. Uma outra recomendação que
2460 aparece aqui é a realização imediata de concurso público. Houve, foi realizado
2461 concurso público para cargo de agente penitenciário? Foi enviado um PL para a

2462 criação do cargo? Idem para a Defensoria Pública, foi realizado o concurso para a
2463 Defensoria Pública? Foram tomadas as medidas necessárias para a criação do
2464 cargo, para a liberação da despesa? E aí peço a gentileza de, porque eu imagino
2465 que o seu vai dizer que não é da CEAPEN, que é da Secretaria de Segurança
2466 Pública, mas tem uma parte do relatório que eu achei muito interessante, que diz:
2467 "o quadro de peritos do Amazonas está vinculado à Polícia Civil e subordinados à
2468 Secretaria de Segurança Pública, sob atendimento estadual, etc.", e existe outra
2469 recomendação aqui que diz que o IML, que os peritos em, que os órgãos de
2470 perícias devem ter alguma independência. O que foi feito para tentar garantir essa
2471 independência? E aí, por último, essa parte me saltou aos olhos, que diz, que está
2472 falando de uma unidade aqui que, se eu não me engano, me corrija os colegas
2473 que quiseram o relatório, o IPAT, que, atualmente, ele é gerido por uma empresa
2474 privada. A primeira empresa foi afastada por irregularidades que era
2475 HUMANIZARE que era o nome da empresa e, aí depois assumiu uma outra
2476 empresa, REVIVER, e, atualmente, ou no momento da escrita desse documento,
2477 o custo mensal de cada pessoa presa era de R\$5.476,03 e aí o relatório diz:
2478 "ainda que haja o custo por preso mais cara do Brasil, o Mecanismo se deparou
2479 com espaços da etc. graves, etc.", o senhor entende que esse valor é baixo? Falta
2480 dinheiro? Ou é a gestão, nesse modo de gestão que não está funcionando? O
2481 governo tem alguma posição sobre esse custo do sistema penitenciário do
2482 Amazonas? E a expectativa é que continuem dessa forma de terceirização, de
2483 privatização ou a proposta é que seja feita alguma mudança para que a própria
2484 estrutura do estado dê conta disso?

2485 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2486 **Estado do Amazonas)** – Na verdade, o que eu posso dizer para o senhor,
2487 respondendo às questões iniciais que o senhor fez, o seguinte: pontuar a criação e
2488 indicação da criação das polícias penais, foi feita a aprovação, primeiro a inserção
2489 dentro da constituição do Estado do Amazonas para um reconhecimento das
2490 polícias penais. Assim que houve a modificação do 144, inserindo as polícias
2491 penais e na Constituição Federal e todas tratativas de encaminhamentos de

2492 projetos para preparar, inclusive, para a Assembleia Legislativa, etc., para a
2493 preparação de eventual concurso público. Quanto aos dados com relação a
2494 contratos de valores, eu, infelizmente, não consigo de responder.

2495 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2496 E a opção foi pela criação de polícias penais, porque você sabe que essa não é a
2497 única opção, podem existir forma com civis controlado por civis para fazer a
2498 gerência e o tratamento penal, isso não foi feito, o Estado do Amazonas preferiu
2499 criar uma polícia para fazer isso.

2500 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2501 **Estado do Amazonas) –** Eu não tenho essa informação, eu te trouxe é
2502 exatamente a informação que eu tenho, que era inserção aos moldes do 144 lá na
2503 Constituição do Estado do Amazonas e o projeto de lei capitaneada pela
2504 Assembleia Legislativa para que fosse instituída a polícia penal e para que, em
2505 breve, haja a possibilidade de concurso público para as polícias penais.

2506 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2507 Dra. Michele.

2508 **Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF) –** Sim, na verdade, eu ia
2509 reforçar alguns questionamentos que já foram feitos pelos colegas do Mecanismo,
2510 pelo caio, porque, em primeiro lugar, quem responde é a instituição e não o gestor
2511 daquele momento. Então, se nós queremos dados de 2015 para cá, para a quem
2512 está representado a instituição buscar esses dados para trazê-los aqui, porque
2513 justamente o objetivo da reunião era que se processe respostas às nomeações, os
2514 aos relatórios, então, o fato de que uma pessoa só entrou depois de determinado
2515 período, sendo que houve tempo para se preparar para essa reunião, para se
2516 levantar os dados, e isso não pode ser alegado, até porque isso representaria uma
2517 desmoralização da gestão pública. Nós estamos tratando aqui como instituição e
2518 não como pessoas e eu acho que o que está acontecendo aqui nessa reunião é
2519 muito representativo de como funcionam as reuniões é que as instituições

2520 estaduais e os órgãos de controle no Amazonas. A gente observa que, realmente,
2521 o diálogo é muito complicado, porque é muito difícil obter respostas, seja o ofício,
2522 seja questionamento feitos em reunião. Muitas vezes, nas reuniões quem
2523 comparece é alguém que não tem as respostas, que não pode falar, que não tem
2524 atribuição para saber aquilo e aí nós mandamos um ofício e não somos
2525 respondidos, então, a resolução extra judicial das questões realmente acaba
2526 sendo um pouco complicada e eu acho que aqui tem pessoas diversos locais do
2527 Brasil que estão vendo um pouco o que acontece nossas tratativas de diálogo com
2528 o estado. De todo modo, com relação aos questionamentos que foram feitos para
2529 mim, eu não acompanha todas essas questões, algumas delas estão com o
2530 Ministério Público Estadual, o que eu posso dizer é com relação ao Mecanismo
2531 estadual, existe o projeto de lei que foi feito em 2021, salvo engano, e que está
2532 parado, porque quando veio o CNJ, o estado convocou uma reunião por ocasião
2533 da vinda do CNJ e do Mecanismo nacional, o estado convocou uma reunião para
2534 tratar do Mecanismo estadual, justamente, foi mencionado esse projeto de lei que
2535 foi destinada também a questão de se aumentar o número de peritos de 5 para 7,
2536 considerando as dimensões do Estado do Amazonas, aquilo que eu falei no
2537 começo, que é um estado muito grande, muitas áreas isoladas, só se chega de
2538 avião ou de barco, enfim. E aí foi necessário devolver esse projeto para que se
2539 estudasse a possibilidade dessa alteração que implicaria no aumento de custos e,
2540 ao que me consta, desde então, não houve avanço, isso de maio para cá está
2541 parado nessa questão de aumentar o número de peritos de 5 para 7 e aí, agora
2542 também é período eleitoral, aí existem algumas vedações de criação de cargos,
2543 então, estamos nessa. A ideia desse projeto de lei também é incluir a criação legal
2544 do Comitê Estadual, porque o Comitê Estadual hoje é criado por decreto, então, a
2545 ideia seria que esse projeto de lei, digamos assim, desse um pouco mais de
2546 segurança para o Conselho Estadual para que ele fosse previsto em lei em um
2547 decreto é, efetivamente, criasse o Mecanismo estadual, que não existe. O comitê,
2548 ao que me consta, ele está trabalhando, eu já fiz reuniões com os representantes
2549 do comitê estadual, inclusive, um colega do Ministério Público Estadual participou

2550 dessa reunião de maio sobre o Mecanismo estadual, ele era o representante do
2551 ministério público estadual do Comitê Estadual de Combate à Tortura. Eu não sei
2552 precisar exatamente essas questões de que se há salas, se há computadores,
2553 acho que seria interessante o diálogo com o comitê estadual, mas certamente
2554 tudo que puder ser feito para se fortalecer a atuação do comitê, será bem-vindo. O
2555 que me compete aqui nessa reunião, não sei se tem algum colega do Ministério
2556 Público Estadual aqui na reunião que possam complementar as informações que
2557 eu estou trazendo, mas realmente, o intuito dessa reunião da que seria a gente e
2558 obter informações de documentos que estão há anos sendo enviados para o
2559 Estado do Amazonas e por diversos órgãos do Sistema de Justiça, do Poder
2560 Executivo e tudo mais. Então, eu acho que essa é uma questão, como eu disse,
2561 bastante urgente que seria muito interessante a gente ter essas informações, até
2562 porque são cobranças feitas por órgãos internacionais também, não só por órgãos
2563 nacionais. Então, nós já tivemos casos no Brasil sendo levados a cortes
2564 internacionais por conta de más condições dos presídios, isso já aconteceu em
2565 Rondônia, já aconteceu no Maranhão, já aconteceu em outras situações e, se as
2566 coisas continuarem como estão, é uma questão de tempo para que sejam levadas
2567 também questões do Amazonas para julgamentos perante as cortes
2568 internacionais, para que cheguem às cortes internacionais. Então, é até uma
2569 questão de responsabilidade internacional do Brasil, do estado brasileiro, então, é
2570 muito importante que a gente consiga melhorar o diálogo mesmo, que a gente
2571 possa ter informações de que a gente possa ter uma efetiva melhora do sistema
2572 prisional. Eu entendo que a SEAP responda pelos presídios, não responda pelas
2573 carceragens, enfim, mas eu estive em uma delegacia do Careiro, que é um
2574 município do interior, em 2018 e, também, posteriormente em dezembro de 2021
2575 estivemos em uma delegacia de São Gabriel da Cachoeira, quer dizer, três anos
2576 de diferença mais ou menos e, tanto antes quanto depois, a situação era muito
2577 parecida das delegacias, não havia banho de sol, condições precárias,
2578 fornecimento precário de água, enfim, tudo aquilo que quem trabalha com essa
2579 temática, infelizmente já está muito habituado. Então, eu acredito que seria muito

2580 importante que a gente tivesse informações concretas sobre o que se está
2581 dizendo que melhorou, porque nós somos pessoas que estiveram em algumas
2582 unidades prisionais, tivemos acesso a relatórios, tivemos acesso a informações,
2583 tudo indicando que a situação ou se manteve ruim, ou até mesmo, que morou e o
2584 que nós temos aqui é uma informação genética do representante do estado
2585 dizendo que melhorou, mas o que melhorou então? Quais são os dados? O que
2586 embasa? O que comprova que a situação está melhor? Que bom se tiver
2587 melhorado, de fato, é o que nós queremos, é que melhore. Então, seria
2588 interessante ter essas informações concretas do que, efetivamente, melhorou,
2589 porque que nós temos de informações concretas e de inspeções em loco é que
2590 está igual ou piorou, então, acho que seria muito importante que o estado
2591 qualificação esse debate para que a gente pudesse, efetivamente, avançar. E com
2592 relação ao mecanismos a estadual, seria muito interessante que esse projeto de
2593 lei, eu sei que estamos em período eleitoral, existem vedações orçamentárias,
2594 mas que, na medida do possível, houvesse avanços desse processo, porque é
2595 uma questão de direitos fundamentais, de direitos humanos, de mínimo
2596 existencial, de pessoas que estão sendo torturadas e submetidas a questões
2597 degradantes e que não podem esperar mais tempo ainda para terem uma melhora
2598 nessa condição, um mecanismo que possa, efetivamente, fiscalizar e fazer
2599 recomendações. Então, eu acredito que seu projeto de lei está parado por causa
2600 de dois peritos a mais que vão ganhar 5, R\$7.000,00 cada um por aí, eu acho que
2601 é mais ou menos isso, se é por causa de R\$15.000,00 está parado, eu acho muito
2602 complicado que um projeto de lei tão importante seja retido por causa disso, por
2603 uma questão tão fundamental para o estado. Nós temos é que representantes do
2604 Brasil todo presentes para discutir essa questão, temos organismos internacionais
2605 de olho nisso também pela então, acho que seria muito interessante que a gente
2606 pudesse, de fato, tem respostas mais concretas do Estado do Amazonas de
2607 sentido. Então, era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada novamente.

2608 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

2609 Eu vou passar aqui para as outras pessoas, mas eu ia pedir para que se restringe-

2610 se a um tempo de fala de três minutos, que eu acho que talvez seja o suficiente
2611 para essas questões para dar tempo de todo mundo falar, porque tem bastante
2612 gente inscrita. Não, imagina, eu não tinha falado nada antes, não tem problema.
2613 Vou passar primeiro para a Maria Clara. Então, a Andréia primeiro, que está on
2614 line, depois a Maria Clara.

2615 **Sra. Andréia** – Então, eu queria até na linha do que a Dra. Michelle já tinha dito e
2616 como uma pessoa que já passou quatro anos morando no Estado do Amazonas,
2617 eu me resignar também à questão do estado realmente não trazer nada de
2618 concreto e é muito significativo tem mandato um ouvidor e não contra a pessoa
2619 que possa realmente trazer alguma informação para a comissão. Só que pelo
2620 relatório do CNJ que eu estava lendo também, o que a gente percebe é que o
2621 estado contratou uma consultoria, com dispensa de licitação por R\$1.760.000,00
2622 para aprimorar um sistema de cogestão que não está funcionando há anos,
2623 enquanto esse dinheiro podia ser utilizado para a gente pensar, realmente, em
2624 como melhorar o serviço público no local. Então, se a gente não tem peritos, a
2625 gente vai utilizar um valor desse altíssimo para contratar com dispensa de
2626 licitação, um estudo para melhorar um sistema que a gente já tem um sistema que
2627 que funciona e eu acho que basta qualquer pessoa que tenha contato, por
2628 exemplo, com o documento como a 13ª Emenda e a questão do encarceramento
2629 em massa americano para a gente ver o quão lucrativo se torna um negócio
2630 quando a gente transforma, infelizmente, as pessoas como essa mercadoria e,
2631 quanto mais pessoas presas, mais lucro dessas empresas vão ter. Então, acho
2632 que é muito importante que ou estado repense e isso, muito embora eu tenho
2633 recebido aqui todas as notícias de que já existem investigações em curso sobre o
2634 meio ambiente do trabalho, também conclamou a Dr. Michelle que já conheço o
2635 trabalho, Michele, lá dos percursos e percalços da atuação em rede pela escola
2636 superior do MPU. Eu acho que que a gente se encontrou lá no Mato Grosso do
2637 Sul e para a gente pensar realmente o que tem sido feito até em termos de
2638 improbidade administrativa, eu acho. Porque é muito significativo tudo isso que
2639 está acontecendo no estado, esse estado de coisas inconstitucionais que já foi

2640 reconhecido pelo Supremo, a gente sabe que é muito grave e, para finalizar, eu
2641 quero só parabenizar o comitê pela iniciativa, muito embora, tenha sido frustrada,
2642 porque o principal interessado aqui não demonstra interesse em resolver.
2643 Obrigada.

2644 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2645 Agora eu vou passar para a Maria Clara.

2646 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2647 **Organizações Populares, GAJOP) –** Só para eu entender uma última coisa que
2648 eu acho que a pergunta da Fernanda já não tinha sido respondida sobre esse
2649 papel híbrido, então, eu queria entender o senhor como ouvidor, quais são
2650 exatamente as suas atribuições? O senhor, teoricamente, recebe denúncias,
2651 certo? Existe um fluxo de recebimento de encaminhamentos de denúncias dentro
2652 da ouvidoria e de que forma elas se caracterizam como independentes, se isso
2653 existe, é a primeira vez que o senhor tomou conhecimento das questões que
2654 estão aqui trazidas? E o senhor chegou a ser convocado, participou, tem
2655 conhecimento de algum plano estadual de ações de curto, médio, longo prazo, de
2656 ações de reparação e medidas de não repetição em relação aos massacres
2657 ocorridos? É uma primeira coisa assim só para entender de onde partiu. Eu tinha
2658 uma outra questão para colocar depois, mas só para entender.

2659 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2660 **Estado do Amazonas) –** Eu sou membro da ouvidoria, eu sou ouvidor. Sim, a
2661 ouvidoria recebe todo tipo de reclamação, reclamação de familiares dos internos,
2662 reclamação dos internos e Clara de todos aqueles que são atores do processo
2663 efetivo, tomamos apontamentos e damos encaminhamentos abrindo, inclusive,
2664 reclamações, encaminhando as corregedorias e dando prosseguimento efetivo
2665 tem tudo aquilo que chega até nós.

2666 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2667 **Organizações Populares, GAJOP)** – Das questões e que trazidas é a primeira
2668 vez que o senhor toma conhecimento?

2669 **Sr. Daniel (Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do**
2670 **Estado do Amazonas)** – Das questões aqui trazidas? Eu já participei uma vez de
2671 forma híbrida, respondendo a questões do sistema prisional, inclusive, falando
2672 sobre a evolução do sistema prisional do Estado do Amazonas. E, nesses termos,
2673 tem algumas que me foram perguntadas, inclusive, colocadas aqui e aí, só para
2674 deixar claro, a SEAP administra as unidades prisionais de Tefé, Coari, Humaitá,
2675 Manaus, Itacoatiara, Parintins e Maués, aonde tem unidades prisionais.

2676 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2677 **Organizações Populares, GAJOP)** – Certo. Não, minha outra questão e aí eu
2678 trago aqui que, realmente, ficou inviabilizado de a gente realmente ter um
2679 representante do Governo do Amazonas que respondesse aos questionamentos
2680 não respondidos, essa é uma questão. Eu queria saber de que medidas que a
2681 gente pode tomar em relação a comissão reiterada do Estado do Amazonas para
2682 que isso seja responsabilizado. Eu acho que qual vai ser esse ponto último de
2683 "responde, não responde", para que isso, de fato, se caracteriza como omissão e
2684 a omissão, a gente está aqui falando de tortura, a comissão também é
2685 responsabilizada no âmbito do sistema internacional de prevenção e combate à
2686 tortura. Eu acho que a membra ali do Ministério Público ata já falou sobre diversas
2687 pessoas já foram levadas ao âmbito internacional e eu queria saber também que
2688 ações que o próprio Ministério Público Federal, já que é o único representante
2689 também do Poder Judiciário, considerando também o MPT, mas não tem nenhum
2690 do estadual pelo que eu entendi. Que medidas que podem ser adotadas para
2691 responsabilização do Estado do Amazonas em relação às omissões reiteradas,
2692 incluindo a ausência de resposta em relação a todos os órgãos, em relação à
2693 sociedade civil, em relação a este órgão público que faz parte do sistema de
2694 prevenção e combate à tortura. Essa ausência foi confirmada a presença do

2695 secretário e ele, simplesmente, só não veio, mas ele chegou a confirmar, foi isso.
2696 De que forma essas ausências e estão sendo computadas para que sejam
2697 consideradas, de fato, uma comissão e seja responsabilizado como realmente o
2698 estado como partícipe dessas torturas que estão sendo cometidas? Então, eu listo
2699 aqui as representantes do MPF também e o MPT para que, também, possam
2700 tomar ações de encaminhamento para essa responsabilização promissão.

2701 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2702 Obrigada, Maria Clara. Na sequência está o Sávio.

2703 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Bom, boa tarde. Eu acho que
2704 todas as falas já apresentam a gravidade das ocorrências no estado, diversos
2705 atores já promoveram suas fiscalizações, o CNJ, mecanismos, enfim, SPT que foi
2706 citado. Mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de fazer um registro aqui como
2707 representante do ministério no sentido de agradecimento do estado, por quê? De
2708 encaminhar o Dr. Daniel, trazer o Dr. Daniel para essa audiência pública, porque o
2709 foco do comitê, Dr. Daniel, é criar ponte com o estado. Nós não queremos criar
2710 barreiras com o estado, porque a última instância até foi citada aqui as respostas
2711 são do estado brasileiro no âmbito do sistema internacional, então, o governo
2712 federal quer colocar à disposição também para ajudar a solucionar as questões e
2713 visualizarmos o que nós podemos evoluir, talvez dentro desse registro, o que o sr
2714 puder colocar, o senhor chegou a citar a questão da transição de gestão. Nós
2715 sabemos que isso ocorre até no Governo Federal, nos estados, desses órgãos
2716 que a parte documental não permanece integral em várias transições de governo
2717 e, talvez, realmente a gestão atual não tenha acesso a todos os dados desde a
2718 ocorrência dos fatos lá no Estado do Amazonas. Então, se o senhor puder
2719 ponderar dentro da fala o que foi visualizada pela SEAP dessa melhoria já nesse
2720 período, eu acho que já seria um ponto importante aqui para o colegiado.
2721 Agradecer novamente e já registro que podemos buscar outras audiências
2722 públicas também no sentido de buscar essas respostas que a ouvidoria está
2723 registrando aqui, vai dialogar com os fatores responsáveis lá no estado e podemos

2724 marcar uma nova audiência pública para tentar ajudar na solução dessas
2725 questões. Agradeço, Dr. Daniel.

2726 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2727 João.

2728 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sem prejuízo do que foi colocado, eu
2729 fiquei pensando se a gente não aproveita a oportunidade do Dr. Daniel aqui é
2730 estrutura uma planilha de questões por colunas, com as respostas para ajudá-lo a
2731 se orientar de que a gente quer resposta e o que ele tem para dizer para a gente
2732 compartilhar até mesmo em outras reuniões bilaterais com ele e aproveitar a boa
2733 vontade dele buscar e informações que ele está dizendo aqui que agora tem. Só
2734 fiquei pensando isso como sugestão.

2735 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2736 Obrigada, João. A Ana Valeska estava inscrita.

2737 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
2738 **Tortura - MNPCT) –** Sim. Só queria fazer uma fala complementando o que a Dra.
2739 Michele falou, eu tentei também buscar. Nós estamos acompanhando aqui o
2740 Mecanismo considerando que a gente teve em maio nessa missão em conjunto
2741 com o CNJ, eu e a Cecília, a gente teve visitando a Assembleia Legislativa do
2742 Estado do Amazonas para tratar sobre o projeto de lei que, até então, também o
2743 Presidente da assembleia ainda não tinha ciência. Porque, na verdade, o projeto
2744 de lei que se encontra hoje na Casa Civil, no governo, no executivo, ele ficou
2745 parado um tempo, ele começou a andar em 2021, para o, aí a gente começou a
2746 oficial e, nessa visita com o CNJ, o CNJ também na oportunidade, a Maria Tereza,
2747 corregedora. O CNJ também fez uma reunião diretamente com o governador
2748 Wilson, onde ela pediu celeridade na implementação do perguntadas Mecanismo
2749 estadual, na aprovação desse projeto de lei. E o CNJ reforça aqui novamente as
2750 recomendações, lembrando também que isso é um pleito que o Mecanismo
2751 nacional sempre também efetivou as suas recomendações, emitiu. Então, até

2752 ontem tem de buscar com o Presidente do comitê informações, porque nós do
2753 mecanismo, não temos acesso direto ao SEI do estado e a última vez que a gente
2754 esteve lá, a Dra. Michele participou da reunião, até a Presidente do comitê foi, a
2755 Priscila da Agenda, o Fábio da Frente, a gente conversou com a assessora do
2756 governador da Casa Civil para pleitear o aumento de vagas, é só para
2757 complementar já vou fechar, e, também, o projeto de lei falaram que iria resolver
2758 isso e já ia encaminhar o projeto para a assembleia e a assembleia falou que tão
2759 logo chegava e também aprovaria. Então, isso também é uma das
2760 recomendações para tentar também minimizar todas as violações que vem
2761 acontecendo no sistema prisional do Amazonas, que seja implementado logo de,
2762 aprovado esse projeto de lei. Eu sei que estamos em período eleitoral, mas é um
2763 projeto que já tem se arrastando há muito tempo e o Estado do Amazonas precisa
2764 desse instrumento, desse mecanismo estadual e conversamos também sobre a
2765 remuneração. Só para fechar aqui, que a informação que eu obtive ontem está
2766 parada na Casa Civil para fazer essa solicitação do quantitativo de cargos. Então,
2767 só isso, só para complementar. Obrigada.

2768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2769 Obrigada, Ana. Priscila.

2770 **Sra. Priscila Flores Serra (Titular - Agenda Nacional pelo**
2771 **Desencarceramento) –** Então, gente, na verdade eu não quero perguntar. Diante
2772 de tudo que já foi dito aqui, eu quero só colocar novamente a importância do GT
2773 Amazonas, uma vez que a gente chega no comitê nacional por conta de uma
2774 possível nova rebelião dentro da unidade, um novo massacre confirmado em
2775 inspeção, junto com a Defensoria de Direitos Humanos onde os próprios
2776 apenados afirmaram que foram colocados para o enfrentamento entre eles. Isso
2777 foi denúncia dos apenados para a Defensoria de Direitos Humanos, juntamente
2778 com a Comissão de Direitos Humanos da OAB e sociedade civil, Frente e coletivo
2779 de familiares. Então, como em 2015, como bem para Bárbara colocou, já tinha
2780 sido anunciado o massacre em 2019 e, novamente, em 2021 aconteceu

2781 novamente. Como a Cecília colocou que entrou na idade e saiu com a roupa
2782 manchada de tinta, mas também se entramos em 2021 e saímos com... Eu saí
2783 com a mão em mão de cada de tinta logo após a denúncia dos apenados do
2784 calabouço onde se encontrava um preso que tinha sido torturado no dia 10 de
2785 agosto. Interno esse reconhecido e apresentado depois de meia hora esperando
2786 para ele subir e ele denunciou a tortura pelo GIP, a denúncia dele foi gravada, a
2787 solicitação da sociedade civil junto com o representante do CNJ para ele fazer o
2788 exame do corpo delito, porque nem isso iriam levar. Novamente tentamos entrar
2789 em uma inspeção no COMPAJ, juntamente com o GMF e fomos impedidos de
2790 fazer as oitivas com os internos. Fomos encaminhados para o pavilhão na hora do
2791 banho de sol em uma tentativa de desqualificar a pressa da sociedade civil e não
2792 entramos para fazer, para falar com os internos, foi uma visita, não foi uma
2793 inspeção, foi uma visitar à área administrativa da unidade prisional do COMPAJ,
2794 unidade essa que tem várias denúncias de tortura e de violações de direitos
2795 humanos. Não vou perguntar, porque todo que está aqui nesse relatório do
2796 Mecanismo desde 2015, vem novamente a no relatório do CNJ de maio desse ano
2797 que vem com vários ofícios que a Frente Estadual pelo Desencarceramento tem
2798 oficial do durante todo esse tempo de pandemia. Quero colocar também que a
2799 gente não tem relatos da população indígena encarceradas e isso é muito grave
2800 para a gente do Amazonas, a gente não tem essa unidade básica de saúde, a
2801 gente também falou com os internos que, inclusive, ao defensor de direitos
2802 humanos da falou que estava ali para o atendimento, porque tinha autoridades ali
2803 e ele subiu para tirar fotos. Constatamos dentro dos pavilhões que tinham internos
2804 com TB, soro positivo, pneumonia todos juntos sem atendimento. Ainda hoje, nós
2805 temos um interno que precisa de uma bolsa de colostomia e a esposa já está
2806 tentando já tem dois meses fazendo essa bolsa entrar e não entra. Então, a
2807 situação da saúde é muito grave, como está em todos os relatórios. A situação da
2808 tortura física e psicológica é gritante, é muito grave, então, eu não tenho o que
2809 perguntar, como todos aqui estão insatisfeitas, a gente não vê, como o caio falou,

2810 a gente precisa de um falante, porque essas perguntas, esses questionamentos
2811 estão vindo aí desde 2015.

2812 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2813 Obrigada, Priscila. Fernanda. Na verdade, eu me inscrevi, depois era a Maria
2814 Clara e, depois, a Bárbara. Na verdade, eu queria fazer uma pergunta para a
2815 representante do Ministério Público do Trabalho. Se ela falou isso
2816 especificamente, mas se foi isso, me perdoe, mas eu vou perguntar mesmo assim.
2817 Em relação à remuneração, desses trabalhos, então, poderiam ser considerados
2818 análogos à escravidão e eu queria entender, uma das recomendações era para
2819 fiscalização desses trabalhos eu gostaria de entender se o Ministério Público do
2820 Trabalho esteve nas unidades, pretende estar nas unidades para fazer as
2821 fiscalizações de como vem sendo esse trabalho, qual é esse trabalho
2822 desenvolvido, qual a remuneração e ainda, acho que a representante disse, a
2823 Andréia que reconhecia sim que o salário, o tanto que eles recebiam era ínfimo,
2824 mas quais são as medidas para que se garanta o salário, é uma proporção, enfim,
2825 do salário mínimo que é garantido para as pessoas privadas de liberdade. Então,
2826 eu gostaria que a colega do Ministério Público pudesse responder isso, por favor.
2827 A André não está mais na reunião, ou está? Bom, posso passar também desses
2828 questionamentos que, depois, podem ser respondidas para Michele, que eu acho
2829 que tenho contatos com o Ministério Público do Trabalho e aí vou passar então, a
2830 palavra para a Mauricleia.

2831 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
2832 **Social) –** Bom, boa tarde a todos e todos. Eu verdade, eu tenho também muitas
2833 questões mais a discussão do encaminhamento. Então, eu acho que, primeiro, já
2834 que a pessoa está aqui como ouvidor, eu acho que vale a pena entregar esse
2835 documento como uma coisa oficial do comitê para que leve e dê as respostas, a
2836 primeira coisa. A segunda coisa, é que alguém falou aqui que nós já temos o
2837 suficiente aqui de denúncias que já foram relatadas pelo pessoal, a gente poderia
2838 pensar em fazer algo mais contundente, tipo fazer, pegar essa documentação um

2839 e enviar para os órgãos internacionais. Eu acho que não dá para ficar esperando
2840 resposta desde 2015, eu acho que o comitê pode fazer isso de tentar encaminhar
2841 essas denúncias já que elas não têm respostas. Eu acho que o diálogo não está
2842 colocado com o estado, porque o estado sabe da situação e envia uma pessoa
2843 que é ouvidor e não o representante do estado para falar, porque a ouvidoria tem
2844 outro papel é de, realmente, receber as reclamações da população, dos usuários.
2845 Então, nesse sentido e acho que a gente pode tomar outras providências aqui. Era
2846 só isso.

2847 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2848 Obrigada. Bárbara.

2849 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
2850 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Não, então, só para pegar esse gancho da
2851 sua fala, dizer que isso só consolida, de fato, essa omissão do estado de muitos
2852 anos. Eu acho que isso é importante de a gente, de novo, registrar. Em relação,
2853 eu queria falar pontualmente sobre a proposta do João, sobre a gente construir
2854 uma planilha. Acho completamente e inexecutável, já que se o Estado do
2855 Amazonas até hoje não respondeu milhões de coisas, no mínimo, desde 2015,
2856 falando a partir do Mecanismo, sinto muito, vai ser um super trabalho para o
2857 estado responder tudo isso. Nesse resumo muito interessante, inclusive eu acho
2858 que falta até no documento do SPT de 2015 também, então, sinto muito, não tem
2859 como planilhar anos em horas, nem se a gente ficasse aqui a semana inteira.
2860 Então, acho que a gente não deveria fazer uma planilha, minha sugestão é de que
2861 todos documentos enviados e de todas as autoridades de plano mínimo, desde
2862 2015, que é do lugar que fala deste órgão enquanto Mecanismo, depois
2863 respondidos. Cada recomendação daquela, foi feita com muito trabalho, com
2864 muito estudo, com muito empenho e com muita verdade, porque são inspeções
2865 em logo com a autonomia total. Então, em respeito ao trabalho realizado e,
2866 também, respeitando as prerrogativas legais do Mecanismo e todas às situações
2867 de resposta do estado, de todo esse vazio de muitos anos, não acho que a gente

2868 tem que fazer planilha nenhuma, o estado tem que pegar tudo isso daqui que já foi
2869 um esforço muito legal da parte de vocês de fazer, incluir o relatório do SPT e
2870 responder recomendação por recomendação e aí o estado planilha, faz de um
2871 jeito que achar mais interessante, mas eu acho que não tem como resolver isso
2872 aqui hoje, nem amanhã e nem em uma reunião.

2873 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2874 Obrigada, Bárbara. A Graça Sales que estão on line. Seu áudio... Agora foi.

2875 **Sra. Graça Sales –** Então, eu ouvi os questionamentos e sobre o comitê. Então,
2876 vou responder primeiro sobre o comitê. O comitê continua sem sala, nosso
2877 estamos trabalhando como dá. Temos uma secretária, temos uma sala, só que a
2878 sala não é nossa, a nossa secretária é do comitê e de mais outras instituições
2879 governamentais. Estamos em tratativas junto ao secretário da SEJUS para que ele
2880 avalie tudo isso, mobiliário, já marcamos uma reunião com ele para as avaliações
2881 e eu espero que, na semana que vem, a gente tenha... Infelizmente, estamos em
2882 período eleitoral e fica um pouco complicado, mas isso não é problema. Ele já
2883 sinalizou e a gente vai se reunir com ele na semana que vem. Bom, com relação
2884 ao Mecanismo, ao projeto de lei do Mecanismo, foi feita com uma reunião aqui no
2885 dia 6 de maio e aí nessa reunião foi feita uma alteração de quantitativo. A partir
2886 dessa alteração dessa reunião, dessa alteração de quantitativo, o comitê fez um
2887 ofício para o Secretário-Chefe da Casa Civil para essas alterações, alterações
2888 essas que foram realizadas e, 9 de maio até agora, todas as tratativas estão
2889 sendo feitas. Foi atendida a alteração, foi feita a alteração no projeto de lei, foi
2890 despachado, foi feita a nova dotação orçamentária e inexequível isso demanda um
2891 tempo. A dotação orçamentária foi feita agora e ficou pronta em 14 de setembro e
2892 foi enviado, está em tratativas para ser enviada para a Casa Civil novamente para
2893 ser encaminhada para a Assembleia Legislativa. Então, o projeto de lei do
2894 Mecanismo está, sim, em andamento, só que daí toda demanda exige tempo e a
2895 gente está aguardando esse tempo e a gente está tratando de isso com o maior
2896 carinho, com a maior celeridade, porque o interesse é do comitê também que

2897 esses projeto de lei seja efetivado o mais breve possível. Nosso interesse é real
2898 para que isso venha melhorar as condições dos encarcerados no Estado do
2899 Amazonas, não só do estado, como também, dos municípios. Nós temos um canal
2900 de denúncias que é um telefone de WhatsApp, nós estamos também pleiteando
2901 junto à SEJUS que ela coloque um link nas redes sociais dela com esse número
2902 de denúncia. Nós estamos fornecendo também um e-mail para denúncias e aí já
2903 estamos recebendo denúncias com relação aos casos de tortura. Recentemente,
2904 recebemos uma denúncia de um problema que houve no município de São
2905 Gabriel da Cachoeira agora em agosto e aí estamos tratando também junto aos
2906 outros órgãos. Então, eu quero informar que o comitê não está parado, a gente
2907 trabalha, mas a gente trabalha em silêncio. Eu penso que não adianta ficar
2908 adiando as coisas sem ter uma proposta e esse é o nosso propósito, estamos
2909 trabalhando, estamos tendo reuniões frequentes quando surgem casos
2910 específicos. É isso, muito obrigada a todos e desculpa, é que eu estou em
2911 auditoria interna aqui no meu trabalho e eu não posso... Como eu trabalho em um
2912 órgão militar, eu não posso demorar muito, por isso que eu pedi essa fala do João,
2913 mas eu estou aqui à disposição e, também, tem meus contatos à disposição de
2914 todos para qualquer eventual questionamento. Muito obrigada e boa tarde.

2915 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2916 **Amazonas)** – Desculpa. Eu queria aproveitar e fazer uma pergunta para a Dra.
2917 Graça

2918 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2919 Quem está falando?

2920 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2921 **Amazonas)** – É o Fábio Candotti aqui da Frente Estadual pelo
2922 Desencarceramento do Amazonas.

2923 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2924 Fábio, você tinha levantado a mão para fazer essa pergunta ou era para fazer a
2925 outra fala?

2926 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2927 **Amazonas) –** Era para fazer essa pergunta, só isso.

2928 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2929 Está bom.

2930 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2931 **Amazonas) –** Eu não sei se a Dra. Graça vai ter que sair, no que ela está
2932 dizendo, tudo bem?

2933 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2934 Fica à vontade.

2935 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
2936 **Amazonas) –** É que a gente, na última reunião aqui do comitê nacional, que eu
2937 não participei, a gente chegou a comentar que a gente não dava entendendo aqui
2938 no Amazonas em relação à própria composição do comitê estadual e a gente não
2939 obteve resposta do comitê estadual a respeito da recomposição da presidência do
2940 comitê e da não abertura de eleição para novos membros da sociedade civil. Ou
2941 seja, pelo que eu tinha entendido, eu posso estar equivocado, porque a gente não
2942 tem documentos on line, não tem página, é difícil. Haveria o fim, digamos, do
2943 mandado da composição antiga e teria que ter uma nova eleição no primeiro
2944 semestre desse ano e não houve eleição e houve uma eleição interna para
2945 recondução, que conduziu a Dra. Graça à presidência e eu acho que é a mesma
2946 pessoa como vice. Enfim, é notório, a gente tem muito interesse em participar do
2947 comitê estadual e, a gente estava, inclusive, participando como convidado ouvinte,
2948 mas desde então, não fomos mais convidados também. Mas gostaria de saber
2949 como é que foi esse processo, qual é a situação e qual é a previsão que o comitê

2950 tem de abertura de um novo processo de seleção para candidaturas e para
2951 membros do comitê.

2952 Sra. Graça – Fábio, é o seguinte. Na realidade, nós recebemos esse convite na
2953 quarta-feira e não deu tempo de avaliar, porque mandaram para um e-mail errado,
2954 não com e-mail do comitê. Não deu tempo de responder esses questionamentos.
2955 Todos os questionamentos que vocês fizeram na reunião de agosto passado,
2956 serão respondidos a posteriori, como eu disse, eu estou em uma auditoria interna
2957 do meu trabalho eu não posso demandar tempo. Posteriormente, serão todas
2958 respondidas. Obrigada.

2959 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2960 Michele.

2961 Sra. Michele (Ministério Público Federal - MPF) – Olá. Com relação aos
2962 questionamentos que foram feitos ao Ministério Público do Trabalho, eu coloquei o
2963 e-mail da colega aqui no chat, da Dra. Andréia, para que possam ser enviados
2964 para ela, porque ela que, realmente, vai saber responder. Com relação à questão
2965 de se levar a questão para órgãos internacionais sobre a resposta de ofícios ou a
2966 ausência dela por parte do estado, como eu disse aqui, essa representação nossa
2967 de hoje, essa reunião nossa de hoje está sendo muito representativa de como é o
2968 diálogo extrajudicial, ou seja, fora das ações do Poder Judiciário com o Estado do
2969 Amazonas de uma maneira geral, as tratativas que são bem complicadas. No que
2970 diz respeito ao Mecanismo estadual, a gente até tinha respostas aos ofícios que a
2971 gente mandava, só que o que acontecia era que a resposta era lacônica, era um
2972 parágrafo dizendo: "não tem dinheiro, ponto", para implementar o Mecanismo. Isso
2973 já desde antes da pandemia, até desde antes de eu assumir essa pauta, isso já
2974 acontecia e aí quando chegou a pandemia, claro que as prioridades e as situações
2975 dos MPF passaram a ser outras e a gente passou a focar em impactos
2976 relacionados a direito à saúde, então, o próprio estado também acabou tendo que
2977 se voltar para outras questões. Mas quando nós em assumimos essa pauta do
2978 Mecanismo estadual de enviar ofícios, de tentar cobrar a implementação, nós

2979 recebemos a resposta de que não tem dinheiro por causa da pandemia. Então,
2980 quer dizer, antes não tinha dinheiro aí, depois, agora: "ah, agora não tem dinheiro
2981 por causa da pandemia e por causa da lei complementar, a contratação até
2982 dezembro de 2021 de novos cargos", enfim, então, eram respostas muito
2983 lacônicas. Nós chegamos até fazer uma reunião com a SEJUS, com a Secretaria
2984 de Direitos Humanos do Estado, com a representante do comitê que, na época,
2985 era a... Eu esqueci o nome dela, ela já não está mais na SEJUS, mas que era
2986 representante do comitê também na época e, enfim, foi dito que não tinha
2987 dinheiro, que não tinha como o Otto então, diante disso, nós ajuizamos, o
2988 Ministério Público ajuizou em 31 de março de 2022 que é a data de aniversário do
2989 extrajudicial golpe militar, nós ajuizamos essa ação civil pública até com um
2990 caráter simbólico de se lutar contra a ditadura, contra a tortura, enfim, ajuizamos
2991 uma ação para que fosse implementado o Mecanismo estadual de combate à
2992 tortura, foi esse ano, foi em março de 2022. E aí, coincidentemente, logo em maio
2993 teve essa missão do CNJ e do Mecanismo nacional no começo de maio aqui no
2994 Amazonas e aí começou a discutir o andamento desse projeto de lei. Então, foi a
2995 partir do ajuizamento da ação civil pública e, posteriormente, dessa vinda do CNJ
2996 e do Mecanismo nacional e que se começou a tentar impulsionar um pouco mais o
2997 projeto de lei, mas por enquanto ele continua parado, quer dizer, agora se supor
2998 que vai ter alguns pagamentos, como dito pela Dra. Graça, mas, por enquanto, ele
2999 continua parado nessa questão da remuneração dos peritos e do aumento de 5
3000 peritos para 7, que era o que estava no projeto de lei original. Então, não sei se
3001 tinha ficado muito claro que isso nas minhas as falas anteriores, mas existe uma
3002 ação em trâmite na Justiça Federal por conta do Mecanismo estadual de combate
3003 à tortura. Os nossos ofícios, alguns não foram respondidos, mas quando eram
3004 respondidas eram esses termos de não tem dinheiro e pronto e acredito que, com
3005 relação à responsabilização por omissão de respostas de ofícios, essas são
3006 denúncias que têm que ser feitas para os colegas que atuam nessa parte de
3007 direito criminal mesmo e de responsabilização por improbidade administrativa. A
3008 gente teve mudanças recentes na lei de improbidade administrativa que acabaram

3009 flexibilização do algumas questões, mas são questões que acabam sendo tratadas
3010 no âmbito do ministério público por esses colegas que atuam nessa parte mesmo
3011 de responsabilização criminal e administrativa por eventual ausência de respostas
3012 dadas pelos poderes públicos, pelos órgãos públicos aos questionamentos do
3013 Ministério Público Federal e outras instituições. Com relação à responsabilização
3014 internacional, pelo menos no âmbito do Ministério Público Federal, talvez isso
3015 fosse algo a ser tratado com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, eu
3016 acho que, não estou... Posso até participar dessas tratativas, não estou me
3017 eximindo, mas acho que é algo que teria que passar também pela PFDC para
3018 eventual representação junto aos órgãos internacionais de proteção de direitos
3019 humanos. Então, sobre a ação que está na Justiça Federal, não houve o
3020 deferimento de liminar ainda, posa estamos acompanhando essa ação, estamos
3021 buscando que essa liminar seja deferida, mas isso ainda não aconteceu. Então, é
3022 isso, nós ainda não temos uma decisão judicial determinando a implementação do
3023 Mecanismo estadual, embora estejamos acompanhando a ação, também, essa
3024 questão do projeto de lei. Acho que é isso que eu tinha a dizer.

3025 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3026 Obrigada, Fernanda. Nana.

3027 **Sra. Nana –** Bom, primeira questão em relação ao Comitê Estadual de Prevenção
3028 e Combate à Tortura do Estado do Amazonas, eu gostaria que pudesse ser
3029 informado o calendário de reuniões regulares, se elas estão acontecendo e quanto
3030 será a próxima. Eu acredito que é possível informar, prestar essa informação
3031 moralmente e se existe, de fato, um calendário e quem são os membros da
3032 sociedade civil que compõem esse comitê que eu acredito que a Presidente deve
3033 saber, se ela ainda estiver on line, porque ela estava em uma outra questão de
3034 trabalho. Se não estiver, que seja encaminhado novamente um ofício com esses
3035 questionamentos que não são de alta complexidade, são questionamentos que,
3036 por exemplo, qualquer um de nós que fazemos parte do Comitê Nacional de
3037 Prevenção e Combate à Tortura, saberíamos responder tranquilamente a qualquer

3038 momento. Em relação ao Estado do Amazonas, ao Governo do Estado do
3039 Amazonas que se fez presente ao não se fez presente, se fez mais ou menos
3040 presente nessa audiência, uma outra questão que eu entendo que a gente precisa
3041 dar o encaminhamento que é um encaminhamento prático como foi sugerido,
3042 oficial o Ministério Público Estadual, responsável pelo patrimônio público para que
3043 seja instaurado o inquérito para apurar os contratos de parceria público privada
3044 pouco gestão do sistema penitenciário do Estado do Amazonas, as irregularidades
3045 desses contratos, porque se os relatórios do Mecanismo, CNJ e mais um monte
3046 de gente diz que não tem comida, não tem água, não tem e, seguramente, nesses
3047 contratos não está escrito para ser assim, existe uma irregularidade patente de
3048 gestão do estado do Amazonas. Que seja oficiado ao Ministério Público Estadual
3049 do patrimônio público, que seja oficiado ao MPF diante das violações de direitos
3050 humanos que compete também ao MPF fiscalizar, porque o que a gente está
3051 pedindo não é nada muito diferente do que deveria estar previsto em qualquer
3052 contrato com o poder público, se eu contrato o poder público para uma função que
3053 ele tem que fornecer água, comida e uma série de outras coisas e isso não está
3054 acontecendo, luz e etc., a manutenção da estrutura da unidade prisional, a
3055 importante que isso seja fiscalizado e, de fato, seja instaurada uma investigação
3056 em relação ao Governo do Estado do Amazonas, porque quem responde é o
3057 governador e é ele que vai ter que responder sobre isso e, dependendo do que for
3058 apurado, ele vai sofrer uma ação de improbidade administrativa. Afinal de contas,
3059 falta de aviso não é, está bem avisado, então, o encaminhamento que eu
3060 proponho é esse.

3061 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3062 Eu queria saber, então, não tem mais nenhum inscrito, eu queria saber... Tem?
3063 Não, eu ia falar agora dos encaminhamentos. Não tem mais nenhum distrito de
3064 fala, queria ver outros encaminhamentos, eu vou sugerir um encaminhamento aqui
3065 também. Eu acho que a gente poderia fazer uma nota pública relatando a situação
3066 de que, reiteradas vezes, foram feitos pedidos para o Estado do Amazonas e que
3067 a gente, em uma nota de repúdio, que a gente não obteve nenhuma resposta,

3068 incluindo a data de hoje que era uma audiência, das quais foram convidadas as
3069 autoridades do Estado do Amazonas e, algumas delas, inclusive, o secretário
3070 confirmou presença, mas não veio e o senhor Ouvidor não foi, não conseguiu
3071 responder nenhum dos nossos questionamentos. Então, tem esse
3072 encaminhamento meu, o da Fernanda, da Nana e a Fernanda quer propor um
3073 também. Se alguém mais quiser propor também...

3074 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Eu fiz
3075 para que a gente descobrisse aqui se a gente... Não, eu fiz uma proposta que a
3076 gente descobrisse, inclusive, pegar esse documento e formalizar uma denúncia
3077 internacional como foi proposto aí diante desse quadro, entendeu?

3078 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3079 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Para a gente formalizar, acha que precisa
3080 dessa comprovação do esgotamento de todas as vias internas, então, eu acho
3081 que, inclusive, esse documento que a Sofia está propondo de registro de todas as
3082 ausências reiteradas, eu acho que isso vai ajudar a comprovar que foram
3083 esgotadas todas as vias internas. Eu acho que a gente pode, talvez, também
3084 incluiu o ofício ao MPF juntando esse documento e averiguando de que forma vai
3085 ser responsabilizado o Governo do Estado do Amazonas para que, não havendo
3086 essa resposta e é importante ressaltar que essa resposta não deve ser uma
3087 resposta só formal, da mesma forma que o ouvidor esteve aqui presentes e deu
3088 algumas respostas, só que elas não diziam muita coisa. Na verdade, respostas
3089 genéricas, evasivas e que, nenhum momento, foram apresentadas medidas
3090 concretas nem para reparar, nem para não repetir as violações que foram
3091 cometidas. Então, o Estado do Amazonas continuamente se recusando a fazer
3092 isso e o estado brasileiro, continuamente, não sendo hábil para corrigir esse
3093 posicionamento, ele vai ser responsabilizado no âmbito internacional, então, o que
3094 a gente precisa fazer é reunir todas as documentações para que se comprove e
3095 esgotar todas as vias internas, mas, em primeiro lugar, eu acho que a gente

3096 precisa fazer essa responsabilização do Estado do Amazonas para, depois, partir
3097 para o estado brasileiro.

3098 **Interlocutora não Identificada** - Bom, pedido de encaminhamento,
3099 complementando aqui o que a nana colocou para o MPF em razão de eventuais
3100 possibilidades de interação de inquérito para apuração de improbidade
3101 administrativa, tanto por parte do governo do estado como pelas outras instâncias
3102 responsáveis por fiscalização dos contratos que estão em vigência e, cujo
3103 descumprimento vem sendo de forma reiterada, anunciado por todas as instituições
3104 de fiscalização. A última, recentemente, pelo próprio CNJ, também ofício ao MPF
3105 quanto a implementação do PNASPI, haja vista que os próprios recursos do
3106 Governo Federal também são implantados, implementados as apolíticas de
3107 acesso à saúde pelos internos das unidades prisionais, conforme foi bem
3108 mencionado aqui. Em tese, haveria algumas unidades com a implementação das
3109 unidades básicas de saúde, mas não seria uma realidade de todas as unidades
3110 prisionais, então, de fato, precisa ter uma fiscalização até mesmo do orçamento
3111 federal que é implementado para efetivação dessa política. A terceira questão
3112 também é um ofício ao MPF quanto à regularidade do funcionamento da própria
3113 ouvidoria, eu acho que ficou claro aqui nessa reunião e, também, e outras
3114 reuniões que é o funcionamento seja como representante do estado ou outra
3115 qualidade, não ficou muito bem aqui esclarecido, prejudica que, de fato, tenhamos
3116 uma ouvidoria no Estado do Amazonas. Então, eu acho que ficou bem claro que a
3117 sua função de ouvidoria não está sendo exercida de forma independente como
3118 também já foi narrado e recomendado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e
3119 Combate à Tortura. Então, esse é o terceiro ofício ao MPF quanto à instauração
3120 de inquérito à fiscalização de 100 isolamento da ouvidoria. O quarto as apolíticas o
3121 ofício ao Ministério Público do Trabalho para fins de fiscalização da condição de
3122 trabalho escravo aqui mencionada pela Sofia para fins de que sejam
3123 implementados projetos de remissão. A ausência de projetos de remissão foi
3124 narrada em todos os relatórios como motivo muito grave de tensionamento das
3125 condições prisionais e, até mesmo, uma condição que favorece o confinamento de

3126 presos nas unidades prisionais e que traz ali uma angústia pela ausência de
3127 possibilidade de remissão de suas respectivas penas e, também, um ofício ao
3128 MPT quanto às condições de trabalho dos próprios funcionários e que atuou no
3129 sistema prisional do Estado do Amazonas. Isso também foi narrado pelo
3130 Mecanismo, as condições de trabalho dos agentes das unidades prisionais e
3131 estaduais, sobretudo, os que atuam em locais privatizadas são bastante precárias,
3132 narrando que isso também é um motivo de tensionamento e local, inclusive, de
3133 adoecimento dessas pessoas que estão atuando no sistema que, obviamente,
3134 contribuem também para eventuais rupturas do sistema. Ainda, ao Ministério
3135 Público do Trabalho, que fiscaliza as condições de trabalho dos peritos do IML e,
3136 também, das unidades, me fugiu o nome agora, do Instituto de Criminalística que,
3137 segundo narrado também pelo Mecanismo nacional, não tem as menores
3138 condições de trabalho, inclusive, com a ausência de instrumentos essenciais para
3139 o seu trabalho em conformidade com o que prevê a lei. Por fim, quanto à
3140 representação e ao SPT, peço que poderia ser deliberado como encaminhamento,
3141 ficou bem claro também que aqui acho que pelas falas todas, a situação de
3142 completa ignorância, digamos assim, estão sendo ignorados absolutamente todos
3143 os relatórios desde 2015. Me parece que fica mais que configurada uma situação
3144 reiterada de violação de direitos humanos por um prazo muito prolongado e ante à
3145 visita do SPT, já em momento anterior e de suas recomendações e que, aliás, não
3146 constavam do oratório, porque não tivemos acesso, salvo engano, acho que não
3147 estava constando da pasta, mas essa violação reiterada pelo longo período de
3148 tempo, peço que já seria uma motivação para ser relatada ao SPT quanto a
3149 eventuais cautelares ou medidas que, eventualmente, possa ser adotadas em
3150 aumento internacional. Obrigada.

3151 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3152 Mais alguém quer sugerir algum encaminhamento?

3153 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3154 **Amazonas) –** Fábio aqui de Manaus. Não sei se eu pedi aqui a fala. Mas assim,

3155 todos os documentos do Mecanismo estadual, e, também, agora do CNJ, eles
3156 pedem recomendações e ao TJ e à Defensoria Pública e ao Ministério Público
3157 Estadual em relação à fiscalização do sistema, inclusive, a fiscalização da atuação
3158 do Grupo de Intervenção Penitenciária, a fiscalização do uso de armamento, à
3159 fiscalização de tortura, a fiscalização da situação de saúde e etc., se esse não
3160 seria o caso de enviar documentos, já aqui é uma questão também de entender se
3161 há algum entendimento aqui é preciso esgotar as diversas esferas, mas também
3162 de entender a capacidade de fiscalização e do estado, acho que seria bastante
3163 importante. Inclusive, porque nós estamos com muita dificuldade, acho que vocês
3164 acabaram de perceber também isso em parte. Em relação ao tribunal de contas,
3165 ao Tribunal de Justiça, ao grupo de grupo de monitoramento e fiscalização, por
3166 exemplo, a própria Defensoria Pública, em parte, sobretudo na capital, não no
3167 interior, que tem tido uma atuação muito boa e ao MP estadual e a sua parte e
3168 fiscalização do sistema carcerário com de, enfim, nós tivemos muitos problemas
3169 com a ausência de fiscalização. Então, não sei se caberia também solicitar quais
3170 são as respostas que foram dadas desde o último relatório do Mecanismo nacional
3171 é, também, diante das recomendações do CNJ, mas, enfim, as recomendações do
3172 CNJ são da semana.

3173 **Interlocutora não Identificada** – Desculpa, só complementando a fala do Fábio,
3174 eu ia justamente dizer isso, que algumas questões, por exemplo, como por
3175 funcionamento da ouvidoria são bem relacionadas à atuação do Ministério Público
3176 Estadual, então, tem coisas que é com o MPF e tem coisas que é com o MPE.
3177 Então, acho que seria importante encaminhar esse ofício também ao Ministério
3178 Público Estadual com essas questões que foram levantadas referentes a direitos
3179 humanos.

3180 **Interlocutora não Identificada** – No sentido da fala do Fábio, considerando que
3181 já foram feitas também recomendações para o Tribunal de Justiça, para o
3182 Ministério Público e para a Defensoria Pública, encaminhar ofício as corregedoria
3183 às dos três órgãos para que eles apurem a ausência de um trabalho efetivo de

3184 seus membros é indicar os membros responsáveis da Defensoria, do MP e do
3185 judiciário que deveriam estar fiscalizando e dando efetividade às recomendações
3186 do Mecanismo no Estado do Amazonas e não estão, para que eles sejam
3187 devidamente processados pelas corregedoria dos seus órgãos em relação à falta
3188 disciplinar, porque é uma falta funcional que eles estão cometendo.

3189 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3190 Então, a gente tinha alguns encaminhamentos aqui. Primeiro encaminhamento foi
3191 o que eu propus de elaborar a nota pública de repúdio. Por segundo
3192 encaminhamento que eu acho que em conversa com as Fernandas é que são
3193 coisas que eu acho que teriam que ser, enfim, se ninguém se opõe a esses
3194 encaminhamentos, coisas que deveriam ser ditadas, porque são muitas coisas.
3195 Não sei se o João conseguiu anotar. Pode ser, melhor.

3196 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** A gente teve a primeira proposta aqui
3197 da Fernanda do Maria Felipa. Solicitar informações de quais unidades sob gestão
3198 da SEAP... Detalhamento da composição, nome, cargo funcional de cada unidade
3199 de saúde das unidades prisionais, quantas pessoas foram atendidas nos últimos
3200 três meses...

3201 **Interlocutora não Identificada –** João, posso aqui interromper só um minuto? E
3202 eu queria entender se a gente vai continuar fazendo esses questionamentos e
3203 pedindo que ele se formalmente para a ouvidoria, ou se a gente considerou que
3204 aquilo que a gente... Enfim, isso já está muito bem documentado e não foi nem
3205 respondido, porque eu não sei se é caso da resposta desses itens individuais,
3206 porque pelo que a gente entendeu aqui, enfim, do meu entendimento dessa
3207 audiência, isso já foi, de certa forma, ignorado. Então, eu não sei se seria caso de
3208 fazer esses questionamentos pontuais para a ouvidoria. Para a secretaria, mesmo
3209 assim... Tudo bem, mas se oficial ao ministério público...

3210 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Oficiado Ministério Público...

3211 **Interlocutora não Identificada** – Entendi, está bom. Então, só tem esse
3212 questionamento da Fernanda, enquanto questionamento para oficial a secretaria,
3213 é isso? Está bom.

3214 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A Fernanda dar Maria Felipa também
3215 sugeriu solicitar calendário de reuniões e composição da sociedade civil do comitê
3216 do Amazonas. E isso aqui já foi solicitado e a Graça até confirmou que recebeu e
3217 que iria encaminhar a resposta. A gente pode reiterar o ofício ou pode reiterar por
3218 e-mail? Por ofício? Está bom. A Sofia sugeriu a elaboração de uma nota pública. A
3219 Fernanda ANADEP, aqui eu vou precisar da sua ajuda, Fernanda. "ofício ao MPF.
3220 Apurar eventuais impropriedades administrativa do governo e órgãos notificados
3221 sobre irregularidades na cogestão". Tem algum detalhamento aqui que você
3222 gostaria que constasse na minuta de ofício? Conforme denúncias constantes no
3223 relatório do Mecanismo? Para o MPF também apurar irregularidades na execução
3224 da PNASPI e para o MPF sob fiscalização do funcionamento da ouvidoria do
3225 amazonas. Quer acrescentar?

3226 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3227 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Esse ofício deveria ser encaminhado para
3228 o MPF e para o MPE, porque a depender da origem das verbas, dos contratos, a
3229 depender se a autoridade está vinculada ao sistema federal, ao sistema estadual
3230 de, enfim. Vai caber a um ou a outro apurar, por isso que eu acho interessante já
3231 encaminhar para os dois de uma vez.

3232 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Algum detalhamento que quer que
3233 conste nas minutas do ofício desses pontos? Ambas, como você fala dos dois,
3234 MPF e MPE? A gente teve aqui "oficiar o MPT para fiscalização das condições de
3235 trabalho dos custodiados, fiscalização das condições de trabalho dos agentes
3236 penais, fiscalizar também as condições de trabalho dos peritos do IML e do
3237 Instituto de Criminalística". E fiscalizar a implementação de projetos ou eles...?
3238 Fomentar o MPT? Essa é minha pergunta. Ok. "fiscalizar implementação e
3239 fomentar projetos de remissão". Ok. Um outro encaminhamento que a Fernanda

3240 da ANADEP sugeriu "envio de relatório ao SPT". Que relatório? Que a descrever
3241 um pouquinho, mas se é esse relatório ou é o relatório do Mecanismo ou se é a
3242 situação da omissão?

3243 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3244 Ou o último do CNJ e o Mecanismo de 2019.

3245 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Relatório do...**

3246 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3247 **Exteriores) –** Senhores membros, eu poderia fazer uma pequena intervenção
3248 aqui em nome do MRE?

3249 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3250 Quem falou?

3251 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3252 **Exteriores) –** Matheus Moreira do MRE. Eu estava vendo a questão do envio do
3253 relatório ao SPT, não o entendimento de que a atuação das instituições
3254 internacionais seria subsidiária à atuação das próprias instituições domésticas. A
3255 gente entende que, considerando, tanto as medidas que foram, inclusive,
3256 discutidas em pouco antes a serem tomadas para corrigir o a situação de violação
3257 de direitos humanos, a gente queria considerar que não seria um momento
3258 oportuno de enviar para o SPT, seria melhor enviar para eles, se fosse o caso,
3259 uma informação mais completa. Depois do retorno de todos esses ofícios e
3260 providências que vão ser solicitadas por meio desses ofícios indicados
3261 anteriormente. No entanto vocês concordam com não? Mas deixo aqui o registro
3262 que o MRE não se sentiria confortável em aprovar esse envio do relatório nesse
3263 momento.

3264 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3265 Bárbara.

3266 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
3267 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Só considerando essa fala, sabe o que eu
3268 acho que seria interessante? A gente colocar uma data, um teto para essa
3269 resposta, porque esse a gente ficar nessa boa-fé de tipo assim: "vamos esperar a
3270 água de novo". Eu, há sete anos, estou cansada, eu sou uma pessoa cansada
3271 com o Estado do Amazonas. Então, vamos colocar um teto para responder,
3272 porque senão talvez faça sentido o que o colega trás, mas que senão, é isso.

3273 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3274 **Exteriores)** – Eu acho a proposta interessante, poderia colocar uma data...

3275 **Interlocutora não Identificada** – Isso, só reiterando, que são coisas diferentes.
3276 Uma coisa é uma denúncia à Corte Interamericana para que isso se torne um
3277 caso, isso é uma coisa. Outra coisa é a gente já notificar desde já as violações
3278 que estão acontecendo e as ausências de tomada de providências, isso não
3279 impede. Com isso, a gente já tem elementos suficientes e com esse documento,
3280 acho que partindo desse relatório, vai ser construída a nota técnica pela a gente já
3281 tem muita coisa para fazer. Uma coisa é um caso que vai ser julgado e aí, enfim,
3282 realmente a gente precisa comprovar o esgotamento do âmbito interno, agora
3283 notificar e informar, isso até já foi informado antes e a gente pode fazer isso a
3284 qualquer tempo, porque a gente vai comprovar. A ação de hoje foi muito grave e a
3285 gente tem que interpretar isso como grave sim, porque se não continua
3286 acontecendo tudo da forma como está.

3287 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3288 **Exteriores)** – Eu entendo, uma questão é o tratamento judicial nos sistemas
3289 judiciais internacionais, outra é o tratamento de órgão dos de monitoramento de
3290 cumprimento de tratado internacional, mas o que eu queria dizer era que como já
3291 foram pensadas várias medidas no âmbito nacional, como pedido de informação,
3292 abertura de pedido para abertura de inquérito. Eu acho que seria mais pertinente
3293 postergar um pouco esse envio de relatório e informações, porque poderia ser

3294 enviado de uma forma mais completa com informações mais completas, está
3295 bom?

3296 **Interlocutora não Identificada** – O SPT ele tem uma atribuição diferente, ele
3297 inclusive já foi, então, seria uma atualização do que já foi feito em relação ao SPT.
3298 Então, não impede, mas se for o caso a gente coloca isso para votação também.

3299 **Interlocutora não Identificada** – Matheus, eu queria entender que prazo que
3300 você acharia, por exemplo, razoável para que se tivesse essa resposta.

3301 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3302 **Exteriores)** – Eu não saberia dizer. Podem deliberar, seria um prazo razoável
3303 para se ter alguma resposta sobre apurações pelo menos iniciais ou inquérito
3304 sobre improbidade administrativa ou os outros temas que foram tratados
3305 anteriormente.

3306 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3307 Mas eu só queria entender um pouco a razão pela qual você entende que não
3308 seria o caso de enviar essa informação, porque para mim não faz muito sentido,
3309 porque isso já é... As violações de ação reiteradas, então, que isso para que seria
3310 só uma dentro aquilo que já foi reiterado, com a possibilidade de ter uma resposta
3311 que, assim, se em sete anos a gente não teve, pode ser que tenha, pode ser muito
3312 bem que não tenha também o, então, não entendi muito bem qual seria a
3313 justificativa para não enviar de gerar e fazer uma complementação, caso a gente
3314 tem a resposta.

3315 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3316 **Exteriores)** – A justificativa seria exatamente que estão sendo tomadas medidas
3317 para a situação seria resolvida no âmbito doméstico, o então, a ouvidoria sugeriria
3318 que essa informação fosse depois tivesse algum tipo de resposta no âmbito
3319 doméstico.

3320 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
3321 gente tem uma proposta de 30 dias, isso sana. Lembrando que a mera resposta
3322 não vai dizer se estão sendo, de fato, medidas concretas ou não, é isso que o
3323 sistema internacional vai averiguar. Mas 30 dias é um prazo razoável?

3324 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** O que o colega do MRE
3325 recolocou, vou agregar aqui, porque o MRE é o responsável por essa
3326 comunicação do internacional, então, ele está ponderando que ainda não é o
3327 momento de mandarmos esses dados para o SPT, porque nós estamos...

3328 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3329 Acha que 30 dias?

3330 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** É, nós estamos ainda com as
3331 ações internas mostrando dados, responsabilidades, melhorias, que horas. Então,
3332 o que o colega do MRE colocou é que aguardemos um pouco essas demandas
3333 para ver se nós teremos alguns dados atualizados e aí sim comunicar com o SPT,
3334 não é?

3335 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3336 Mas esse pouco não pode ficar sem prazo. Ou a 30 dias ou a gente coloca aqui
3337 para a votação o envio imediato.

3338 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3339 **Exteriores) –** Vocês me julgando que 30 dias seria um tempo suficiente para que
3340 outros órgãos pudessem dar respostas? Não teria problema de 30 dias. Agradeço
3341 ao Sávio pane por explicar o que eu estava querendo dizer, eu acho que eu tinha
3342 que ter dito, mas foram feitas algumas informações na documentação.

3343 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3344 Desculpa interromper, mas é porque a Bárbara deu a sugestão da próxima
3345 Reunião Ordinária também.

3346 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Nós temos diversos órgãos que
3347 serão demandados aí. O Ministério Público Estadual, Federal, eu não sei se os
3348 colegas terão alguma coisa também até para responder esse prazo aí, mas é só a
3349 essa ponderação. O colega aqui trata com essas comunicações internacionais e
3350 está ponderando que não seria o momento agora, porque nós vamos precisar
3351 fazer isso para a frente com mais informações.

3352 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3353 Acho que todo mundo já entendeu, mas a gente precisa de um prazo. Qual vai ser
3354 ele, 30 dias? Na próxima reunião ordinária?

3355 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que se for para saber se é um prazo
3356 então, tem que ser 15 dias antes da reunião da Mesa Diretora.

3357 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3358 **Exteriores)** – A sugestão da próxima plenária parece adequada também, se
3359 vocês preferirem.

3360 **Interlocutora não Identificada** – Quando vai ser a reunião da Mesa Diretora?

3361 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Um ponto de pauta. Se
3362 alinharmos, entrar como um ponto de pauta e aí nós podemos ter o balanço e o
3363 que nós já recebemos de retorno, não é, João dessas... Já entraria como um
3364 ponto de pauta da reunião da Mesa Diretora, só colocaria como um ponto de
3365 pauta, porque teremos um tempo para ver o que nós já recebemos e para ver o
3366 que dá para comunicar de forma atualizada, não é?

3367 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3368 **Exteriores)** – Me parece ótimo.

3369 **Interlocutora não Identificada** – Então, gente, acho que não vai dar tempo com a
3370 data da nova reunião, que a gente adiantou. Vai ser 9 e 10, não é? Então, teria
3371 que ser dia 24 para dar 15 dias antes. A partir da reunião, é.

3372 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que é um prazo razoável, 30 dias, que
3373 é o prazo da lei de acesso à informação e. Qualquer estado tem que responder a
3374 informação em 30 dias. 20 prorrogado por mais 10 a partir do momento que me
3375 enviou o ofício que, com certeza, vai ser enviado segunda ou terça-feira da
3376 semana que vem. Dia 28 já estava marcado, mas vai mudar agora, é isso? Ou vai
3377 continuar? Mas não precisa ser 15 dias antes da reunião ordinária?

3378 **Interlocutora não Identificada** – Matheus, você tinha travado, viu?

3379 **Interlocutora não Identificada** – Bom, mas se for 30 dias da no dia 22 de
3380 outubro, então, vai ser a antes. Pode ser um prazo de trinta dias que já é alguns
3381 dias antes, 5 dias antes da reunião da Mesa Diretora. 30 dias, mas 30 dias
3382 ocorridos contando que o ofício não vai ser enviado hoje, entendeu? Então, não
3383 dá 30 dias ocorridos.

3384 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3385 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Agora não depende de a gente comunicar
3386 internacionalmente um ofício enviado. O governo está sabendo de todas as
3387 notificações até agora e, hoje, temos um representante aqui do estado presente.
3388 Acredito que eles podem receber ata da reunião, não sei também que, o secretário
3389 confirmou que vinha e não veio e também não mandou justificativa. Então, eles já
3390 estão cientes contados a partir de hoje, até porque o ofício não vai dizer e vim as
3391 informações se não vamos comunicar, não é esse o conteúdo do ofício. Mas isso
3392 é para a gente internamente ter mais informações para ter mais material, não é
3393 para a finalidade deles marcar como notificados, não é uma intimação em um
3394 processo.

3395 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, eu dei uma sugestão aqui e
3396 parece que os colegas aqui... De a gente mandar com 30 dias e já reservar o
3397 ponto de pauta na próxima RO para que a gente, então, consolide esse
3398 encaminhamento no de enviar para o SPT. Concorda? Óbices? Ok.

3399 **Interlocutora não Identificada** – Então, vamos acabar de olhar lá o que estava.

3400 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3401 **Exteriores)** – Eu acho que tem mais um dos encaminhamentos para a gente
3402 conversar também.

3403 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está aqui: "ofício para as corregedorias
3404 do MPE, DPE, TJAM, para apuração de falta disciplinar... Efetivação das
3405 recomendações...". Então, seria o parâmetro de pedir a fiscalização da
3406 corregedoria à atuação deles, tendo em vista as argumentações do Mecanismo?
3407 O parâmetro seria uma omissão ou uma não fiscalização efetiva a partir das
3408 recomendações do Mecanismo. Algum outro, pessoal? Lembra que teve algum
3409 outro que faltou?

3410 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3411 **Amazonas)** – Esse ofício para as corregedorias uma de ser em relação às
3412 recomendações propostas pelo Mecanismo e que, depois, reiteradas pelo
3413 Conselho Nacional de Justiça. O

3414 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Eu tenho uma preparação que o
3415 seguinte. Esses pedidos de fiscalização da corregedoria, talvez se ficar genérico,
3416 a gente não vai ter uma resposta efetiva e, por isso que eu pergunto, em que, qual
3417 parâmetro.

3418 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3419 **Amazonas)** – Pois é. Eu tenho receio também de que... Eu entendi a proposta da
3420 Fernanda, acho que foi uma proposta bem mais arrojada pelo que eu estava
3421 pensado, mas isso, de fato, exigiria uma documentação. A gente tem uma
3422 documentação, por exemplo, extensa nossa de ofícios que foram enviados e
3423 nunca foram respondidos e que dizem respeito exatamente aos mesmos fatos do
3424 Mecanismo nacional e que o CNJ aponta, por isso que, talvez, eu não sei, eu
3425 entendo bem a pressa disso, mas por isso que a antes eu tinha proposto que se

3426 indagassem esses órgãos a respeito em relação à fiscalização. E assim,
3427 sinceramente, quando você pergunta para o MPE o que ele faz de fiscalização ele
3428 responde com um e-mail, um ofício protocolado dizendo que está fazendo tudo
3429 certo, eles só dizem isso.

3430 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3431 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Por isso que a gente não quer fazer isso
3432 mais, Fábio.

3433 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3434 **Amazonas)** – Exato, claro, mas eu diria que se é necessário pedir isso a antes de
3435 enviar para a corregedoria, apenas isso. Mas eu concordo.

3436 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3437 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Porque a gente já tem as informações que
3438 são públicas das recomendações do Mecanismo, é de conhecimento das
3439 defensorias, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, porque foram feitas
3440 recomendações desses órgãos. Eles receberam.

3441 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3442 **Amazonas)** – Eu acho que se for para elaborar, é elaborar considerando a
3443 reiteração das recomendações pelo CNJ naquele que foi recomendado em 2020
3444 pelo Mecanismo nacional, ou seja, questionar o que está sendo feito e pode ser
3445 questionado diante da corregedoria, é isso, Fernanda?

3446 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3447 **Defensoras e Defensores Públicos)** – O relatório do CNJ

3448 É de agora, isso não deu tempo, vamos assumir que rendeu tempo ainda, mas o
3449 relatório do Mecanismo, tem o de 2015 e o de 2019, deu tempo para ler, reler,
3450 dormir abraçado, fazer um monte de coisa. Então, não cumpriu até hoje, por quê?
3451 Então, qual é a questão? Qual é o defensor público responsável pelo sistema
3452 penitenciário do Amazonas, Fábio? Esqueci o nome dele.

3453 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3454 **Amazonas)** – Tem o coordenador do núcleo de atendimento prisional, que o Dr.
3455 Théo Costa e tem o Defensor de Direitos Humanos, o Dr. Roger.

3456 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3457 **Defensoras e Defensores Públicos)** – O Roger, não é?

3458 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3459 **Amazonas)** – Isso.

3460 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3461 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Pois é. Oficiar à Corregedoria da
3462 Defensoria Pública para que instaure procedimento administrativo para apurar
3463 possível infração, descumprimento da função do Dr. Roger, estou dizendo isso.
3464 Quem o promotor responsável que deveria estar fiscalizando o sistema prisional
3465 de Manaus, por exemplo?

3466 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3467 **Amazonas)** – Nesse exato momento eu teria que ver, porque...

3468 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3469 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Não estou dizendo que você tem que
3470 responder agora, estou te dando um exemplo. Valois e Companhia Limitada e no
3471 interior tem os juízes da execução do interior. Eu consigo levantar.

3472 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3473 **Amazonas)** – O que eu lhe digo é só o seguinte, por que eu estava falando do
3474 CNJ? Ou seja, não é preciso, ele tem um tempo, tem cumprido as recomendações
3475 do CNJ. O documento do CNJ é uma prova de que, ou seja, o CNJ está pedindo
3476 para que essas instituições façam a mesma coisa em grande parte, a gente pode
3477 listar os itens que foi recomendado pelo Mecanismo nacional há dois anos atrás.
3478 Então, se aparecer um documento novo dizendo... É por isso que eu estava
3479 dizendo que poderia citar o documento do CNJ como a referência. "opa, tem

3480 alguma coisa errada", se o órgão está recomendando a mesma coisa de dois anos
3481 atrás...

3482 **Interlocutora não Identificada** – Mas isso não impede de dar o encaminhamento.

3483 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3484 **Amazonas)** – Mas eu entendi é a companhia.

3485 **Interlocutora não Identificada** – Eu queria só fazer uma complementação. Eu
3486 acho que aqui, talvez, seja interessante a se perguntar o que está sendo feito é,
3487 também, quem são os colegas responsáveis e quando assumiram, principalmente
3488 no interior do Amazonas, porque a gente tem uma característica de alta
3489 rotatividade dos cargos, principalmente no interior. As pessoas ficam pouco tempo
3490 e acabou trocado de cidade, então, eu acho que talvez fosse mais interessante
3491 questionar esses órgãos antes a respeito do que está sendo feito com relação às
3492 recomendações do CNJ por cada órgão, quem são os responsáveis e tanto na
3493 capital quanto no interior por fiscalizar o cumprimento da recomendação, o que
3494 está sendo feito nesse sentido e etc., para a partida leis de verificar,
3495 eventualmente, o que fazer com isso, porque pode ser que sejam uma pessoa que
3496 acabou de chegar, entendeu? Principalmente no interior, então, talvez seja até
3497 mais efetivo se fazer desse jeito do que já chegar com um ofício para a
3498 corregedoria. Até falando isso como uma pessoa que está na instituição do
3499 sistema de justiça pela porque o simples fato de que algo não está, alguma
3500 política pública não está andando, não necessariamente implica que o colega
3501 esteja acompanhando aquilo faz tempo o que medidas não tenham sido adotadas
3502 vide ao mecanismo estadual, enfim MPE está atuando há anos nessa pauta e,
3503 bem ou mal, o Mecanismo estadual ainda não existe, apesar de a gente tem feito
3504 reuniões, expedido ofícios, feito recomendação, aí a recomendação não foi
3505 cumprida e a gente ajuizou ação, aí a gente estar acompanhando a ação, aí não
3506 teve a liminar e a gente está tentando uma liminar, enfim. Mas o fato é que o
3507 Mecanismo estadual não existe ainda, entendeu? Apesar de o Amazonas ter uma
3508 situação muito grave no sistema prisional que exige Mecanismo estadual ainda

3509 não foi implementado. Então, talvez fosse melhor se cobrar informações a respeito
3510 do trabalho mesmo que está sendo feito, falando e isso até como pessoa que
3511 compõem o sistema de justiça, que de mais ou menos como que é a lógica das
3512 corregedorias, como que é a lógica do nosso trabalho e tudo mais. Eu não estou
3513 aqui fazendo um apelo corporativista, está bom? Não é isso, não me entendam
3514 mal, eu só estou dizendo que, talvez, se a gente já chegar com representação
3515 para a corregedoria, eu acho que a gente não vai obter as informações que sejam
3516 necessárias e, talvez, e isso não vá para a frente, entendeu? É mais por isso
3517 mesmo, não me leve a mal, por favor, é só uma complementação mesmo, uma
3518 sugestão.

3519 **Interlocutora não identificada** – Eu queria fazer uma pontuação em relação a
3520 isso, porque em todos os documentos que a gente leu e os mais recentes que
3521 foram ofícios enviados pela Agenda e pela Frente, em vários deles para a
3522 Defensoria, inclusive em 2021, não tiveram respostas, então, na verdade não é
3523 uma coisa... E a Ana Valeska está dizendo aqui que do Mecanismo não teve
3524 respostas, então, acho que não é uma posição que lhe diz respeito a
3525 determinadas, e mesmo porque não é uma caça às bruxas, não é a determinados
3526 defensores ou defensoras promotores, promotoras, enfim, mas as corregedorias
3527 tem que dar uma resposta oficial, e eu acho que esse intuito é justamente para
3528 isso, para que a gente tenha uma resposta oficial desses órgãos. Inclusive, para
3529 dizer que eles foram chamados para estar aqui hoje, claro, você está aqui
3530 presente hoje, mas a Defensoria Pública da União não está, a Defensoria Pública
3531 do Estado não está, ou Ministério Público Estadual também não está presente,
3532 então, eu acho que nesse sentido eu acho que seria importante dar continuidade e
3533 oficial as corregedorias.

3534 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Alguém quer falar? Eu tenho uma
3535 pergunta. O CNJ soltou o relatório agora, ele costuma fazer um acordo, um outro
3536 relatório de correção, não costuma?

3537 **Interlocutor não identificado** – Já foi solto, já está publicado, Dr. João. O
Degravação 37ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT- Página

3538 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, então, tem o de correição apurando
3539 irregularidades, determinando ajustes para o TJAM, não é? Aí, diante disso,
3540 continuamos com esse de mandar para a corregedoria também do TJ Amazonas?
3541 Seria uma sobreposição... Queria tirar essa dúvida, entendeu? Se não seria uma
3542 sobreposição, se não valeria a pena manter, até por uma questão de credibilidade
3543 do comitê enviar ofícios que, talvez, não façam tanto sentido técnico para eles? Eu
3544 fico com essa preocupação.

3545 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que a gente tem que ter a perspectiva
3546 de que o comitê não é um órgão exclusivamente técnico, é um órgão político.
3547 Então, pressões políticas também são importantes para que as coisas se efetivem.
3548 A minha experiência, eu vou falar a partir da corregedoria do estado de Minas
3549 Gerais, é muito ruim do tribunal de justiça, porque meu tio foi corregedor-geral, é
3550 muito ruim para um juiz responder um processo na corregedoria, ainda que ele
3551 seja absolvido depois. E isso já fez com que vários juízes modificassem seu
3552 comportamento na sua atuação jurisdicional, mesmo que depois a corregedoria
3553 decida pela ainda procedência daquele processo e, isso já cumpriu uma função. O
3554 que eu tenho observado no caso do Estado do Amazonas é uma desídia
3555 sistemática dos membros dessa instituição no exercício de suas funções
3556 fiscalizadoras. Então, não algo aleatório ou ocasional, eles são sistematicamente
3557 acionados e eu posso dizer de momentos que foi que acionei e eles não
3558 respondem adequadamente. Na minha concepção, e eu fui servidora pública, eles
3559 são desidiosos. Quando foi servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado de
3560 Minas Gerais, se eu tivesse esse tipo de conduta, eu tomava um processo
3561 administrativo na orelha antes de eu piscar o olho. Então, a gente tem que ser,
3562 porque isso é dinheiro público, essas pessoas recebem salário com o nosso
3563 dinheiro, de todo mundo aqui. Nós estamos aqui um dia inteiro debatendo e essas
3564 pessoas não poderão estar aqui, ou não quiseram, para dizer mais certo. Então,
3565 acho que isso é uma conduta e o simples fato de não estar aqui já é uma conduta
3566 desidiosa, na minha concepção e eu estou falando como quem já esteve no
3567 serviço público e já sofreu todas as mazelas do serviço público. Então, são

3568 pessoas que têm, no sistema de justiça, os mais altos salários, então, não dão
3569 para ter esse tipo de comportamento, é difícil o trabalho. Se não for uma questão
3570 individual, se não for o fulano de tal que está sendo desidioso com seu trabalho,
3571 ele vai defender, vai se justificar e a instituição vai ter que se movimentar também.

3572 **Interlocutora não Identificada** – Eu queria fazer uma fala rápida. Com relação a
3573 essa fala que o João falou, com relação ao CNJ, ele emitiu também esse relatório
3574 de inspeção nos cartórios, nas varas criminais e de execução penal. Inclusive, é
3575 importante ressaltar que tem juízes da execução penal respondendo
3576 procedimento, uma representação no CNJ, que foi deliberado a abertura por
3577 questão de atrasos de análises de processos de pessoas privadas de liberdade
3578 que estavam com a progressão de regime vencida, doentes também, mais de 200
3579 processos, eu até a acompanhei esse julgamento. E aí em relação a inspeção no
3580 cartório da Vara de Execução penal, ela alcança mais os magistrados e é
3581 importante ressaltar que não é só o estado que tem se omitido em responder para
3582 a gente, a Defensoria e o Ministério Público Estadual também, porque quando a
3583 gente manda o ofício secular, a gente manda, pelo menos os últimos, com cópia
3584 para todas as autoridades. Então, o judiciário também um começou a responder
3585 depois que a gente começou a mandar cópia de ofícios para o CNJ, então, a
3586 responsabilidade, o lógico a gente sabe que a do estado, mas também nos outros
3587 órgãos que atuam no acesso da justiça também estão sendo omissos no Estado
3588 do Amazonas, não estão respondendo. Então, quando ela fala "encaminhamento
3589 para as corregedorias", a gente tem prova de ofícios que foi com cópia para essas
3590 autoridades e nunca nos responder e assim, data vênia, eu já participei de reunião
3591 com o comitê que o defensor nem abria a boca ele estava lá no comitê do
3592 Amazonas e foi acho que até a Frente participou de uma inspeção com ele que foi
3593 um relatório que ele fez lá, mas eu nunca nem conversei com o defensor e não
3594 posso deixar de falar aqui. É difícil também é a gente ter contato com o judiciário,
3595 com o juiz, eu já tentei contrato, inclusive, direto com o juiz que o está
3596 respondendo procedimento hoje no CNJ e ele respondeu "não sei", assim,
3597 respostas bem objetivas e nunca nos respondeu um ofício. É só isso, eu queria

3598 registrar e entendi a ideia da Nana de enviar também expedientes para as
3599 corregedorias destes outros órgãos que, também, tem suas responsabilidades
3600 promissão.

3601 **Interlocutora não Identificada** – Se existem ofícios nominais, a falta de resposta
3602 nominal nesse sentido de: "olha, fulano foi oficiado tantas vezes e nunca
3603 respondeu, beltrano sempre é chamado para reunião, conforme aqui chamados
3604 tais e nunca foi". Aí, realmente, eu entendo que é complicado. No meu ponto aqui
3605 com a minha fala, foi assim, o simples fato de a política pública não se efetivar,
3606 não necessariamente significa uma desídia do membro, era só isso, só esse é o
3607 ponto, mas se vocês têm elementos, porque tem isso também. A corregedoria
3608 atua, não tanto em casos estruturais, mais pontuais mesma. O fulano, a fulana
3609 estão praticando uma infração e isso deve ser investigada, o então, se existem
3610 esses elementos de "fulano foi oficiado tantas vezes, está aqui o ofício, recebeu,
3611 nunca respondeu, ou então, responde genericamente, nunca vai em reunião,
3612 chamamos aqui para a reunião tal e nunca foi", aí realmente faz sentido. Meu
3613 ponto era só com relação à questão da implementação da política pública em si,
3614 porque, infelizmente, vocês estão vendo hoje aqui como eu disse as dificuldades
3615 de se tratar com o Estado do Amazonas, então, tem sempre a pauta da política
3616 pública implica em negligência do colega. Era só esse o meu ponto mesmo, mas
3617 era isso, obrigada, gente.

3618 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Quero reforçar aqui a fala da
3619 nossa coordenadora do Mecanismo, lembrando que nós temos um pacto
3620 federativo e nós temos alguns órgãos de controle do estado. Se nós estamos
3621 provocando os estados que deveriam fazer o controle do estado e também não
3622 estamos obtendo resposta, aí é preocupante, porque inclusive esse mecanismo de
3623 freio não está funcionando, apenas fazer essa ressalva da importância da fala da
3624 colega.

3625 **Interlocutora não Identificada** – Só para lembrar, as recomendações dos dois
3626 relatórios do Mecanismo, tem recomendações ali para o TJ, Defensoria e
Degravação 37ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT- Página

3627 Ministério Público Estadual, só para lembrar. Então, também tem recomendações
3628 também para eles que também tem que saber se eles cumpriram, em que pé está.
3629 Em que pese não está aqui nenhum representante também desses órgãos,
3630 apenas para registrar, considerando essa ideia do encaminhamento que a Nana
3631 deu, só para fechar.

3632 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3633 Bom, então, a gente segue mandando o ofício para as corregedorias. Quem?
3634 Fábio.

3635 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Pediu a palavra, Fábio?

3636 **Sr. Fábio Candotti (Representante da Agenda pelo Desencarceramento do**
3637 **Amazonas) –** Não, não pedi a palavra.

3638 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sua mãozinha está levantada. Então...

3639 **Interlocutora não Identificada –** A gente vai mandar já nominando quem são
3640 essas pessoas ou é relatando, por exemplo, do período de tal e tal em relação a
3641 esses e esses ofícios que a foram respondidos, que a corregedoria apure quem foi
3642 o responsável por essa ausência, seria nesse sentido?

3643 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Tem outro encaminhamento, pessoal,
3644 sobre isso? Essa questão da nota pública aqui revólver elaboração de um texto,
3645 sugere que seja elaborado um texto para consolidar junto com o envio de um
3646 relatório para o SPT para a próxima RO?

3647 **Interlocutora não Identificada –** Eu acho que a nota é um documento que pode
3648 subsidiar o envio, mas eu acho que a nota pode ser, a gente pode fazer a ela para
3649 amanhã.

3650 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ok. Então, temos o acordo ou algum
3651 impedimento para algum desses encaminhamentos? Ok, não temos consenso
3652 nesses encaminhamentos. Nós ficamos de analisar aquelas das resoluções? Ok.

3653 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3654 Eu queria agradecer a presença de todas e todos e, também, do ouvidor que veio
3655 aqui presencialmente para a audiência. Acho que, no final das contas, tiveram
3656 alguns encaminhamentos que foram bons e, infelizmente, a gente não conseguiu
3657 caminhar muito como a gente esperava que fosse caminhar, mas eu queria
3658 agradecer a todos e todos e o GT que é o grupo de trabalho do Amazonas, ele
3659 continua funcionando e agora tem esses novos encaminhamentos. Se tiver
3660 alguém que quiser participar da reunião ordinária e continuar participando da
3661 reunião, sintam-se à vontade para continuar participando on line, mas aqueles que
3662 vieram só para a audiência e quiserem sair da audiência, fiquem à vontade
3663 também.

3664 **Interlocutor não identificado –** Eu gostaria de agradecer ao trabalho do comitê
3665 nacional e, enfim, é muito importante para a gente esse espaço nessa audiência e
3666 a gente está... Que consigamos continuar esse trabalho através do GT. Boa tarde,
3667 muito obrigado pela atenção.

3668 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Quero agradecer a presença do ouvidor
3669 aqui, o Daniel e dizer que eu peço o contato que para a gente tratar essas
3670 informações e buscar algumas informações espontâneas para atingir esse objetivo
3671 do interesse público que nós estamos tratando. Agradecer ao Fábio Candotti,
3672 agradecer a Dra. Michele e a Dra. Andréia que já esteve aqui e demais... À Graça
3673 também, registrar o agradecimento a ela pela colaboração com a audiência.
3674 Reforçando que nós, da coordenação, mandamos os ofícios, os e-mails e fizemos
3675 ligações e, salvo engano, apenas o TCE não deu um "recebemos e enviamos para
3676 autoridade que pode comparecer e tal", todos os outros falaram: "olha, recebemos
3677 e estamos encaminhando para o departamento responsável". E aí tivemos o os
3678 que estiveram presentes hoje. Então, posso passar... Presidenta.

3679 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3680 Então, agora acho que a gente pode fazer a análise da resolução que a Nana fez.

3681 **Interlocutora não Identificada** – E eu gostaria só de agradecer também pelo
3682 convite para a audiência pública e, também, o Ministério Público Federal, seja pela
3683 PFDC, seja pela PRDC do Amazonas, segue à disposição para tratar desse tema,
3684 está certo? Boa continuação de reunião para vocês.

3685 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3686 Obrigada.

3687 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu baixei aqui a resolução que a Ana
3688 colocou para a gente projetar lá. Acho que essa daqui. Então, projetando lá, eu
3689 peço para os colegas do audiovisual... Isso, obrigado. Edital nº 6 mesmo. Isso, o
3690 edital nº 6. Então, a primeira proposta aqui é dessa resolução que resolve: "as
3691 vagas remanescentes do processo de chamamento público para a composição do
3692 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, no edital 6/22, publicado em
3693 29 de abril de 2022 seção 3, edição 80, página 178. Em razão da insuficiência de
3694 candidatura do segmento 1, serão preenchidas pela candidatura mais votada nos
3695 segmentos concorrentes. Para a designação das candidaturas e suplentes que
3696 ocuparão as vagas remanescentes, deve ser respeitada a ordem de classificação
3697 no decorrente da votação publicada por edital de 29 de junho de 2022, seção 3,
3698 edição 121, página 214, bem como de observar as regras definidas para a reserva
3699 de vagas de desempate. Essa resolução entra em vigor na data dessa
3700 publicação." Então, essa aqui seria a do aproveitamento. Chegou a se fazer uma
3701 minuta com relação àquela da discussão na recondução do 3º mandato? Então,
3702 aquele é o mérito da resolução. Ok. Vamos por partes aqui. A gente resolve essa
3703 daqui é a outra eu abro o texto de novo aqui para avaliar como que vocês querem
3704 encaminhar, pode ser assim? Ok. Então, nessa resolução aqui, discussões...

3705 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, a ponderação por parte
3706 do governo já foi feita, a questão da análise da consultoria jurídica da competência
3707 da Sra. Ministra de estado, enfim. Da observância e princípio da legalidade, então,
3708 o governo já se manifestou contrário. Nós tínhamos uma recomendação, agora

3709 uma resolução aprovada exclusivamente pela sociedade civil. Então, essa
3710 manifestação já foi feita e com relação a próxima também no mesmo sentido.

3711 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Para fins de votação do texto final
3712 aqui, poderemos fazer o registro de que o governo está na reunião para
3713 marcarmos o voto contrário, para simplificar?

3714 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Como foi colocado, acho que é
3715 o mesmo quórum daquela votação anterior, já foi registrado, então, agora a
3716 sociedade civil apenas está documentando a visão dela com relação ao prazo,
3717 então, acho que não precisa...

3718 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mandar aprovado pelo quórum anterior.

3719 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Salvo melhor juízo, seus
3720 colegas quiserem rever algumas questões, mas o texto está sendo colocado aqui
3721 pela sociedade civil já aprovado.

3722 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, vou considerar ocorre da
3723 deliberação anterior.

3724 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É,
3725 acho que é mais uma deliberação da própria sociedade civil em relação ao texto
3726 do que o governo já voltou contrário.

3727 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Em que pese, poderia haver alguma
3728 discordância com pontos textuais, que se surgissem dúvidas, mas não surgiu, não
3729 é?

3730 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É porque qualquer questão que
3731 nós fomos colocar aqui, nós vamos entrar no mérito. Então, com relação a esse já
3732 foi dito.

3733 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok.

3734 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A legalidade foi apontada pela
3735 Conjur, então, é um óbice até entrar no mérito, e com relação ao outro, a proposta
3736 do colega Caio, foi colocada a questão que está judicializado, então, fugiu agora
3737 do âmbito administrativo. Teve uma decisão administrativa de restringir, foi
3738 judicializado e aguarda-se o judicial. Então, por isso também acho que não é o
3739 caso de entrar no mérito.

3740 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – No mesmo sentido.

3741 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Exatamente.

3742 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – No caso da resolução proposta pelo
3743 Caio, eu vou projetar aqui. Vai aparecer lá, pessoal. Está aqui: "Elaborar a minuta
3744 de resolução com o seguinte entendimento: o CNPCT delibera que a interpretação
3745 deste colegiado acerca do artigo 8º, § 5º do Decreto 8154, que versa sobre a
3746 recondução de representante das organizações da sociedade civil, se referem
3747 exclusivamente as pessoas físicas, não sendo vedado o 3º mandato às pessoas
3748 jurídicas ou organizações coletivas", pulando entre parênteses "pelo que não
3749 acata o Parecer 221/2021 da Conjur, devendo o texto integral dessa resolução
3750 será apreciado no 2º turno essa Reunião Ordinária". Então, esse aqui já é um. Ok.
3751 Como sugere, Caio, para a gente ter um texto final?

3752 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
3753 Não, eu sugiro que se a gente quer refinar este texto, eu preciso de algum tempo.
3754 Vou me sentar, vou escrever, vou olhar.

3755 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3756 Caio, deixa eu te falar. Como não precisa da aprovação do governo no sentido de
3757 que o governo já foi o contrário, eu não vejo prejuízo tem a gente olhar o texto
3758 amanhã e trazer amanhã o texto, porque a gente não está discutindo, é só uma
3759 questão textual, o governo já foi contrário à nossa recomendação. Então, acho
3760 que não tem prejuízo de trazer amanhã.

3761 **Interlocutora não Identificada** – Lembrando que o texto não vai ser colocado
3762 para votação amanhã de novo, não é?

3763 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
3764 Então, a gente atua coletivamente nesse compromisso de não criarmos nenhum
3765 óbice ao texto que vai vir, desde que ele se atender a isso.

3766 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Desde que não fuja do objeto é,
3767 também...

3768 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
3769 A questão é que dá para refinar no mesmo sentido, não é?

3770 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Caio, traga amanhã esse texto.

3771 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
3772 É dever de casa.

3773 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Se não mudar o mérito, Caio, aí meu
3774 compromisso de não colocar óbice ao texto. Dever de casa em meio da
3775 articulação fora, não é? E isso é sinal do compromisso de vocês, do entusiasmo
3776 com a pauta. Presidenta, com a palavra.

3777 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3778 Então, só para amanhã ficaria assim, a gente fez algumas mudanças na pauta de
3779 hoje que, conseqüentemente, na de amanhã também e aí aqui nesse ponto 3, a
3780 gente já tratou ele. Só que ficou faltando ainda a questão do uniforme do Grupo de
3781 Trabalho que o João ficou de...

3782 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Já fiz as duas minutadas para a gente
3783 dar...

3784 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3785 Então, a gente pode olhar a manhã isso nesse horário das 9h30, que tem 1h, das

3786 9h30 até as 10h30, que seria a apresentação do relatório e, também, olhar a
3787 revisão da Recomendação nº 7 nesse tempo, não é?

3788 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Amanhã foi sugerido que... Não, é isso
3789 mesmo. O Mecanismo passou, o diretório de Minas Gerais passou para as 14h.
3790 Ok. E do Paraná vai ser o segundo ponto de pauta, o 4.1 ou inverter? Mantém,
3791 não é?

3792 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3793 Mantém.

3794 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, aqui a gente repassa,
3795 consolida aquela questão dos grupos de trabalho.

3796 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Aí
3797 era o seguinte: na verdade, tem essas questões do grupo de trabalho dessa
3798 Resolução nº 7 e aí tem esse texto também que o Caio vai trazer. A gente poderia
3799 ver esses três pontos logo depois da leitura da pauta que tem 15 minutos, mas
3800 demora dois minutos para ler a pauta, então, a gente poderia fazer isso, mas aí
3801 tem o ponto 7 que seria esses informes dessas denúncias que teria passado
3802 teoricamente para esse 3, já que a gente tinha mudado, só que agora ele é o
3803 relatório do Mecanismo em relação às denúncias de Minas Gerais. Então, a gente
3804 pode atrasar um pouquinho o relatório do Mecanismo, a primeira apresentação de
3805 relatório para caber esses informes e de denúncias aqui que você falou à que
3806 você fez, João. Você acha que funciona assim? Ou a gente faz esse ponto depois
3807 da apresentação do relatório?

3808 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sofia, eu queria sugerir
3809 começarmos amanhã já no relatório do Mecanismo, até hoje nós tivemos um
3810 prejuízo aí e como vai trazer um ponto novo ainda que não foi tratado pelo comitê,
3811 sugerir o primeiro ponto de pauta meritório a apresentação do relatório.

3812 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3813 Então, Bárbara, você concorda, porque você falou que tinha alguém que gostaria
3814 de vir e tal? Mas se for 9h30 pode ser também. Bom, então, se ficar 9h30 o
3815 relatório, tem 1h de apresentação, seria até as 10h30. E aí, depois, teria os
3816 encaminhamentos que foi dado tempo aqui originalmente de meia hora para
3817 encaminhamentos, isso seria então, com 11h. Aí 11h a gente poderia tratar, então,
3818 desses três pontos que ficaram faltando, que seriam a resolução 7, a minuta que o
3819 Caio vai elaborar e a questão dos grupos temáticos e aí teria aí um tempo ainda
3820 se atrasasse para a gente atrasar, por exemplo, 12h30 e aí a próxima questão
3821 seria só que o relatório de Minas Gerais seria na sequência do almoço, às 2 da
3822 tarde e esse ponto 7 aqui passaria para adiante, porque aqui 1h também de tempo
3823 de relatório, então, seria às 15h e mais trinta minutos de encaminhamento. Então,
3824 às 15h30, começaria o ponto 7. Não, mas vai ser logo na sequência, vai ser às 11
3825 da manhã isso. 9h30 até as 10h30 aí meia hora para encaminhamentos, aí vai
3826 acabar às 11, aí às 11h a gente vê essas três questões aí da recomendação no,
3827 do que o Caio de ser, também, do grupo de trabalho, aí vai ter 1h e meia para isso,
3828 até 12h30. Aí depois das 2h começa o relatório do Mecanismo que vai ter 1h de
3829 apresentação, então, acabaria às 15h mais 30 minutos, 15h30 e aí às 15h30 a
3830 gente começaria o ponto número 7 e aí a gente, enfim, tem que ver o que desse
3831 pontos 7, 8 e 9, o que vai dar tempo de a gente tratar aqui. Não, está pronta já. A
3832 Fernanda fez pequenas sugestões, se você quiser reproduzir, João. O

3833 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ou projetar que a minuta da resolução
3834 que ficou para ser deliberada essa plenária. "artigo 1º. Aprovar recomendação
3835 para garantir a manutenção e fortalecimento das prerrogativas dos comitês e
3836 Mecanismos que de prevenção e combate à tortura, bem como todos os órgãos e
3837 entidades que atuam na fiscalização de espaços de privação de liberdade no
3838 território brasileiro. Os estados, Distrito Federal e União, devem assegurar aos
3839 membros dos comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura, Poder
3840 Judiciário, Defensoria, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público,
3841 Conselho dos Direitos Humanos, conselhos da comunidade, entre outras

3842 instituições com prerrogativas legais, a prerrogativa condicional de livre e irrestrito
3843 acesso a qualquer instalação de dependência que o configura espaço de privação
3844 de liberdade em território brasileiro para que se verifiquem que as condições de
3845 segurança, sala de idade e respeito aos direitos fundamentais e apurem a prática
3846 de tortura ou tratamento cruel desumano degradante. § 1º. A prerrogativa
3847 mencionada no caput abrange o uso das ferramentas, recursos de instrumentos
3848 necessários para a aferição de registro das violações e dos direitos humanos,
3849 inclusive audiovisuais e fotográficos. § 2º. A prerrogativa dos comitês
3850 mencionados no caput, não podem prejudicar a criação o pleno funcionamento
3851 das atividades de atribuições dos mecanismos estaduais de prevenção e combate
3852 à tortura. 3. Os estados, Distrito Federal e União, devem assegurar que órgãos de
3853 entidades com prerrogativas legais possam ontem comunicação pessoal e
3854 reservada com toda e qualquer pessoa privada de liberdade no território
3855 brasileiro". Posso fazer uma pausa aqui, Fernanda, já fazendo, peço essa licença,
3856 esse aparte. Aqui no artigo 3º diz aqui, olha: "órgãos as entidades com
3857 prerrogativas legais", e aqui é descrito um rol de órgãos. Todos esses órgãos aqui
3858 com prerrogativas legais, há uma compatibilidade de identificação ou não? Porque
3859 está falando aqui, olha: "assegurar que um órgão são prerrogativas legais possam
3860 manter comunicação", no caso do monte aqui "dentre outras instituições com
3861 prerrogativas legais". É, o Conselho de Direitos Humanos pode não ter
3862 prerrogativa legal de entrar em presídio em sem autorização do diretor.

3863 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Esse ponto que o João está
3864 levantando é muito importante.

3865 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Depende da lei e do conselho.

3866 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Mecanismo tem essa previsão.
3867 O que nós estamos recomendando aqui é uma, talvez, uma ampliação em alguns
3868 casos, lembrando o Comitê do Estado de Goiás fez um pedido de uma análise
3869 desse pleno aqui com relação a isso, uma atuação do comitê na ausência do
3870 Mecanismo. Foi repassado para a colega da ANADEP que atua no Estado de

3871 Goiás para uma análise, uma análise mais detalhada, mas a primeira leitura é que
3872 essa recomendação atenderia. Mas também para efeito de registro aqui, gostaria
3873 de falar sobre a questão da segurança. Nós estamos na criando um rol, talvez,
3874 nós não temos o controle dessa ampliação, temos um caso emblemático aqui que
3875 ocorreu aqui no Distrito Federal, organizações criminosas utilizado de advogados,
3876 um conselho utilizando de advogados para efeito de cometimentos de ilícitos.
3877 Então, o que o comitê está recomendando é que se amplie uma atuação de vários
3878 agentes, que nós não temos o controle. Então, isso não pode ser prejuízo da
3879 segurança e da autonomia também dos locais de privação de liberdade. Eu queria
3880 fazer só desse registro para constar em ata.

3881 **Interlocutora não Identificada** – Aproveitando também, eu gostaria de fazer um
3882 registro para constar em ata que, diante das sistemáticas violações de direito e
3883 garantias fundamentais do sistema prisional brasileiro, a gente não pode se guiar
3884 por um caso de eu prefiro assumir um risco de ter que lidar, eventualmente, com
3885 alguém tentando se aproveitar dessas prerrogativas do que ter que enterrar mais
3886 gente, pois acaba de morrer mais um no Amazonas. Então, eu prefiro o risco de
3887 ter que lidar com outras consequências, porque, afinal de contas, toda decisão
3888 implica em risco e a gente está entre o lugar de muito risco, de fato. Então, para
3889 registro eu também gostaria que isso constasse e a gente não teria a situação dos
3890 grupos denominados facções no sistema prisional brasileiro, se o sistema prisional
3891 brasileiro não violação sistematicamente os direitos humanos, porque elas são
3892 produtos dessa violação. Então, se tem alguém responsável por tudo que está
3893 acontecendo é o estado brasileiro, claro que não é nenhum de nós,
3894 individualmente, porque a gente chegou aqui agora, mas estamos falando
3895 enquanto estado nação. Então, vamos ter coragem e que eu acho que a nossa
3896 missão que exige muita coragem, eu tenho certeza que todo mundo está aqui e
3897 carrega isso no peito e a gente vai assumir riscos mesmo e eu, de boa, topo desse
3898 risco.

3899 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3900 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Só queria entender uma coisa, porque
3901 está aqui "dentre outras instituições com prerrogativas legais", mas todos já estão
3902 aqui exemplificadas, qual outra que não está

3903 Aqui?

3904 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Por exemplo, o próprio comitê.
3905 O comitê não é em decorrência de lei, não é? O Mecanismo, sim. Inclusive, o
3906 Mecanismo tem todo o um cuidado na hora que vai divulgar imagens, protege ali,
3907 enfim, atende à privacidade. Então, nós temos que tomar cuidado para que isso
3908 não vire uma difusão até de violações de imagens, nós estamos recomendando
3909 uma ampliação. A colega... Eu falei que com... Como você é advogada, Fernanda,
3910 então, eu fico muito chateado em ter visto aquela notícia, sabendo que colegas
3911 que estudaram se registraram e estavam atuando não do que o juramento que
3912 eles fizeram na hora da sua formação. Então, foi uma observação apenas que nós
3913 estamos recomendando uma ampliação, ok, mas isso pode gerar consequências.

3914 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3915 Essa ampliação para os comitês, existem leis estaduais que colocamos os comitês
3916 em uma condição subsidiária de fiscalização na impossibilidade a ausência dos
3917 mecanismos, então, não é uma inovação tão grande, inclusive, além do DF prevê
3918 isso. Então, eu acho que garantir essa possibilidade aos comitês e, não é uma
3919 ampliação de prerrogativas, mas no fortalecimento da prevenção e combate à
3920 tortura, porque por mais que os mecanismos de existam, eles têm um número
3921 limitado de peritos é as pessoas não vão estar em todo lugar todo o tempo, mais
3922 cedo eu falei desse exemplo. Um estado do tamanho de Goiás, por exemplo, os
3923 peritos podem estar em uma missão em uma determinada região de Goiás,
3924 acontecer algo em outras é a única pessoa que pode acudir ali de imediato é um
3925 membro do comitê, ele não vai poder? Ele tem que poder, mas em relação ao
3926 comitê, tudo bem, se a gente tirar esse pedaço aqui "dentre outras instituições
3927 com prerrogativas legais", a gente já elencou quais eram elas eu falei aqui agora

3928 para a Fernanda que essa parte do registro audiovisual e fotográfico, a gente pode
3929 colocar conforme a Lei Geral de Proteção de Dados.

3930 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Você já falou, Maria Clara? Tem uma
3931 questão, essa dúvida que eu coloquei tem um contexto também. Talvez não seja
3932 esse documento, mesmo assim o comitê foi provocado e, se não vai ser possível
3933 nessa plenário, na próxima nós pautaremos uma solicitação do comitê do estado
3934 de Goiás que nos convidou para estar em uma reunião deles no dia 9 passado
3935 agora, porque eles me fizeram toda uma programação de visitar alguns presídios
3936 e o comitê do estado de grandes não tem mecanismos. Um promotor que
3937 compõem o comitê, deu voto contrário e deu uma argumentação veemente que o
3938 comitê estadual, pela lei de constituição, não tinha a prerrogativa para entrar nas
3939 unidades prisionais. E aí o que foi discutido ali foi que essa entrada do comitê
3940 seria a condição de uma possível articulação com a autorização da unidade
3941 prisional, aquela prerrogativa de entrar para fazer inspeção, independente
3942 autorização, não estava prevista na lei do comitê e isso ali gerou um embate.
3943 Então, isso está acontecendo...

3944 **Interlocutora não Identificada** – Se falasse sobre isso, inclusive, nosso
3945 excelentíssimo ex-secretário de justiça de direitos humanos nos impediu de entrar
3946 na unidade para fazer uma averiguação de situação de tortura, em uma situação
3947 que o Mecanismo estava capaz de fazer essa fiscalização. Então, isso é
3948 realmente muito sério, e isso nos impede de averiguar diversas situações de
3949 individualmente, violações e para a gente é extremamente importante desse tipo
3950 de recomendação vinda do comitê nacional, porque lá e o comitê eu Mecanismo é
3951 vinculado e isso foi falado de manhã, foi vinculado ao governo do estado de isso
3952 impede que a gente exerça a nossa atribuição. Para a gente não se alongar aqui,
3953 eu acho que essa sugestão dada pela Sofia cumpre, a gente tem esse Artigo 4º
3954 aqui que fala um pouco de algumas limitações, respeitando os critérios de
3955 proporcionalidade. Só para a gente não se alongar, eu acho que não adianta a

3956 gente ficar se provocando w a gente pode fazer a visita, isso é garantido, a gente
3957 pode fazer a visita, isso não impede.

3958 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Só lembrando que o que eles vão
3959 enfrentar de objeção está prevista na sua lei de constituição, comitê estadual, que
3960 você tem a prerrogativa no âmbito das unidades desse estado de ela fazer essa
3961 inspeção independente da minha autorização? Então, por isso que eu acho que a
3962 discussão, talvez, não seja esse documento, porque esse documento fala "dentre
3963 outras prerrogativas legais". Se esse comitê tem prerrogativa legal pela lei
3964 estadual, que essa poderia ser a interpretação, então, você está coerente com
3965 essa recomendação. Eu estou falando em um outro momento, talvez então, um
3966 outro instrumento, a gente rever aquela recomendação é de diretrizes de e ação
3967 de comitês para orientar comitês que queiram ou que prevejam na sua lei lá a
3968 questão de entrada subsidiária em caso de ausência de mecanismo, alguma coisa
3969 nesse sentido para orientar uma previsão legal.

3970 **Interlocutora não Identificada** – Sim, uma coisa não anula a outra, não é?

3971 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Porque senão a gente vai deixar eles
3972 naquela tensão do território e a gente sabe que até o Mecanismo, muitas vezes, é
3973 impedido mesmo tendo uma lei federal, de caráter nacional, dando a prerrogativa
3974 deles de entrar sem autorização.

3975 **Interlocutora não Identificada** – Pesado, como foi o caso da Maria Clara que foi
3976 relatado, que sofreu ameaça dentro da própria unidade.

3977 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
3978 Ana Valeska que falar.

3979 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
3980 **Tortura - MNPCT)** – Gente, só para trazer um caso concreto rápido. Acho que
3981 considerando, embora não esteja aqui a colega hoje, a perita focal de Sergipe,
3982 mas a gente retornou há pouco tempo também de uma missão. Lá em Sergipe, o

3983 comitê também tentou realizar inspeções e aí o estado convocou o GMF e o GMF
3984 deu um despacho no sentido de que o comitê não poderia efetuar inspeções,
3985 considerando que é competência exclusiva do Mecanismo. Então, apenas trago
3986 para ciência de vocês, já que vocês estão discutindo essa resolução que teve
3987 nesse caso e o comitê hoje está meio assim, não está podendo ir fazer inspeção
3988 enquanto não tiver mecanismo, porque também teve esse despacho do GMF,
3989 porque é competência privativa, segundo o despacho também, que isso é uma
3990 discussão que quando tiver o Mecanismo é o Mecanismo, mas na ausência do
3991 Mecanismo tem essa divergência. Então, até o Tribunal de Justiça já está se
3992 manifestando nesse sentido no Estado de Sergipe.

3993 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A colega Fernanda sugeriu a
3994 inclusão disso, até a criação do Mecanismo. Eu acho interessante até para evitar
3995 que não se avance no sentido de não ter o Mecanismo, mas qualquer leitura de
3996 vocês como peritas no Mecanismo, você já acha que essa ampliação para
3997 realização de visitas nos comitês também, qual o impacto poderia gerar isso?
3998 Porque tem todo um protocolo, tem toda uma cautela com proteção de dados,
3999 como foi dito, são peritos, são especialistas. Qual a leitura de vocês nessa
4000 ampliação?

4001 **Interlocutora não Identificada** – Vou falar bem rapidinho só para dizer que eu
4002 concordo muito com a fala da Nana de que é isso, a gente não tendo o
4003 mecanismo e pensando que no Brasil a gente tem apenas quatro mecanismos
4004 estaduais que trabalham de maneira aguerrida, guerreira e heroica, porque não
4005 têm estrutura. Tanto como a gente, como a gente conversava desde 2019, então,
4006 acho que é o comitê sim, tem que haver uma aproximação nossa nesse diálogo e
4007 eu acho que ele é até bem satisfatório. Eu fico só preocupada, e isso que eu
4008 queria falar, por exemplo, o comitê de Goiás não obedece às Regras de Paris nem
4009 o OPCAT, é um absurdo e outros comitês pelo Brasil. Então, aí nós temos
4010 algumas delicadezas e eu acho que a super importante que este comitê nacional
4011 esteja atento a todos os comitês. Eu acho que devia ser uma pauta, a gente fazer

4012 um mapeamento série sobre todos os comitês do Brasil ter um mapa fidedigno,
4013 porque o que a gente tem de informações hoje não é suficiente, muitas vezes, não
4014 é a realidade. Então, olhar também para essas estruturas e começar a pensar na
4015 reforma delas, porque não tem, o de Goiás é surreal. Desculpa até falar essa
4016 palavra, mas é que é surreal mesmo. Aí eu fico pensando, João, por que a gente
4017 nunca é convidado para esse tipo de inspeção? Para gente está em Brasília, a
4018 gente está muito perto aqui de Goiás, eu sempre falei isso desde quando eu tomei
4019 posse aqui em 2015, que Brasília e toda essa região, a gente faz um esforço
4020 maior, porque está de o graficamente, não precisa de toda uma demanda pelo
4021 porque muitas vezes vocês sabem, a gente não tem orçamento, vocês sabem
4022 disso. Então, porque não chamam os peritos? A gente está aqui do lado de vocês
4023 e eu acho, às vezes, meio esquisitas essas conversas de convidar o ministério,
4024 convidar todo mundo, mas o perito do mecanismo que está à disposição a que do
4025 seu lado não é convidado? E eu fico um pouco assim, vocês estão o que a gente
4026 tem que olhar de verdade? É pauta, gente na minha opinião, fazer um
4027 mapeamento sério dos comitês e assim, esse é o comitê nacional. Tem um monte
4028 de diretrizes e criação de mecanismos de comitês, a gente já tem isso feito,
4029 inclusive, a gente nem tem um trabalho para ser feito, a gente tem um diálogo
4030 institucional séria para que esses espaços, para fazer essa atuação complementar
4031 até não ter o mecanismo, sejam espaços capazes de fato, a partir dos Princípios
4032 de Paris e do OPCAT, de fazer esse trabalho enquanto não tem mecanismo.

4033 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
4034 **Tortura - MNPCT)** – Só para fechar, Mato Grosso do Sul também é uma
4035 configuração bem bizarra, mas o que eu queria falar, agora, recentemente semana
4036 passada, nós do mecanismo, oficiamos o Mato Grosso do Sul, porque eles iam
4037 fazer indicações e de peritos dentre os membros do comitê em um projeto de lei
4038 nesse sentido e eu indicar um defensor público para ser perito do Mecanismo.
4039 Então, haveria um conflito e, também, servidores do estado, então, a gentes se
4040 preocupa com essas configurações e aí a gente conseguiu agora pedir para eles
4041 não fazerem essa indicação, inclusive, vai ter uma reunião, depois a gente deve

4042 convidar alguém do comitê para participar. Iam mandará analisar a pauta gente PL
4043 pela Procuradoria-Geral do estado, porque a gente recomenda que se altere a lei,
4044 é bom mesmo fazer um mapeamento de como está a situação dos comitês hoje.

4045 **Interlocutora não Identificada** – Só acrescentar. Não, eu também sou contrária a
4046 restringir a criação do Mecanismo, porque a existência de um mecanismo não
4047 garante nem que vai ser feita uma inspeção, nem que a inspeção siga as regras
4048 do protocolo de Istambul. Então, sou veemente contrária até essa restrição da
4049 existência do Mecanismo para que o comitê possa fazer fiscalização.

4050 **Interlocutora não Identificada** – Mas eu só acho que nessa preocupação tem
4051 uma coisa que até já foi trazido aqui, que alguns comitês são compostos,
4052 inclusive, por policiais e aí fica com um pouco complicado e acho que são
4053 questões que a gente tem que pensar. E outra coisa, no almoço, e já falando com
4054 o Rogério, ele estava falando das peritas de peritos que passaram mal depois da
4055 expressão, etc., que é um trabalho muito intenso eu acho que a gente deve levar
4056 isso em consideração. Não é só... Entendo isso que o Sávio fala da proteção das
4057 pessoas presas e das fotos e etc., mas não é só isso. Para você entrar em uma
4058 unidade prisional, você precisa de com treinamento para isso, então, eu acho que
4059 isso tem que tomar cuidado é o próprio Mecanismo, com certeza, com 9 peritas de
4060 peritas, não teria capacidade de fazer uma formação para esses comitês. Então,
4061 eu acho que, claro, eu entendo esse ponto da urgência, entendo que é necessário
4062 também, que é um ponto de que às vezes, por exemplo, tem uma violação de
4063 direitos acontecendo ali e não tem ninguém para fiscalizar e que você recebeu a
4064 denúncia e você pode entrar em uma unidade prisional, então, é importante que si
4065 entre na unidade prisional, mas ao mesmo tempo, essas expressões podem servir
4066 como a objeto de enfraquecer, inclusive, a própria dispersão e a forma como ela é
4067 feita. Então, acho que isso tem que ser feito de uma maneira muito cuidadosa
4068 para que não aconteçam esses problemas.

4069 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Então, uma sugestão com
4070 relação a isso, viu? O Ministério tem que programar o encontro do sistema

4071 nacional. Eu acho que seria um ponto interessante de tratar com os comitês
4072 estaduais e, talvez, até um painel do Mecanismo tratando desses pilares para
4073 realização de uma visita, então, eu acho que poderíamos sugerir que isso
4074 entrasse com nesse encontro nacional.

4075 **Interlocutora não Identificada** – Só fazer uma sugestão para que também. Uma
4076 sugestão, pessoal, porque eu estou do que pensando, é muito preocupante
4077 quando eu lembro desses comitês que tenham essas confirmações malucas. Será
4078 que não seria interessante vincular essa capacidade a um comitê que respeite os
4079 Princípios de Paris, que respeite a lei federal na perspectiva de maioria de
4080 sociedade civil e por aí vai? Porque aí eu acho que seria seguro, porque só o que
4081 faltava no Brasil era ter o comitê fazendo a inspeção para dizer que está tudo
4082 maravilhoso. Então, eu fiquei pensando nisso, talvez vincular, porque isso também
4083 vai pressionar para que os comitês entrem no padrão, que é a regra de Paris e
4084 que é na OPCAT. Então, se a gente vincula, a gente também além de fazer esse
4085 mapeamento para ontem, a gente vai forçar que esses comitês fiquem regulares.
4086 Então, foi uma ideia.

4087 **Interlocutora não Identificada** – É, e eu acho que essas reuniões que foram
4088 propostas hoje mais cedo também com os próprios comitês, isso vai fazer também
4089 que a gente entenda um pouco melhor a configuração dos próprios comitês, não
4090 é?

4091 **Interlocutora não Identificada** – Mas só acrescentando que essas mesmas
4092 recomendações, elas devem ser feitas aos mecanismos estaduais, a gente tem
4093 muito problema com o mecanismo estadual também.

4094 **Interlocutora não Identificada** – Eu entendi que, pela manhã, foi colocado tanto
4095 a reunião com os comitês, como Mecanismo. Eu acho que aí você pode pensar
4096 em uma coisa, tem uma programação que seja de dois dias, um dia e fazer todas
4097 essas discussões. Eu acho que... Entrar em uma programação.

4098 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sobre esse texto, a minha sugestão é
4099 aprovar do jeito que está. Essa questão do que os comitês enfrentam os locais
4100 com relação à previsão legal ou não, acho e é uma discussão para um outro
4101 momento ou documento, assim também como é também para um outro
4102 documento na minha opinião, a questão de mapear e reorientar daquelas leis e
4103 aquelas legislações que estão fora do padrão do OPCAT. Nesse momento aqui, a
4104 recomendação tem um objeto que a dizer: "olha, instituições de privação de
4105 liberdade, nós estamos recomendando que vocês assegurem que os órgãos que
4106 têm atribuições legais, entrem e não sofram restrições como o Mecanismo,
4107 mesmo tendo restrição, mesmo tendo legalidade, sofre restrição". Então, é isso
4108 que eu estou entendendo dessa resolução, na minha opinião, ela está coerente.

4109 **Interlocutora não Identificada** – Não, João, acho que a gente tem que pensar
4110 como, nós comitês, vamos conseguir fiscalizar os atos dos comitês estaduais e do
4111 Mecanismo, porque isso é muito importante, porque não adianta só a gente
4112 explicar a lei que já deveria... É óbvio, mas como a gente fiscaliza se, de fato, elas
4113 estão sendo cumpridas. Então, acho que isso é um ponto para um outro momento,
4114 mas acho que a gente precisa pensar sobre isso, de como a gente consegue
4115 fiscalizar.

4116 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A Resolução 7 do CNPCT de 2018, fala
4117 expressamente: "recomenda-se aos conselhos penitenciários, às unidades
4118 prisionais que ofereçam acesso aos órgãos", e cita lá: "órgãos do Sistema
4119 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura". Resolução do CNPCT também já
4120 foi nesse sentido que é para referendar, dar força e peso e institucional que essas
4121 prerrogativas devem ser respeitadas. A gente tem percebido que algumas
4122 unidades utilizam da logística deles interna para poder, às vezes, impedir.

4123 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
4124 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Bárbara, você acha que nesse § 2º seria
4125 possível, atenderia a sua sugestão? A gente incluir a prerrogativa dos comitês
4126 mencionadas no caput não se sobrepõe nem prejudica a criação do pleno

4127 funcionamento das atividades dos mecanismos, não se sobrepõe no sentido se
4128 existe mecanismo, a atribuição do mecanismo e deve obedecer às regras de
4129 Paris, as regras de OPCAT.

4130 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4131 **Prevenção e Combate à Tortura)** – O protocolo facultativo, exatamente.

4132 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
4133 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Além de protocolos internacionais
4134 relacionados à fiscalização de prevenção e combate à tortura.

4135 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4136 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Mas eu não sei, e a só uma sugestão. Eu
4137 não sei se sana, mas de verdade, dá o poder de fazer uma intenção para os
4138 comitês que tem por aí, não dá. Eu acho que devia ter essa carta, devia ter essa
4139 prerrogativa estendida para um comitê que está adequado a esses princípios que
4140 a gente tem falado, porque, Fernanda, sobretudo em vários comitês que eu estou
4141 pensando agora, mas o de Goiás, eu não confiaria minhas prerrogativas no comitê
4142 de Goiás hoje, sem problemas de dizer isso muito objetivamente, porque tem uma
4143 configuração completamente equivocada. Então, a minha sugestão era um pouco
4144 e pode não ser acatada, óbvio, é uma sugestão, mas só essa prerrogativa
4145 estendida comitê que seja um comitê adequado de o Globo que o Brasil tem
4146 criado... Eu prefiro não ter um comitê no estado do que ter alguns comitês que a
4147 gente tem hoje, porque aí você está favorecendo, ampliando uma oportunidade,
4148 inclusive, de uma prática. Então, eu acho que era mais recente do, não sei se
4149 vocês concordam, mas era uma coisa de só o comitê que tiver esses parâmetros,
4150 ele pode ter essa prerrogativa, se não, acho que é perigoso.

4151 **Interlocutora não Identificada** – E não pode esquecer uma coisa é, o Mecanismo
4152 enquanto vocês colocam com todos os órgãos que tenham atribuições legais, por
4153 exemplo, a Comissão de Direitos Humanos da OAB tem uma atribuição legal
4154 também de fazer fiscalização, mas só que, por exemplo, ela não tem uma lei, um

4155 amparo legal que, por exemplo, dá a prerrogativa de ela fazer imagens
4156 audiovisual, registros fotográficos. O conselho penitenciário tem e isso garantido
4157 em lei, apenas estou trazendo só para ressaltar que tem algumas prerrogativas
4158 legais de alguns órgãos, em que pese, podem adentrar e fazer inspeção, mas por
4159 exemplo, eles não têm essa prerrogativa que a gente estende para convidados
4160 que possa fazer registros fotográficos enquanto acompanham a gente. Por
4161 exemplo, isso foi uma discussão que eu já fiz parte da comissão de direitos
4162 humanos da OAB, foi uma discussão grande que, por exemplo, na OAB do Rio de
4163 Janeiro teve que constar na constituição estadual da OAB do Rio de Janeiro que,
4164 por exemplo, eles poderiam ter acesso e, inclusive, fazer registros fotográficos. O
4165 então, apenas trazendo aqui só algumas situações como exemplo, em que pese,
4166 tenham prerrogativas legais de acesso de inspeção, mas têm prerrogativas
4167 especiais que não tem, que o mecanismo tem e o conselho penitenciário.

4168 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Olha só, sobre isso que a Bárbara
4169 propõe vejo que é pertinente importante. Nesse momento, nesse instrumento aqui,
4170 minha preocupação é que ele está descolado de um direcionamento dessa
4171 constituição de diretrizes de como reconstituir a lei. Eu fico preocupado, por
4172 exemplo, no comitê de Goiás a lei, a legislação precisa ser modificada. Me
4173 pareceu um comitê que, na prática, está com boa intenção em acompanhar
4174 algumas unidades prezar mais, inclusive, na Agenda, a Defensoria Pública está
4175 indo e está acompanhando, os órgãos de fiscalização estão acompanhando e aí o
4176 meu receio é: será que a gente não desestimularia colocando aqui essa questão
4177 que eles só recomendariam se tivesse sendo que, na prática, a gente a gente tem
4178 percebido que comitês têm tido boas intenções, inclusive, acompanhado de
4179 órgãos que têm credibilidade e aí, no documento próprio e nesse levantamento, a
4180 gente fazer essa fiscalização: "olha, o seu comitê precisa se regularizar", eu fico
4181 preocupado de a gente desestimular ações práticas que a lei, nem foi a galera que
4182 estava aqui feita a lei, o técnico que elaborou só essa o objeto da minuta não foi o
4183 corpo que está lá agora. Essa é minha preocupação.

4184 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4185 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Você sabe o que eu fico pensando quando
4186 você fala de estímulo? Eu acho que estimularia de uma forma mais célere,
4187 readequar o comitê ao molde que ele foi desenhado. Te ouvindo eu fiquei
4188 pensando, não, eu acho que estimula o comitê a correr atrás do prejuízo de ser
4189 um comitê que é completamente inadequado. É minha opinião, eu prefiro ter
4190 menos órgãos estaduais, mas órgãos efetivos, confiáveis que façam um trabalho,
4191 porque a gente pode criar simplesmente um órgão que vá legitimar a prática da
4192 tortura.

4193 **Interlocutora não Identificada** – Posso só seguir essa consideração aqui da
4194 Bárbara? Minha preocupação é de, justamente, a gente colocar esses requisitos
4195 de que os comitês devem se adequar para fazer a fiscalização sendo que, na
4196 verdade, ao meu ver pelo menos eles não deveriam sequer. E aí eu não sei se a
4197 gente colocando aqui, de uma certa forma, legitimaria também a existência desses
4198 outros comitês que têm uma série de irregularidades. Eu acho que essas
4199 restrições não caberiam só aqui, mas sim para a própria constituição de comitês
4200 estaduais atendendo alguns critérios. Então, eu acho que colocando esses
4201 requisitos aqui, não sei se vocês acompanham meu raciocínio, mas de certa forma
4202 eles podem existir, só não podem entrar em um unidades, mas eles vão continuar
4203 existindo fazendo, sabe Deus lá o quê? Então, minha preocupação é essa. Não,
4204 eu acho que essa...

4205 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4206 Eu gostei desse pedaço aqui, porque a gente está discutindo, fazendo toda uma
4207 questão aqui, não sei, uma proposta. Porque a gente está discutindo aqui como
4208 seriam as inspeções feitas pelos comitês, a adequação dos comitês e etc. e tal e
4209 aqui, quando a gente faz isso, a gente dá toda uma prerrogativa para o comitê
4210 fazer isso sem primeiro regulamentar como isso seria feito. Então, talvez para que
4211 a gente fale, na verdade, a gente tira o comitê, porque ela não começou por causa
4212 do comitê, essa recomendação não começou por causa do comitê, ela começou

4213 porque o Mecanismo foi impedido de entrar em uma unidade pressionar e isso
4214 aconteceu também com outros órgãos de fiscalização que seria a Defensoria
4215 Pública, juízes corregedores, Ministério Público, etc. Então, talvez a gente
4216 pudesse tirar o comitê dessa recomendação específica e aí pensar com mais
4217 calma como seriam as inspeções feitas pelos comitês na ausência dos
4218 mecanismos estaduais.

4219 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sofia, isso seria prudente,
4220 porque se precisar amadurecer o assunto e eu acho que nós podemos incluir na
4221 próxima reunião, analisar a solicitação do Estado de Goiás e aí incluir na próxima
4222 Reunião Ordinária. Se o foco é reforçar a dispositivo legal já com relação com
4223 Mecanismo, acho que a recomendação pode ser nesse sentido, que pese a lei
4224 está acima. A recomendação aqui é apenas no entendimento nosso aqui, mas
4225 vamos tocar na questão...

4226 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aí não seria, então, o melhor da
4227 proposta de melhor termo da Bárbara? Porque... Aqueles comitês que já são
4228 regulares conforme o OPCAT? Estou tirando aqui, não estou privando eles dessa
4229 recomendação.

4230 **Interlocutora não Identificada** – A gente não tem essas informações. Esse mapa
4231 a gente já discutiu algumas vezes que, assim, tem alguns estados que a gente
4232 conhece melhor, tem outros que não. Esse, João, é uma grande, e isso é para
4233 trabalhar aqui nos comitês. A gente tem que ter esse mapa, mas com os pontos
4234 locais, alguns de vocês trouxeram isso, com os pontos locais que possam
4235 repassar essa informação. Eu acho que tem um grande problema de mapeamento
4236 aí e a gente, enquanto o órgão nacional, é super complicado, que muitas pessoas
4237 pergunto para a gente e a gente não tem esse... E aí quando você vai no estado
4238 fazer a inspeção que é, de fato, quando você conhece o comitê muitas vezes se a
4239 gente não tem pernas para fazer isso o ano inteiro. Isso é um grande problema, eu
4240 não sei quando está previsto essa reunião do sistema, eu queria até perguntar
4241 para vocês, porque eu acho que seria muito importante esse encontro para a

4242 gente se olhar, de fato, ter as pessoas aqui de todos os estados e construir nesse
4243 mapa em loco.

4244 **Interlocutora não Identificada** – Então, que a gente pudesse participar junto com
4245 o Mecanismo da elaboração do encontro e com as pautas, convidados e etc.

4246 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso. Já comecei um diálogo com vocês
4247 direto e qual é a ideia? A nossa pauta é muito apertada, então, a ideia que a gente
4248 teve no departamento é nós colocarmos, para a primeira semana de outubro, uma
4249 reunião com o CNPCT, Mesa Diretora estendido aos membros que quiserem
4250 participar e com o Mecanismo para a gente ter uma primeira ideia de como pautar
4251 com uma minuta de programação desse evento, imagem do lá para a última
4252 semana de novembro. Já adiantando que, ao modo viável, é on line fazer esse
4253 encontro para trazer para Brasília, a gente pode trazer uma complexidade que não
4254 temos condições de nos comprometer.

4255 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4256 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Só falar uma coisa. Teve um problema no
4257 último encontro de comitês e mecanismos porque, basicamente, foi um convidado
4258 só representantes do governo. Queria só rememorar isso, porque foi muito
4259 complicado o encontro. O último encontro que teve acho que foi em 2018, que eu
4260 vim representando o comitê de Santa Catarina, que eu não estava no Mecanismo
4261 nessa época. Então, a gente chegou aqui e, na verdade, a gente acabou
4262 custeando por nossa... Assim, foi muito esquisito, João.

4263 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A proposta, Bárbara, é a gente sentar
4264 junto e colocar a metodologia junto. Quem deveria participar...

4265 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4266 **Prevenção e Combate à Tortura)** – É, que a gente até traga os nomes do
4267 pessoal que a gente se agilize nesse sentido também de identificação, não é?

4268 **Interlocutora não Identificada** – Agora sobre a recomendação, posso ser bem
4269 sincera? Para não sei se vai adiantar uma recomendação votada só para o
4270 Mecanismo, porque isso também já é atribuição do Mecanismo e aí isso, de uma
4271 certa forma, também enfraquece os comitês que precisam fazer essa fiscalização
4272 que não estão conseguindo. Vai ter uma recomendação só para mecanismo,
4273 então, ele já não vai poder. Eu acho que talvez isso mais prejudique do que ajude,
4274 infelizmente, eu acho que talvez tenha sido um trabalho... Acho que, talvez, não
4275 seja o momento agora, sugiro adiar para a próxima reunião. Essa questão é um
4276 encaminhamento chato. É o que eu consigo pensar aqui, não sei, precisa de
4277 amadurecer mais coisas aí para a gente também não fazer uma coisa...

4278 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4279 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Que a gente coloque já com o
4280 encaminhamento e pensar nessa atividade dos comitês de fiscalização, enquanto
4281 existe mecanismo. Eu me preocupo, por exemplo, a Ana Valeska trouxe a
4282 experiência de Sergipe também, que o comitê foi determinado que não poderia
4283 fazer. No Espírito Santo, eu tive notícias também de que teve o mesmo problema,
4284 um órgão do Ministério Público, salvo engano, também em relação a qualquer
4285 atividade de inspeção do comitê. É preocupante, claro, eu acho que qualquer
4286 pessoa que faça em direção sem saber dos protocolos, até porque também
4287 produzir um relatório que seja completamente equivocado. Mas em relação a
4288 quem está adequado, o que a gente faz? Será que a gente pode... Pensar para a
4289 próxima reunião mesmo que, eventualmente..., mas eu só queria entender que
4290 você falou no assim, Bárbara: "ah, quem não está seguindo o protocolo de Paris
4291 nem OPCAT", mas como que a gente... Porque assim, uma coisa é eles
4292 esclareceram: "não, a gente está seguindo", e aí como que na prática, vocês...

4293 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4294 **Prevenção e Combate à Tortura)** – É objetivo. Na prática tem vários comitês
4295 conformados, por exemplo, quando eu cheguei no Acre, coloca lá, SEAP, coloca
4296 todas as secretarias de administração. Não que ele a gente não vai dialogar com

4297 elas, como a gente dialoga com aquele com o DEPEN e com outras, mas não vai
4298 compor o comitê, espera aí, cada um seu lugar. Muitas polícias e, tem comitês que
4299 tem polícia civil, polícia militar,

4300 Corpo de bombeiros, polícia científica, pelo amor de Deus. Outra coisa, a maioria
4301 é do governo, a maioria é esmagadora do governo, tipo 10 a 2, 10 a 4. Então, dá
4302 para ver nitidamente que estar...

4303 **Interlocutora não Identificada** – Mas será se a gente não pode officiar... Eu quero
4304 conversar contigo depois.

4305 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
4306 gente podia officiar também para saber a composição dos comitês.

4307 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
4308 **Prevenção e Combate à Tortura)** – E a gente tem que as diretrizes, Sofia. O
4309 comitê já produziu as diretrizes, vou procurar rapidinho aqui.

4310 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4311 Assim, só lembrando que essas fichas...

4312 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A gente pode custar, talvez,
4313 desculpa, Maria Clara. Eu acho que nós temos que buscar uma certificação,
4314 alguma forma de certificar que a equipe está preparada, mas o mesmo tempo, eu
4315 tenho uma preocupação e esse assunto não é novo aqui no pleno do CNPCT. Nós
4316 não podemos discriminar pessoa de forma alguma, não significa que a pessoa foi
4317 policial que ele não tem a todos os princípios para pegar e prevenir a tortura.

4318 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
4319 **Organizações Populares, GAJOP)** – Não, mas não é sobre isso. Mas...

4320 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso já foi objeto do CNPCT.
4321 Não posso retirar uma pessoa de participar de um comitê ou até de um
4322 mecanismo, por causa de uma formação que ele teve.

4323 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4324 Mas é instituição, não dá para a instituição compor o comitê, vai completamente
4325 contra as Regras de Paris. Então, a gente está falando de instituições de do
4326 entendeu? Vai colocar, por exemplo, tem comitês que coloca uma polícia
4327 rodoviária federal, polícia federal, não existe.

4328 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Foi citado que um policial
4329 compõe, às vezes, um comitê, mas...

4330 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
4331 instituição policial.

4332 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Aí sim.

4333 **Interlocutora não Identificada –** A gente não vai fazer as fichas? Porque a
4334 função das fichas era essa, fazer o mapeamento dos comitês e aí por isso que é
4335 um desserviço às vezes que dizem que tem um comitê, o mecanismo a mão no
4336 funcionamento, mas que tem problemas. Então, já que a gente vai revisar as
4337 fichas, fazer as conversas, teoricamente vai ser a função, aí a gente vai discutir
4338 quais vão ser os critérios que a gente vai verificar nessas fichas. Posterga, enfim,
4339 minha recomendação essa.

4340 **Interlocutora não Identificada –** Eu acho que para aproveitar o que já estava
4341 bem em funcionamento dentro desses moldes, era no máximo vincular e dizer: "só
4342 quem tiver." Mas é isso, talvez um pouco mais de amadurecimento seria de você
4343 lá, mais profícuo para fazer algo mais assertivo.

4344 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** O que eu
4345 tenho observado, é que os estados que tem proferido decisões que obstam os
4346 comitês de entrar nas unidades prisionais, a gente não está falando de uma super
4347 fiscalização, obstam de entrar, são os estados com alto índice de violação, são
4348 estados em que os três poderes que deveriam vim testar fiscalizando o outro,
4349 estão agindo de forma quase que simbiótica, para não dizer coisa pior. Então, não

4350 é um controle que o estado estar exercendo do sentido de garantir que a
4351 fiscalização aconteça nos moldes que a lei prevê, nos moldes do OPCAT, na
4352 verdade é para impedir que se tome ciência das violações sistemáticas de direitos
4353 humanos. Isso que aconteceu em Sergipe, isso que aconteceu em Pernambuco,
4354 isso que está acontecendo no Espírito Santo. Eu estou falando isso, porque em
4355 Sergipe eu estava para a gente na inspeção que nós fizemos deu urgência no
4356 presídio feminino com a Isa, que é Presidente do comitê de lá. Eu estava,
4357 enquanto Assessoria Popular Maria Felipa e o problema nasceu depois disso,
4358 porque encontramos a comida azeda, a mulher grávida com bebê em uma cela no
4359 meio da galeria do lado da cela que, supostamente, é a cela de isolamento da
4360 covid, que relataram vários episódios de intervenção no sistema prisional, na
4361 cadeia que tacaram bomba, spray de pimenta, inclusive, com as grávidas e os
4362 bebês no meio. Então, na verdade, a gente pode estar tendo a preocupação de
4363 que as pessoas que vão inspecionar estejam qualificadas para inspecionar, mas o
4364 óbice oferecido pelos estados aos comitês fazerem essas inspeções, não tem
4365 absolutamente nada a ver com isso, é só isso que a gente pode encaminhar para
4366 deixar isso quieto no tempo, mas acho que a gente tem que ter isso muito
4367 demarcado nas nossas cabeças. Não tem a ver com capacitação, até porque os
4368 comitês que estão sofrendo isso, são comitês que tem entidade da sociedade civil
4369 muito capazes de fazer essas inspeções. Então, o problema está em outro lugar e,
4370 a gente não pode não reconhecer o problema, a gente tem que reconhecer o
4371 problema, o problema é que se cria o comitê, se aproveitam da não prerrogativa
4372 dos comitês de fiscalizar, não criam os mecanismos, mas colocam lá na planilha,
4373 inclusive, para receber recursos federal que criou o comitê. "olha como a gente
4374 legal, a gente bacana.", Minas Gerais tentou fazer isso e a gente boicotou, mas
4375 outros estados, alguns movimentos sociais comem a pilha, melhor ruim do que
4376 nenhum, nós preferimos nenhum, porque para nascer ruim, melhor nem nascer,
4377 fica lá quietinho que a gente está fingindo de doido fazendo de conta que a lei não
4378 existe. Então, é isso que a gente tem que entender, nós estamos discutindo essa
4379 resolução por causa da violação de prerrogativas que o Mecanismo sofreu, mas

4380 também por causa de saber que em determinados estados essa não é
4381 prerrogativa dos comitês, tem sido utilizada para ocultar violações sistemáticas de
4382 direitos humanos, é esse o centro do debate. Vão ter comitês problemáticos, vou
4383 ter mecanismos problemáticos e como tem mecanismos problemáticos, mas aí a
4384 gente tem que ver, colocar na balança, qual o risco a gente vai assumir,
4385 entendeu? É isso. É uma escolha difícil mesmo, é tipo a escolha da Sofia, não é?
4386 É uma merda, mas a gente vai ter que ver qual o risco a gente vai assumir,
4387 porque, de fato, a gente tem acompanhado comitês que tem entidades
4388 comprometidas e que estão sendo impedidas de apurar denúncias de violações,
4389 porque a gente sabe que nenhum comitê, gente, vai ter perna para fazer inspeção
4390 sistemática como o Mecanismo tem, óbvio que não. Pois é, agora contra o dia que
4391 a gente foi não PEFEM em Sergipe, foi isso, recebemos uma ligação de manhã
4392 aqui as mulheres estavam há três dias sem comer. A gente sabia do risco de,
4393 enquanto, comitê que ia dar treta depois? Sabia, mas as pessoas estavam sem
4394 comer e nós assumimos o risco, inclusive, que fez o relatório foi eu. Então, é essa
4395 decisão que nós estamos aqui para tomar, a gente não precisa tomar hoje, mas
4396 essa decisão que precisa ser tomada. Depois a gente vai ter que fiscalizar os
4397 comitês, entender os que estão em conformidade, os que não estão em
4398 conformidade, incidir sobre isso, mas esse é um processo longo, de médio e longo
4399 prazo e a gente tem um problema de curto prazo, porque os estados estão usando
4400 a ausência dos mecanismos para ocultar a violações sistemáticas de direitos
4401 humanos e, depois, usam o discurso fiscal para não criar os mecanismos. Daí é o
4402 bode que está no meio da sala que a gente vai ter que lidar com ele em algum
4403 momento.

4404 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4405 Gente, eu acho que, enfim, já avançamos aqui. Pelo que eu estou entendendo,
4406 essa questão aqui vai ser discutida na próxima reunião ordinária e a gente vai
4407 fazer esse levantamento também e, não sei como é ser a organização da
4408 coordenação, etc., mas para que essas reuniões também ocorram com os
4409 comitês, mas concomitante a isso, seja levantado em ofício aos comitês, não sei

4410 se nessas próprias fichas que vão ser enviadas para os presidentes dos comitês,
4411 já não pode ter essa informação da composição de quem compõe e o próprio
4412 comitê. Então, a gente pode pensar muito bem, já que essas fichas vão ser
4413 enviadas, quais são as questões das quais a gente quer perguntar para entender
4414 se estão cumprindo, de fato, os protocolos que são necessários. Então, aí na para
4415 sua reunião, a gente discute a questão da própria inspeção feita pelos comitês
4416 com mais clareza e aí depois, acho que é caso de fazer essa recomendação geral
4417 para os comitês, mecanismos, ministério público, Defensoria, etc. Acho que é isso.
4418 Alguém se opõe? Então, fica o encaminhamento de a gente oficialar, na verdade,
4419 acho que pode aproveitar essas próprias vídeos que vão ser enviadas, que
4420 tenham as informações de que a gente pensa, enquanto comitê, em outras
4421 perguntas com ajuda do Mecanismo também para que a gente possa monitorar
4422 melhor os comitês e os mecanismos também, não é? O próximo é isso, não é?
4423 Não, a revisão do sumário executivo. Eu acho que é importante, gente. Não, é
4424 importante.

4425 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, como os lá, pessoal? Nosso
4426 último sprint aqui. Projetando para nós... Agora o computador está travando. É, o
4427 computador cansou já. Bom, sumário executivo aqui. O quórum presente, 11 de
4428 sociedade civil e 9 de governo. Foram nove? Foram 7, correto? É o quórum, que
4429 aqui é a contagem do quórum. Vamos lá, aqui não tópico 7. Ótimo, obrigado.
4430 Deixou ver o que é isso daqui. É apresentação, não é? Para que também está
4431 faltando a apresentação da EDUCAFRO. Não, está aqui, Vitor EDUCAFRO.
4432 Leitura e aprovação da pauta da 37^a. Sugestões, troca da data da 38^a RO, Sofia,
4433 porque será no dia de um jogo do Brasil.

4434 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Já
4435 pode colocar a data que ficou. Eu não estou enxergando direito, mas não está a
4436 data que ficou, não é?

4437 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não, acho que deve estar para trás
4438 aqui. Inversão da pauta das federativas, inversão da pauta dos informes, sugestão

4439 do Sávio para entrar na próxima pauta. Tortura e cárcere privado, abertura do
4440 cárcere privado? Tortura e cárcere privado, ok. Ok, na hipótese de cárcere
4441 privado. A recomendação 7 passou para o ponto final da pauta. O item 5.1 passou
4442 a ser o item 6. Aprovação da ata, [ininteligível] aguardando a entrega.
4443 Recomendação de vagas remanescentes. Encaminhamento 1: votar com
4444 resolução pela rejeição do Parecer 245, referente ao aproveitamento para
4445 preenchimento da vaga remanescente do edital da composição do CNPCT,
4446 perante a mais votada a favor aqui os 11 contra 8. Encaminhamento 2: votar pela
4447 resolução do CNPCT, que é aquela resolução lá que o Caio vai trazer amanhã, a
4448 favor... Contrário. Compromisso do Caio, SOMOS, trazer para o segundo dia a
4449 minuta da resolução. Informe de grupos de trabalhos: minutas apresentadas serão
4450 discutidas e aprovadas no segundo dia, 23. Ponto extra: Reunião Ordinária nos
4451 dias... Aprovada a alteração da reunião ordinária dos dias... Para os dias 9 e 10.
4452 Ofícios Federativos: o João esclareceu que os e-mails foram enviados para fins de
4453 organização e prestação de contas. Esclarecimentos: de que o ponto focal na
4454 ficha não pode ser respondido pelo comitê estadual. As autorizações precisam ser
4455 feitas pelos comitês estaduais, mas não pelas secretarias de estado.
4456 Encaminhamentos para as reuniões de comitês com o CNPCT grego ofício aos
4457 governos estaduais sobre o orçamento para comitês estaduais e4 mecanismos
4458 estaduais, oficiar o governo que não tem comitês, sob a previsão de criação e
4459 documento sobre remuneração dos peritos. É isso mesmo?

4460 **Interlocutora não Identificada** – A gente falou aqui sobre a necessidade de
4461 invalidar as informações já apresentadas é, também, que o próprio comitê vai
4462 auxiliar na reestruturação dessa ficha com outras sugestões de conteúdo, mas...
4463 É, sobre as fichas aí é porque no fim, acabaram sendo recomendações que...

4464 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, o encaminhamento: envio das
4465 fichas para os membros e mecanismos sugerirem...

4466 **Interlocutora não Identificada** – Os mecanismos estaduais? O mecanismo
4467 nacional. Os membros do CNPCT e MNPCT.

4468 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Para os membros do CNPCT e do
4469 Mecanismo...

4470 **Interlocutora não Identificada** – Nacional.

4471 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – E do MNPCT.

4472 **Interlocutora não Identificada** – Isso.

4473 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sugerirem...

4474 **Interlocutora não Identificada** – Alteração do conteúdo.

4475 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Conteúdo...

4476 **Interlocutora não Identificada** – Das fichas.

4477 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Das fichas federativas. Agora, eu não
4478 me senti confortável com essa afirmação aqui "as outras ações precisam ser feitas
4479 pelos comitês estaduais, mas não pelas secretarias." Eu entendo que há uma
4480 oportunidade também de saber da secretaria qual é o repasse dela de o acho que
4481 podem ser duas instâncias.

4482 **Interlocutora não Identificada** – É que, na verdade, a secretaria não pode
4483 responder pelos comitês, eu entendi que o sentido é esse.

4484 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mas não pelas secretarias. O que está
4485 aqui não é isso. "As atualizações precisam ser feitas pelos comitês." Agora, e o
4486 estado que não tem comitê? Também, neste caso..., mas até o estado que tem
4487 comitês, eu tenho interesse de saber qual é o ponto focal da política do
4488 mecanismo naquele estado.

4489 **Interlocutora não Identificada** – Porque não faz duas fichas, uma para o comitê
4490 e outro para o estado responder ou a secretaria? Você depois pode ir sobre as
4491 informações. Exatamente.

4492 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É isso que eu estou falando, porque
4493 existe uma oportunidade também de saber o que o estado responde da ficha.

4494 **Interlocutora não Identificada** – Todos os pontos vocais eram dos estados.
4495 Então, é isso, eram secretarias? O

4496 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eram, os pontos locais que nós
4497 enviamos foram para as secretarias.

4498 **Interlocutora não Identificada** – Então, o entendimento de que as fichas dizem
4499 respeito apenas sobre o posicionamento do estado e não dos comitês.

4500 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Aqui "afirmada a necessidade de
4501 envio em separado para os comitês." pode ser assim? Ok. Intervalo do almoço,
4502 audiência com o encontro do Amazonas. Então, encaminhamento 1: nota pública.
4503 Elaboração de nota pública para apreciação na próxima RO. Amanhã para
4504 apreciação no próximo turno, no segundo dia". Proposta da Fernanda da
4505 Associação Maria Felipa: "solicitar..." Aí para que nós lemos, eu vou passar aqui,
4506 lembra? "para MPT. Encaminhamento 5: a proposta da ANADEP. Ofício para as
4507 corregedorias. 7. O envio do relatório para o SPT, seria aqui não, aqui o que foi
4508 consolidado aqui foi: envio de relatório ao SPT após o prazo de retorno das
4509 informações solicitadas de consolidação do encaminhamento na próxima RO.

4510 **Interlocutora não Identificada** – Aí o prazo é 30 dias a contar da data de hoje,
4511 não é?

4512 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "após prazo de 30 dias".

4513 **Interlocutora não Identificada** – Foi isso, gente? O prazo é de 30 dias a contar
4514 da data de hoje.

4515 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Elaborar...

4516 **Interlocutora não Identificada** – A contar da data de hoje, João, só para
4517 acrescentar.

4518 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso. Essa revisão da recomendação 7
4519 é a...

4520 **Interlocutora não Identificada** – João, só acrescentar.

4521 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "após discussões deliberação adiada,
4522 solicitada a inclusão da composição dos comitês nas fichas federativas.

4523 **Interlocutora não Identificada** – Outras informações, não é?

4524 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É porque lá em cima já fala que a gente
4525 vai circular pela e aqui é só porque foi pedido para lembrar disso para a gente
4526 fazer o levantamento dos comitês, correto?

4527 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4528 João, só no encaminhamento lá de cima que o prazo de 30 dias é a contar a partir
4529 da data de hoje para isso não sei questionado depois.

4530 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A partir da data de hoje?

4531 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É.

4532 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "a contar da data de hoje para retorno
4533 das informações". Aqui na resolução da vaga remanescente, nós aprovamos, não
4534 é? "aprovada a resolução sobre o aproveitamento da vaga de outro segmento do
4535 último edital". Ok? E aqui é "e Caio da SOMOS para a minuta de resolução sobre
4536 o entendimento da recondução de entidades representantes". "ofício para
4537 monitorar os comitês", não, não é? Aqui foi a questão das fichas Federativos,
4538 correto? Beleza.

4539 **Interlocutora não Identificada** – João, é que eu não... Desculpa, o
4540 encaminhamento sobre a reunião com os comitês estaduais e os mecanismos
4541 apareceu aí?

4542 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aqui, olha a questão aqui "fichas
4543 federativas. Encaminhamento 1: reuniões com os comitês..." Entendeu? Que
4544 acrescentar? Porque na hora não foi deliberado sobre a Agenda, na hora foi
4545 deliberado o seguinte, poderíamos então, "encaminhar que sejam feitas reuniões
4546 com os comitês para a alinhamento das informações com a presença do comitê
4547 nacional". Mas podemos fazer uma agenda, obviamente. Ok? Tirar uma foto?
4548 Podemos. Eu estou cansado.

4549 **Interlocutora não Identificada** – Vamos tirar uma fotinha?

4550 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Quero agradecer, então, a todos os
4551 presentes. Podemos encerrar, Presidente? A gente tira a foto daqui. Então, está
4552 encerrada a reunião. Muito obrigado a todos que permaneceram conosco até
4553 agora. Um abraço.